



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CAROLINA COSTA DA COSTA

NOVAS CONFIGURAÇÕES DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA
REDE ESTADUAL DO PARÁ DE 2019 A 2023

Belém – PA
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CAROLINA COSTA DA COSTA

**NOVAS CONFIGURAÇÕES DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA
REDE ESTADUAL DO PARÁ DE 2019 A 2023**

Dissertação de Mestrado em Educação, pós-graduação *stricto sensu*, construída no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará como requisito parcial da obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de Políticas Públicas Educacionais, sob orientação da Profa. Dra. Fabíola Bouth Grello Kato.

Belém – PA

2025

CAROLINA COSTA DA COSTA

**NOVAS CONFIGURAÇÕES DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA
REDE ESTADUAL DO PARÁ DE 2019 A 2023**

Dissertação submetida à apreciação da Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Área de concentração: Políticas Públicas Educacionais.

Data: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Fabíola Bouth Grello Kato – Orientadora Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof.^a Dr.^a Cristina Helena Almeida de Carvalho – Examinadora externa Universidade de Brasília– UnB

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Jacob Chaves- Examinadora interna Universidade Federal do Pará – UFPA

Para a mamãe, que descansa em um colchão feito de estrelas.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus e quem quer que cuide de mim, não é tarefa fácil.

Quero agradecer infinitamente a minha orientadora, professora Fabíola Bouth Grello Kato, por tudo. Pela paciência, pelo carinho e pela gentileza de sempre. Eu pensei em mil palavras e ainda assim nada parece o suficiente para mostrar o quanto sou grata por tudo o que a senhora trouxe de bom para minha vida. Eu só desejo que a sua felicidade seja do tamanho do seu coração. Em extensão, eu quero agradecer também às meninas, Adri, Erika, Sandra e Estela que sempre me recebem tão bem na sua casa.

Quero agradecer à professora Vera Jacob Chaves pela grande contribuição na minha banca de qualificação e também por me receber muito bem no precioso GEPES. Tenho muito orgulho de fazer parte do grupo e ter uma parte tão importante da minha formação conduzida pela senhora. Muito obrigada!

Agradeço à professora Cristina Almeida de Carvalho pela disponibilidade e contribuição com o meu trabalho, fico muito feliz de tê-la nesse momento, a admiro desde o PIBIC.

Agradeço à professora Theresa Adrião pelas valiosas contribuições na minha banca de qualificação, foram muito importantes para a construção do texto final.

Agradeço ao meu pai, José Bonifácio, por não me entender, mas me apoiar do mesmo jeito e por ter me ajudado tantas vezes até aqui. Te amo.

Agradeço a minha mãe, Liliane (*in memoriam*), por seu amor infinito por mim que transcende a barreira da vida e da morte e me ampara quando eu não consigo. Se eu pudesse nascer um milhão de vezes, um milhão de vezes eu gostaria de ser sua filha.

Aos meus irmãos, Leonardo; Vinícius; Andrey; Renato e João Pedro, sou grata pela experiência de dividir uma família com vocês.

Sou grata a minha irmã Juliana por ter acreditado em mim e me apoiado desde sempre. Valeu, irmã XD!

Aos meus sobrinhos, Arthur, Pedro e em especial à Maria Fernanda, que me ensinou a ter ternura.

À tia Carmen e minha ex-madrasta Suzana, obrigada por gostarem de mim e me apoiarem e parabéns por terem aturado meu pai junto com a mamãe. XD

Um agradecimento muito especial para minha amiga Luna Nova e a família dela que me acolheram em casa durante o processo seletivo do mestrado, porque sem essa ajuda eu não alcançaria nada. Ainda me sinto em dívida com vocês. Tia Sol, Isa, Ana, muito obrigada!

Ao meu amado grupo de besties, o Najas. Nem acredito que a gente já tem onze anos de amizade e vocês são tão importantes pra mim, de verdade. Cellinha, Yaah, Lari, Isa, Alê, Karol, Becca, Thami, Jessy e Dani, amo vocês! As únicas pessoas no mundo que possuem áudio meu chorando, não vendam na internet, por favor. Um agradecimento especial para a Luana, a Val e a Carol, por cuidarem tanto de mim. Amo muito muito muito vocês!

Para Montebello, Rafa, Baruc, Michele, Anderson e Lucas, o Z&B, amo vocês! Obrigada por serem a minha risada mais alta todo dia há 9 anos. Vocês gostarem de mim faz com que eu ache que sou legal. Em especial à Amanda por ser uma amiga incrível e minha hater número um. Girl, you can multitasking!

Para minha família na UFPA, o GEPES, muito amor!

Queria agradecer as professoras Rosimê e Margareth pelo carinho comigo sempre, vocês são ótimas.

À Heloisa, Michelle e Malena, obrigada pela companhia.

Ao Tarcísio, Luani, Victor, Samantha, Amanda e Luma, obrigada pelas boas lembranças, risadas e fofocas! Vocês são maravilhosos!

Eli, Rai, Lilian e Ivone são o maior presente que o mestrado poderia me dar, eu sou muito feliz por ter vocês nessa caminhada, é uma benção conhecer vocês. Espero que nossos caminhos nunca se percam. Obrigada demais!!!

Paulo Henrique, I will say it in English because I know that you hate it. Hehehehehehe Thank you for all those unexplained things that we did talk that other night, and for cleaning the drivers of my laptop. Seriously.

Ana Paula e Dayse, muuuuuuuuito obrigada pela amizade de vocês! Eu admiro muito vocês e torço muito por vocês duas, vocês são inspirações pra mim. Esse título tá vindo aí!

Eu agradeço muito a minha amiga Pania que tem um coração do tamanho do mundo e pra quem eu desejo muitas coisas maravilhosas e ainda são pouco perto do que ela merece. Te amo, amiga! Obrigada!

Um agradecimento ao Italo, que é o irmão que eu gostaria de ter e eu já tenho cinco. Te amo, amigo, espero estar sempre disponível pra você, exceto nos momentos em que eu não estiver. :)

E à Leila, que é tão incrível como amiga, pesquisadora e ser humano, que eu considero um padrão de qualidade, eu só aprovo o que você aprova e sou muito feliz por ter tua amizade, porque você é maravilhosa e merece um caminho cheio de coisas lindas. Te amo, amiga!

À Keila e Juliane pela companhia e paciência comigo durante esses quase dois anos dividindo casa, tirei a sorte grande com vocês. À Irlanda também.

Ao PPGED-UFPA, por ter me recebido tão bem nessa jornada, obrigada à coordenação, secretaria e bolsistas.

À Maria da Glória, porque eu sei que um dia você vai esbarrar nessa dissertação e eu espero que você encontre a minha gratidão. Não acho que ela existiria sem você.

Ao cinema, à música, à literatura e toda forma de arte que testemunham que o ser humano vale a pena. Obrigada por segurarem nas minhas mãos vazias algumas vezes.

~~A mim mesma por não ter pulado da janela quando o meu cabelo começou a quebrar.~~ A mim mesma por ter tentado o melhor que pude, é o meu jeitinho.

Se eu esqueci alguém, eu agradeço mesmo assim.

RESUMO

O presente estudo consiste em uma dissertação de mestrado acadêmico e tem por objetivo investigar o movimento da privatização da educação a partir do estudo do programa Prepara Pará, adquirido como insumo pedagógico pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc-PA), ofertado pela Somos Educação, subsidiária da holding Vasta Educação, e distribuído pela SUDU Inteligência Educacional. O objetivo do programa Prepara Pará é reforçar os estudos de português e matemática dos estudantes que farão a Prova Brasil visando melhorar o desempenho dos alunos no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e consequentemente melhorar o desempenho da rede estadual no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Os objetivos específicos dessa pesquisa são identificar no que consiste o contrato estabelecido entre a Vasta e a Seduc-PA, o que é ofertado para o ensino da rede estadual paraense e quais os objetivos da implementação do programa Prepara Pará, oriundo desse contrato, para a educação básica da rede pública; investigar a rede estadual de educação do Pará no contexto do atual governo de estado e quais as políticas para a educação básica da rede estadual; e investigar o comércio dos chamados “insumos pedagógicos”, no qual opera o Programa Prepara Pará, e quais são os entes que operam nesse comércio. Trata-se de pesquisa exploratória feita a partir de um levantamento documental dos relatórios das empresas estudadas e dos editais e contratos de aquisição do programa e de outras aquisições da empresa distribuidora SUDU. As categorias de análise do objeto são: privatização da educação; sistemas de avaliação e insumos pedagógicos. Os resultados apontam que o programa Prepara Pará é um instrumento de privatização da educação nas dimensões do currículo e da oferta, pois o programa corresponde ao arcabouço de estratégias para a educação pública sob orientação de entidades privadas, no que diz respeito aos sistemas de avaliação em larga escala. E é um tipo de insumo pedagógico ofertado pelo setor privado às secretarias de educação por valores muito acima do preço de mercado. As atividades de aquisição e venda de insumos pedagógicos como o programa Prepara Pará são parte de um nicho de mercado para o setor privado, que se baseia nas reconfigurações da educação promovidas por entidades capitalistas para ofertar “soluções complementares” de ensino alinhadas ao currículo concebido por esses entes. O setor público não tem interesse em recusar esse modelo de ensino, mas o endossa e o institui.

Palavras-chave: Prepara Pará; privatização da educação; insumos pedagógicos; sistemas de avaliação; Vasta Educação.

ABSTRACT

This study is an academic master's dissertation and aims to investigate the movement of privatization of education based on the study of the Prepara Pará program, acquired as a pedagogical input by the Pará State Department of Education (Seduc-PA), offered by Somos Educação, a subsidiary of the holding company Vasta Educação, and distributed by SUDU Inteligência Educacional. The objective of the Prepara Pará program is to reinforce the Portuguese and mathematics studies of students who will take the Prova Brasil, aiming to improve the performance of students in the Basic Education Assessment System (Saeb) and consequently improve the performance of the state network in the Basic Education Development Index (Ideb). The specific objectives of this research are to identify what the contract established between Vasta and Seduc-PA consists of, what is offered for teaching in the state network of Pará and what are the objectives of implementing the Prepara Pará program, originating from this contract, for basic education in the public network; to investigate the state education network of Pará in the context of the current state government and what are the policies for basic education in the state network; and to investigate the trade of so-called "pedagogical inputs", in which the Prepara Pará Program operates, and which entities operate in this trade. This is exploratory research based on a documentary survey of the reports of the companies studied and the notices and contracts for the acquisition of the program and other acquisitions by the SUDU distribution company. The categories of analysis of the object are privatization of education, evaluation systems, and pedagogical inputs. The results indicate that the Prepara Pará program is an instrument for the privatization of education in the dimensions of curriculum and provision, as the program corresponds to the framework of strategies for public education under the guidance of private entities, with regard to large-scale evaluation systems. And it is a type of pedagogical input offered by the private sector to education departments at prices well above the market price. The activities of acquiring and selling pedagogical inputs such as the Prepara Pará program are part of a niche market for the private sector, which is based on the reconfigurations of education promoted by capitalist entities to offer "complementary teaching solutions" aligned with the curriculum designed by these entities. The public sector has no interest in rejecting this teaching model but endorses and institutes it.

Keywords: Prepara Pará. privatization of education. pedagogical inputs. evaluation systems. Vasta Educação.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de matrículas na rede estadual de educação do Pará por nível escolar durante os anos de governo Helder Barbalho (2019 a 2023).....	64
Tabela 2 – Estudantes da Seduc-PA por autodeclaração racial (2019 – 2023).	64
Tabela 3 – Função docente da rede estadual no Pará de 2019 a 2023.....	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Levantamento das teses e dissertações com estudos relevantes para a pesquisa sobre a privatização da educação entre 2019 e 2022 _____	25
Quadro 2 – Levantamento documental da Vasta Educação 2020 – 2023. _____	30
Quadro 3 – Produtos ofertados na aquisição do programa Prepara em 2023 _____	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Estrutura de negócios da Cogna Educação com os modelos de atuação	44
Figura 2 – Modelo do sistema de negócios da Vasta Educação	49
Figura 3 - Organograma dos serviços Vasta	53
Figura 4 – O Prepara Pará: O sistema Plurall da Vasta sob nova roupagem	54
Figura 5 – Vasta fala do Prepara Pará no terceiro relatório trimestral aos acionistas em 2024.	55
Figura 6 – Ocupação dos povos indígenas na Seduc-PA em 2025.	68
Figura 7 – Primeira Página do Contrato nº. 031/2023 que estabeleceu a primeira relação entre a Seduc-PA e a Vasta	88
Figura 8 – Composição das duas avaliações de larga escala do Prepara Pará	90
Figura 9 – Primeira versão do material Prepara em 2023, divulgado no encontro de formação de professores, e a versão repaginada em 2024	90
Figura 10 – Relatório do teste de desempenho do material da Somos Educação no processo do edital nº 90010/2024	93
Figura 11 – Material Prepara sem customização na prova de conceito em 2024.	94
Figura 12 – Lista de atividades secundárias da empresa SUDU, conforme lista de serviços da CNAE, estabelecida por alteração contratual em 2021	96
Figura 13 – Sala implementada pela SUDU no projeto Fazer para Aprender em escola da rede estadual amazonense em 2023	106
Figura 14 – Extrato do contrato da SUDU com o município de Goiana (PE) em 2021.	112
Figura 15 – Registro da reunião de Jáilson Ferreira da Silva com o prefeito de Porto Alegre (RS), Sebastião Melo, vereadores do município e a ex-secretária de educação, Janaína Audino, em 2021	114
Figura 16 – Aquisições feitas pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED) por meio de adesão a atas de registro de preços em 2022 e investigadas na CPI da Educação	115
Figura 17 – Publicação em diário oficial da aquisição de materiais didáticos da SUDU pela Secretaria da Educação de Sorocaba em 2023	123
Figura 18 – Erro de redação no Termo de Referência feito pela Secretaria da Educação de Sorocaba no contrato com a SUDU citando insumos diferentes dos que foram adquiridos	125

LISTA DE SIGLAS

Abraspe	Associação Brasileira de Sistemas de Ensino e Plataformas Educacionais
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
ANUP	Associação Nacional das Universidades Privadas
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd/UFJF	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
Cefor	Centro de Formação de Profissionais de Educação Básica do Estado do Pará
CEO	Chief Executive Officer
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
Cispar	Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Parnaíba
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CO	Centro-oeste
COP30	30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DRE	Diretorias Regionais de Ensino
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Enade	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINRA	<i>Financial Industry Regulatory Authority</i>
FJP	Fundação João Pinheiro
Funde	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPA	Instituto Federal do Pará
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto Pesquisa Econômica Aplicada
IPO	Oferta Pública Inicial
MEC	Ministério da Educação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MPFAM	Ministério Público Federal do Amazonas
MPFRS	Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul

MPFSP	Ministério Público Federal de São Paulo
NE	Nordeste
NEM	Novo Ensino Médio
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não Governamental
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEI	Programa de Ensino Integral Paulista
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNA	Política Nacional de Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
PNE	Plano Nacional da Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Secom	Secretaria de Comunicação do Estado do Pará
Seduc-AM	Secretaria de Estado de Educação do Amazonas
Seduc-PA	Secretaria de Estado de Educação do Pará
SEE-SP	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
SEMED	Secretaria Municipal de Ananindeua
Setec-MEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
Sintepp	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará
SisPAE	Sistema Paraense de Avaliação
SMED	Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre
SOME	Sistema de Organização Modular de Ensino
SOMEI	Sistema de Organização Modular de Ensino Indígena
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
USP	Universidade de São Paulo
Unesp	Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
O problema da pesquisa	18
Objetivos da pesquisa	20
Geral:	20
Específicos:	20
Metodologia	21
O referencial teórico-metodológico	21
Levantamento bibliográfico	24
Levantamento documental	30
CAPÍTULO 1 – A VASTA EDUCAÇÃO E SUA ORIGEM A PARTIR DA RESTRUTURAÇÃO DA COGNA EDUCAÇÃO	35
1.1 A linha do tempo da Cogna Educação como ilustradora das transformações de ordem econômica e legislativa da Educação Brasileira	35
1.2 A Vasta Educação e o mercado de insumos pedagógicos	43
1.3 A Somos Educação	56
CAPÍTULO 2 – A REDE ESTADUAL PARAENSE DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DE PRIVATIZAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO, OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO E A DISPUTA PELO FUNDO PÚBLICO	61
2.1 A Educação no Estado do Pará	61
2.2 O histórico do Secretário Rossieli Soares até chegar na gestão da Seduc-PA	69
2.3 A rede estadual paraense condicionada aos sistemas de avaliação escolar no governo Helder Barbalho	75
CAPÍTULO 3 – O PREPARA PARÁ E A PRIVATIZAÇÃO DA OFERTA EDUCACIONAL PÚBLICA	83
3.1 O Programa Prepara Pará	83
3.2 O que é a SUDU Inteligência Educacional?	94
3.2.1 O projeto Fazer para Aprender, do Amazonas e o movimento maker nas escolas	

públicas como nicho de mercado para o setor privado.....	100
3.2.2 O que é o sistema de adesão a atas de registro de preços usado pela SUDU e a Seduc-PA?	107
3.3 Controvérsias (i)legais da SUDU Inteligência Educacional nos sistemas de adesão a atas de registro de preços	110
3.3.1 O contrato com a Secretaria de Educação e Inovação de Goiana (PE).....	110
3.3.2 O contrato com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (Smed) e a CPI da Educação.....	112
3.3.3 O contrato com a Secretaria da Educação de Sorocaba	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	133

INTRODUÇÃO

O presente estudo intitulado “**Novas configurações da privatização da educação básica na rede estadual do Pará de 2019 a 2023**” almeja contribuir com os estudos e pesquisas sobre a privatização da educação básica na oferta de insumos pedagógicos a partir do estudo de uma subsidiária do Grupo Cogna Educação, a Vasta Educação, e sua oferta das ditas soluções educacionais para a educação básica e pública.

O estudo consiste em uma dissertação de Mestrado Acadêmico em Educação, *stricto sensu*, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED – UFPA) na linha de Políticas Públicas Educacionais, sob a orientação da Profa. Dra. Fabíola Bouth Grello Kato, docente do Instituto de Ciências da Educação e vinculada ao programa de pós-graduação supracitado.

A pesquisa em questão faz parte do projeto de pesquisa “O ensino privado-mercantil no Brasil: caracterização e análise das estratégias de inserção do capital financeirizado para a oferta educacional” contemplado por financiamento por meio do edital Chamada UNIVERSAL 2021 do CNPq, coordenado pela Profa. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião, docente da instituição executora/sede do projeto, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e realizado com a colaboração de pesquisadores das seguintes instituições: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Paraná – (UFPR), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e Universidade do Porto (U.PORTO).

O projeto de pesquisa referido estuda o financiamento da educação, a financeirização da economia, a privatização da educação básica e superior e a expansão do ensino privado-mercantil a partir do estudo de duas holdings de educação privada com capital aberto na bolsa de valores: a Eleva Educação e a Cogna Educação. É imprescindível destacar que todos os movimentos acima citados são temas de estudo e pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisa da Educação Superior (GEPES) da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a coordenação vigente das docentes Fabíola Bouth Grello Kato e Vera Lúcia Jacob Chaves, ao qual esta pesquisa também está vinculada, bem como a autora é membro e desenvolveu estudos sobre a financeirização da educação superior a partir de análises das empresas de capital ao longo de quatro anos de atuação na iniciação científica (PIBIC) que geraram base empírica e metodológica para o desenvolvimento da presente pesquisa.

O problema da pesquisa

A oferta do ensino, instrumental e/ou filosófico, por entidades privadas não é nem de perto uma novidade. Com as mudanças de caráter político, social e econômico no Brasil e no mundo, a adoção e vigência do modelo econômico baseado na agenda neoliberal na segunda metade do século XX, as políticas públicas sociais e suas atividades, com destaque para a educação, foram afetadas e modificadas pelas reconfigurações no papel do Estado em relação às suas obrigações com a gestão pública e novas concepções e atividades-fim para esses serviços foram reconhecidas e instituídas legalmente por meio de reformas de caráter jurídico e institucional (Kato; Cordeiro; Costa, 2023, p. 3).

Com a aderência do Brasil ao modelo neoliberal, durante as décadas de 1980 e 1990, o que se apresentou foi um cenário de fortalecimento e expansão do setor privado e suas atividades econômicas, bem como uma maior aproximação com a máquina pública ao passo que aumentou a desobrigação do Estado com o gerenciamento dos serviços públicos.

Por meio de contratos, licitações, privatizações e terceirizações, o setor público deu ao setor privado a possibilidade de adquirir cada vez mais uma parte do orçamento público ao passo em que esse setor exercia maior influência nos serviços essenciais para a sociedade, a partir de seus parâmetros de gestão e eficiência dentro dos moldes capitalistas.

Para entender as implicações dessa relação entre capital e serviço público, é preciso conceituar o serviço público em si. Este estudo pretende explorar alguns conceitos de serviço público, a relação da concessão da oferta de serviço público à iniciativa privada e o que considera a Constituição brasileira vigente mais adiante.

Aqui considera-se o grifo de Grotti (2003, pp. 19-20) sobre o serviço público, à luz do *Contrato Social* de Rousseau¹, como: “atividades destinadas ao serviço do público, isto é, ações através das quais se assegura aos cidadãos a satisfação de uma necessidade sentida coletivamente, sem que cada um tenha de atendê-la pessoalmente”. Maria Sylvia Zanella Di Pietro em *Direito Administrativo* também define serviço público como:

Toda atividade material que a lei atribui ao Estado para aquisição diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente público (Di Pietro, 2004, p. 94).

¹ Grotti (2003, pp. 19-20) afirma que o filósofo Jean-Jacques Rousseau teria sido o primeiro a utilizar a expressão “serviço público” na obra *Do Contrato Social* (1762), definindo de modo amplo como qualquer atividade estatal e que abrange dois aspectos específicos: o já citado aspecto de serviço público como atividade para a satisfação coletiva e do serviço público como atividade estatal substituta ao chamado serviço do Rei, acompanhando a transferência de soberania do monarca para o povo.

No sentido da necessidade coletiva, a Educação é um serviço público considerado indispensável, a sua oferta e manutenção é garantida constitucionalmente pelo Estado, além de sua natureza obrigatória e universal. Logo, é um ambiente atrativo para investidas da iniciativa privada, tendo em vista a alta possibilidade de gerar receita – para o ponto de vista desse setor –, a partir da alta demanda pelos serviços educacionais que se convertem em matrículas e aquisição de recursos pedagógicos e também pela oportunidade de cooptar o financiamento público por meio de concessões e/ou aquisições contratuais de serviços.

Todavia, não é exclusivamente por isso que ela é visada pelas entidades privadas, mas por consistir em um setor essencial para a formação do indivíduo e consequentemente de uma sociedade, o que explica porque a educação é um campo em constante disputa.

A possibilidade de interferir e modificar todo o sistema educacional de um país para se adaptar aos parâmetros ideológicos, econômicos e sociais do neoliberalismo consistem em um ganho a longo prazo para qualquer entidade envolvida com as práticas neoliberais.

Com as reformas do Estado que ajudaram a consolidar as relações entre os setores público e privado na gerência dos serviços sociais, principalmente no pós-Constituição de 1988² (Godoi, 2021, p. 49), a iniciativa privada obteve oportunidades de exercer influência sobre a educação e disputar os recursos do fundo público.

Oportunidades que adquiriram solidez principalmente na primeira década do século XXI, a partir da oferta dos seus sistemas privados de ensino (SPE) constituídos por “material didático apostilado para alunos e de apoio para professores, assessoria pedagógica, formação continuada, procedimentos de avaliação” (Adrião et al, 2012, p. 538).

Adrião; Garcia (2010) explicam que o termo “sistema de ensino” não é apropriado do ponto de vista teórico ou jurídico para classificar o fenômeno estudado. Entretanto, seu uso é frequente na descrição de um conjunto de produtos voltados para a educação básica e ofertados à gestão pública.

Sistema de ensino, tecnologias educacionais e insumos pedagógicos são terminologias do mercado para os insumos pedagógicos. Não só os apostilados dos anos 2000, mas uma série de produtos oriundos dos avanços tecnológicos desde a década de 2010, viraram um nicho de mercado para o setor privado. Entre a oferta desses insumos há as ferramentas digitais, conteúdos midiáticos, livros didáticos, recursos de aprendizado interativo, ferramentas de gestão escolar e de acompanhamento do desempenho dos estudantes, entre

² A Constituição Federal de 1988, aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988, é a Constituição vigente no Brasil e foi concebida durante o período de redemocratização da República, após o fim da ditadura militar (1964 – 1985).

outras (Seki, 2023, p. 3).

Ancorado na ideia de incorporar as tecnologias de informação e comunicação (TIC) nos processos de ensino e aprendizagem, o setor privado se articula na promoção de um modelo de ensino operacional e técnico, de respostas rápidas onde cada processo é mediado por um produto diferente.

As empresas elaboram e comercializam os “kits teórico-práticos” como serviço complementar às atividades regulares de ensino e aprendizagem. Promove-se a ideia de autonomia do aluno que vai construir o próprio aprendizado, mas essa ideia não se concretiza na prática, pois as atividades são determinadas pela proposta do serviço ofertado, que contém serviços de avaliação de desempenho internos para mapear o sucesso do produto ofertado.

A educação brasileira tem passado por reconfigurações importantes nos últimos dez anos. Desde medidas como instituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio, em 2017, até a pandemia de covid-19 em 2020 e 2021, onde ferramentas digitais precisaram ser aplicadas como nunca antes para manter o ano letivo remoto, a educação está em uma nova realidade.

Os atores do setor privado sabem disso, em grande parte são responsáveis por isso. Estejam eles atuando em nível de menor escala, trabalhando com a venda direta de insumos pedagógicos, ou em grandes articulações para direcionar os rumos da educação dentro da disputa pelo currículo, não há mudança na educação atual que não tenha as digitais do neoliberalismo e que não forneça perspectiva de ganhos para as entidades privatistas.

Objetivos da pesquisa

Geral:

Investigar o movimento da privatização da educação a partir do estudo do programa Prepara Pará, adquirido como insumo pedagógico pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc-PA), ofertado pela Somos Educação, subsidiária da holding Vasta Educação, e distribuído pela SUDU Inteligência Educacional.

Específicos:

- Identificar no que consiste o contrato estabelecido entre a Vasta e a Seduc-PA, o que é ofertado para o ensino da rede estadual paraense e quais os objetivos da implementação do programa Prepara Pará, oriundo desse contrato, para a educação básica da rede pública;
- Investigar a rede estadual de educação do Pará no contexto do atual governo de estado e quais as políticas para a educação básica da rede estadual;

Comentado [CC1]: LDB: ensino

- Investigar o comércio dos chamados “insumos pedagógicos”, no qual opera o Programa Prepara Pará, e quais são os entes que operam nesse comércio.

Metodologia

A metodologia empregada é de caráter exploratório a partir de uma investigação documental. Em um primeiro momento foi realizada a revisão bibliográfica que aborda as categorias de análise do objeto, bibliografia que está detalhada na subseção acerca do referencial teórico, bem como o levantamento das produções acadêmicas relacionadas ao tema.

Depois, foi feito o levantamento de dados documentais do objeto, abrangendo documentos oficiais da Secretaria de Educação paraense como editais e contratos públicos, relatórios de gestão da Cogna e da Vasta, além da legislação que abarca a relação dessas duas entidades e esse levantamento obedece uma série histórica que inicia em 2019, quando a Vasta foi criada, até 2024, ano do final da vigência do primeiro contrato do Prepara, mas que pode ser estendido com a celebração de um novo contrato que dê continuidade às ações do programa.

Também foi realizado o levantamento documental de outros contratos de modalidade similar ao programa Prepara Pará em outras secretarias de educação no Brasil, de modo a compreender melhor como essa modalidade de privatização da educação acontece por meio dos contratos de aquisição de sistemas práticos teóricos para a elaboração da dissertação.

As categorias do objeto são: privatização da educação; sistemas de avaliação e insumos pedagógicos.

O referencial teórico-metodológico

No prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política*, ao falar da sua revisão crítica da *Filosofia do Direito* de G. W. F. Hegel, Karl Marx (2008, pp. 46-47) define que:

[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de "sociedade civil". Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política.

O que Marx faz ao determinar que as relações jurídicas são condicionadas pelo que existe na concretude é percorrer o caminho contrário da lógica da dialética hegeliana, um movimento chamado de inversão materialista e acontece quando se reconhece a matéria, o

concreto, como ponto de partida para a compreensão da realidade social ao invés do pensamento abstrato e de especulação estabelecendo que essas relações podem ser explicadas por si mesmas (Marx, 2008, p. 47).

Marx também afirma que a economia política abriga a anatomia da sociedade burguesa (p. 47) e conceitua seu resultado geral a partir da seguinte formulação:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 2008, p. 47).

Ele inverte a hierarquia da dialética hegeliana ao afirmar que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 2008, p. 47), isso não significa a destruição do pensamento hegeliano, ao contrário, para Marx, como é exposto por Masson, a abstração, o movimento do pensamento, é essencial para a análise concreta das condições materiais da vida humana, pois sem pensar e analisar criticamente o objeto, não há superação das contradições e formulação de conhecimento novo, além da compreensão do real na sua essência (Masson, 2007, p. 108).

As contradições no materialismo são essenciais, pois permitem compreender as tensões e conflitos presentes na sociedade capitalista e assimilar a viabilidade de mudança social. Masson faz uso de uma citação de Henri Lefebvre para descrever como o método se relaciona com as contradições: “O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera” (Lefebvre, 1991, p.238 in Masson, 2007, p. 112). Ou seja, a princípio, o que ocorre é uma negação da coisa, mas a negação não é o final definitivo, eterno, imutável, pois, a síntese ocorre quando o conflito entre tese e antítese é superado formando um conhecimento novo que revisita a manifestação do fenômeno, mas desta vez com a superação, a negação da negação, trazendo unidade para o que estava em polos antagônicos.

É a partir da análise crítica das contradições que é possível desenvolver estratégias de luta e resistência contra as opressões e desigualdades presentes na sociedade capitalista. O método materialista histórico-dialético também enfatiza a importância da história para compreender as transformações sociais que ocorrem ao longo do tempo e como elas influenciam as relações sociais de produção e a luta de classes, isso porque esse conhecimento parte de um movimento e se há movimento, há processo histórico (Masson, 2007 p. 107).

Disso, pode-se depreender que as contradições vão ter sua aparência alterada pelo movimento da história ao mesmo tempo em que é preciso reconhecer que existem essências e contradições particulares para o homem de determinada época, mas que universalmente a maior essência do homem é tomar posse da natureza e modificá-la para sua própria existência.

Em uma pesquisa, torna-se essencial ter a compreensão desse movimento, o objeto e o sujeito pesquisador estão permeados pela aparência das coisas, os fenômenos, e é necessário realizar o processo de abstração para reconstituir o todo, mas esse todo não emerge idêntico ao que fora outrora, mas com a essência delimitada, caracterizada e diferenciada da superfície. Em resumo,

[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (Netto, 2011, p. 22).

Laredo (2023, p. 28) pontua que “o principal aspecto que assenta a crítica marxista da sociedade capitalista, em linhas gerais, está relacionado às contradições oriundas do modo de produção e acumulação”. Nesse sentido, o movimento da dialética marxista visa atingir a formação da consciência coletiva para a transformação da realidade material dos homens.

Na obra *A Ideologia Alemã* (1845 – 1846), escrita por Marx na companhia de Frierich Engels, é dito a consciência se forma a partir da organização coletiva, da classe – e nesse caso, é a classe proletária – alinhando os seus ideais para investigar e desvendar a superestrutura que condiciona as relações sociais, desmistificando a conexão entre a estrutura política e econômica com a cadeia produtiva em que atuam, tendo a histórica como ciência e a investigação empírica como forma de pensar o seu próprio tempo histórico.

O tempo histórico que permeia, supervisiona e determina o objeto dessa pesquisa é a era de adoção do neoliberalismo e suas determinações para a política e economia globais. Nesse contexto, se estudará o movimento instrumental da racionalidade neoliberal, a financeirização e suas ações que dão primazia à lógica das finanças e do acúmulo de capital sobre os setores sociais.

A financeirização e a privatização da educação, bem como a precarização do trabalho docente, são movimentos intrinsecamente ligados ao domínio hegemônico do neoliberalismo no mundo globalizado após a segunda metade do século XX. Por outro lado, o Método consiste em uma forma de investigação das crises de ordem social e econômicas arraigadas no

modo de produção capitalista.

Portanto, a pesquisa escolheu fundamentar-se em abordagens críticas sobre esses movimentos – e o neoliberalismo em si – contidas em sua maioria em estudos alinhados ao Método. Desse modo, além do uso de correntes teóricas clássicas sobre as categorias do MHD (contradição, mediação, totalidade, trabalho, etc.), outros estudos de autores como Chesnais, 1996, 2005, 2016; Sauviat, 2005; Plihon, 2002; Bastos, 2013 foram utilizados para abordar a financeirização da economia; já Adrião, 2009, 2013, 2015, 2017; Di Pietro, 2006; Oliveira, Fernandes, 2009; Peroni, 2013; são estudos que contribuirão para a investigação da privatização da educação.

Para estudos mais focados na categorização do objeto serão utilizadas as teses e dissertações do Catálogo de Teses da Capes usando descritores que auxiliem na busca de estudos de casos de empresas educacionais de capital aberto, principalmente a Cogna Educação e suas subsidiárias.

Também vale destacar a relevância do Grupo de Estudos e Pesquisa da Educação Superior, o GEPES – um grupo ativo no Instituto de Ciências da Educação da UFPA que abriga o programa de pós-graduação onde a presente pesquisa se vincula – que reúne variados estudos, incluindo dissertações de mestrado e teses de doutorado, sobre o ensino superior privado e diversas vezes aborda esta temática a partir de um contexto regional amazônico, ainda que tenha foco no contexto nacional e nas tendências globais sobre os movimentos econômicos, políticos e sociais relevantes para a educação superior.

Levantamento bibliográfico

Aqui apresenta-se as produções acadêmicas de pós-graduação *stricto sensu* levantadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes em um recorte temporal que vai de 2019 a 2023, recorte estabelecido até o presente momento desta pesquisa, dentro das áreas do conhecimento da Educação, Economia e Administração e alinhadas com as temáticas da pesquisa anteriormente citadas, além de estudos de caso sobre a Cogna Educação, tendo em vista que é a empresa fundadora da Vasta, os estudos já realizados sobre ela estão em maior número, considerando que a Vasta é uma empresa que existe só há 5 anos, e ajudam a estabelecer o conhecimento científico e crítico sobre as atividades mercantis de sua subsidiária.

Os descritores idealizados para serem usados nesse levantamento foram [Cogna Educação], [Vasta Educação], [financeirização da educação], [privatização da educação].

A partir do conhecimento prévio de que já existiam muitas produções sobre a Cogna, foi decidido usar todos os descritores de uma vez na busca para otimizar resultados e ganhar

tempo, desse modo, o descritor “Cogna Educação [OR] financeirização da educação [OR] privatização da educação” foi utilizado sem filtro e ele gerou 219.142 produções. Após isso, foi aplicado o filtro de recorte temporal, selecionando os anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. O ano de 2019 foi escolhido como marco inicial por ser o ano em que a Cogna mudou sua estrutura societária para os quatro segmentos e alterou o nome fantasia e 2023 como ano final do levantamento.

O terceiro passo foi delimitar a grande área como Ciências Humanas, visando eliminar pesquisas que não trouxessem relevância para o objeto por se distanciarem completamente da grande área que abrange as categorias de análise desse objeto, essa nova classificação resultou em 26.097 produções. A etapa seguinte foi a delimitação da área de concentração em educação e economia, dando origem a 10.440 produções.

A partir desse resultado, não havia mais filtros que pudessem ser selecionados para diminuir o número de produções, então iniciou-se a leitura por títulos. Descartou-se qualquer título de produção que indicasse uma temática mais periférica em relação ao objeto, eliminando produções de matemática, biologia, linguagens, educação de campo, educação de jovens e adultos, formação de professores e afins. A ideia era encontrar produções com títulos que expusessem a maior precisão a relação da temática da privatização da educação, bem como a financeirização, com o objeto Cogna Educação.

A partir desse critério mais preciso, foi feita a leitura dos resumos que detectou 10 produções contendo estudo de caso sobre a Cogna dentro da perspectiva da privatização ou financeirização, 1 estudo de caso sobre a Vasta e outras 6 produções que discorreram sobre os fenômenos de financeirização e privatização de maneira mais geral, mas ainda alinhados com a Cogna e demais empresas educacionais de capital aberto. Totalizando, assim, 13 monografias, sendo 8 dissertações de mestrado (7 acadêmicos e 1 profissional) e 5 teses de doutorado:

Quadro 1 – Levantamento das teses e dissertações com estudos relevantes para a pesquisa sobre a privatização da educação entre 2019 e 2022

ANO	TÍTULO	AUTOR/AUTORA	IES	TIPO	Categoria de estudo de maior pertinência para esta pesquisa
2019	A expansão do ensino superior brasileiro e seus programas de financiamento: entre a democratização e a mercantilização do ensino	Juliana Reksua Rosa	UNIFESP	Mestrado em economia	Financeirização e mercantilização da educação
	Financeirização no ensino superior: a educação como	Pedro Henrique	UFRJ	Doutorado em	Financeirização da educação e estudo

ANO	TÍTULO	AUTOR/AUTORA	IES	TIPO	Categoria de estudo de maior pertinência para esta pesquisa
	fronteira de valorização e acumulação de capital – o caso da Kroton Educacional	de Sousa Tavares		educação	de caso Cogna
	Financiamento estudantil nas instituições privado-mercantis de ensino superior no Brasil: o caso da Kroton Educacional	Tayanne de Fatima Almeida Tabosa dos Reis	UFPA	Mestrado em educação	Financiamento da educação e estudo de caso Cogna
2020	Determinações do capital financeiro no ensino superior brasileiro: expansão privada e formação dos oligopólios de ensino (1990-2018)	Allan Kenji Seki	UFSC	Doutorado em educação	Financeirização da educação
	Privatização mercantil da educação superior em contexto de regulação transnacional – o caso FAMA/KROTON do Amapá, Brasil.	Heryka Cruz Nogueira	UNINO VE	Doutorado em educação	Privatização da educação, estudo de caso Cogna
	A atuação e expansão da empresa Kroton Educacional na educação básica	Deysiane Farias Pontes	UNB	Doutorado em educação	Estudo de caso Cogna
	Estudo de eventos em fusões e aquisições: uma avaliação dos casos Kroton-Anhanguera e Kroton-Estácio	Felipe Neiva Mundim	IDP	Mestrado profissional em economia	Estudo de caso Cogna
2021	-	-	-	-	-
2022	Edtechs e Cogna: novas expressões da subordinação da educação ao capital	Vinicius de Moraes Campos de Azevedo	UFRJ	Mestrado em educação	Estudo de caso Cogna
	Privatização na educação básica do Paraná: análise sobre a atuação de empresas educacionais e sistemas privados de ensino	Thais Godoi de Souza	UEM	Doutorado em educação	Financeirização da educação e estudo de caso Vasta/Cogna
	A participação do "Grupo Cogna Educação" na financeirização da Educação Básica do Brasil	Carolina Rezende de Almeida	UFU	Mestrado em educação	Financeirização da educação e estudo de caso Cogna
	Os efeitos do imperialismo no ensino superior da periferia capitalista e o caso brasileiro: Da Reforma de 1968 à Kroton como maior grupo privado do mundo em 2016	Guilherme Ginjo	UFABC	Mestrado em economia	Estudo de caso Cogna

ANO	TÍTULO	AUTOR/ AUTORA	IES	TIPO	Categoria de estudo de maior pertinência para esta pesquisa
	Financeirização na educação básica: um estudo sobre a Vasta Educação	Raimundo da Silva Lima	UNB	Mestrado em Educação	Estudo de caso Vasta

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de coleta no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2023).

Como sinalizado anteriormente, o levantamento indicou 9 estudos de caso sobre a Cogna Educação, essa pesquisa vai considerar esses estudos os mais pertinentes e alinhados com o estudo aqui presente, pois, além de terem foco no mesmo objeto, também trazem discussões sobre privatização da educação brasileira. Os outros estudos também encontram sua importância por serem descritores dos fenômenos em maior escala e contexto, levando em conta o impacto na educação como um todo, deste modo, a seguir será descrito, por ano e grau da produção a temática encontrada nos resumos.

No ano de 2019, houve três produções: duas dissertações e uma tese. A dissertação de mestrado em economia “A expansão do ensino superior brasileiro e seus programas de financiamento: entre a democratização e a mercantilização do ensino” de Juliana Reksua Rosa, da UNIFESP, estudou a ambiguidade entre os programas de ampliação do acesso ao ensino superior, como PROUNI e FIES, que atuam também como meios de financiamento público para as empresas educacionais privado-mercantis, incluindo a Cogna que adere ao estudo.

A segunda dissertação, é um mestrado em educação da UFPA intitulada “Financiamento estudantil nas instituições privado-mercantis de ensino superior no Brasil: o caso da Kroton Educacional” de Tayanne de Fatima Almeida Tabosa dos Reis investigou duas formas de financiamento estudantil da educação superior utilizadas pela Kroton (até o ano em questão era o nome da Cogna), o Parcelamento Estudantil Privado (PEP) e o PraValer. Tencionou analisar essas duas novas formas de financiamento no contexto de financeirização da educação. Assim como a dissertação anterior, estudou o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), financiamento estudantil garantido pelo Estado, e levantou a hipótese de que o programa foi uma política indutora da privatização, expansão e financeirização da educação superior no Brasil, que abriu caminho para as formas de financiamento implementadas pela companhia.

A tese de doutorado em educação pela UFRJ “Financeirização no ensino superior: a educação como fronteira de valorização e acumulação de capital – o caso da Kroton

Educacional” de Pedro Henrique de Sousa Tavares defende que o processo de monopolização do setor educacional inaugurou também um processo de mercantilização de novo tipo. Identifica, a partir de estudo de caso da Cogna, os grandes grupos ou fundos que têm controlado uma parcela cada vez maior das matrículas do ensino superior e que a remuneração dos investidores dos fundos tem sido cada vez maior. Sustenta, também, que esse processo foi alavancado por meio de sistemática indução do Estado, o fundo público é parte do circuito que possibilita a valorização do capital.

Em 2020 foram 4 produções: 4 doutorados e 1 mestrado profissional. A dissertação de mestrado profissional em economia, pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), “Estudo de eventos em fusões e aquisições: uma avaliação dos casos Kroton-Anhanguera e Kroton-Estácio” por Felipe Neiva Mundim teve como objetivo avaliar os potenciais efeitos (anti)competitivos de dois atos de concentração do setor de serviços educacionais notificados ao Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (CADE): Kroton-Anhanguera (2013) e Kroton-Estácio (2016). Apesar de ser da área da economia, essa dissertação tem uma relevância para a pesquisa, pois traz o movimento de expansão da Cogna, a formação de seu oligopólio e quais medidas foram tomadas pelo CADE para tentar controlar essa oligopolização e o princípio da livre-escolha.

A tese de doutorado em educação pela UFSC “Determinações do capital financeiro no ensino superior brasileiro: expansão privada e formação dos oligopólios de ensino (1990-2018)” de Allan Kenji Seki examina a expansão e oligopolização do ensino superior privado no Brasil entre os anos 1990 e 2018, como importante expressão da ampliação dos campos de inserção do capital financeiro, que é um processo que perpassa as alterações legais e normativas do ensino superior, as transferências de fundos públicos para o fundo de acumulação de capitais combinadas com as imunidades tributárias dedicadas as empresas de ensino, bem como o papel do Estado no direcionamento da mercantilização e privatização da educação. É uma tese que não está relacionada a um estudo de caso, mas discorre sobre a privatização da educação através de financiamento público e o papel do Estado nesse processo.

“A atuação e expansão da empresa Kroton Educacional na educação básica” é a tese de doutorado em educação de Deysiane Farias Pontes pela UNB e investiga o processo de atuação e expansão da empresa privada com fins lucrativos Kroton Educacional, na provisão de serviço privado com foco na educação básica brasileira, de 2008 a 2018. Essa pesquisa se distingue um pouco das outras já citadas por não focar no ensino superior.

Ela também detectou movimentos pertinentes sobre os desdobramentos mercantis da

Cogna como: atuação multifacetada no processo de privatização, com frente de atuação diversificada por meio das dimensões de venda de desenho curricular, gestão escolar e oferta de serviços e produtos; expansão dos negócios da Kroton na educação básica também com a atuação na dimensão de articulação política em redes de empresários, em prol da privatização da educação básica pública; financeirização da educação básica por meio da atração de investidores nacionais e internacionais como mais uma forma de privatização que opera com o capital fictício.

Em 2021 não houve produções relacionadas ao tema, já em 2022 houve 5 produções, 4 mestrados e 1 doutorado. A dissertação de mestrado em educação “Edtechs e Cognia: novas expressões da subordinação da educação ao capital” de Vinicius de Moraes Campos de Azevedo, pela UFRJ mostrou a instrumentalização da tecnologia no processo de valorização do seu capital em um contexto de predomínio da financeirização na economia nacional.

A dissertação de mestrado em educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) “A participação do ‘Grupo Cognia Educação’ na financeirização da Educação Básica do Brasil” de Carolina Rezende de Almeida disserta de maneira mais geral sobre a Cognia e sua relação com a financeirização da educação, mas a pesquisa foca na educação básica e as investidas que a Cognia direciona a esse setor através de suas plataformas digitais, materiais didático, sistemas de ensino, curso de idiomas, entre outros.

Guilherme Ginjo apresenta “Os efeitos do imperialismo no ensino superior da periferia capitalista e o caso brasileiro: Da Reforma de 1968 à Kroton como maior grupo privado do mundo em 2016” na sua dissertação de mestrado em economia, onde tenta relacionar o imperialismo com o atual modelo de educação privada. Ele escolheu trabalhar essa relação a partir das “recomendações” que entidades financeiras internacionais, como FMI, estipulam para países da América Latina e que são cumpridas a partir de políticas de austeridade.

O único estudo de caso sobre a Vasta Educação é a dissertação de mestrado “Financeirização na educação básica: um estudo sobre a Vasta Educação” de Raimundo da Silva Lima, pela UNB. O pesquisador focou na Vasta para tentar compreender como ocorre a financeirização da educação básica, a partir de um levantamento documental no site da empresa e de notícias sobre os empreendimentos Vasta divulgadas em grandes veículos de imprensa, usando um recorte temporal de 2017 – 2021. Esse recorte temporal, junto com a singularidade desse estudo sobre a Vasta, o único até o presente momento, são importantes para esta pesquisa, pois evidenciam o ineditismo da proposta de estudo que foca nas investidas da Vasta para a educação pública, atividade iniciada apenas em 2023.

E, por fim, “Privatização na educação básica do Paraná: análise sobre a atuação de

empresas educacionais e sistemas privados de ensino” tese de doutorado em educação de Thais Godoi de Souza pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) que buscou analisar a atuação de grupos empresariais na educação básica pública do Paraná a fim de identificar o custo da adoção de sistemas privados de ensino pela rede municipal de ensino paranaense e as implicações dessa ação para as políticas da educação básica pública, outro estudo sobre a privatização da educação básica.

Levantamento documental

O Levantamento documental foi feito primeiramente no site da Vasta Educação para o trabalho no primeiro capítulo. Foi feito na área de Relação com Investidores no site da instituição e abrange o corte temporal 2020 – 2023, todos os anos disponíveis pela empresa, já que esta possui poucos anos de operação.

Foram priorizados os informes trimestrais de resultados, com enfoque nos de segundo e quarto trimestre, pois possuem descrições mais relevantes sobre as atividades da empresa; os informes à imprensa sobre vendas e aquisições e os relatórios de sustentabilidade, onde a companhia apresenta aos acionistas suas práticas de padrão ESG e seu planejamento para o ano seguinte.

O terceiro capítulo possui documentos das secretarias estaduais de educação do Pará e do Amazonas, bem como das secretarias municipais de Porto Alegre (RS), Sorocaba (SP) e Goiana (PE), além de dois editais do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Parnaíba (Cispar), em Patos de Minas, Minas Gerais e do Relatório de uma CPI realizada em Porto Alegre em 2023. Consistem em editais de licitação e contratos de aquisição de insumos pedagógicos para as redes de educação básica.

Quadro 2 – Levantamento documental da Vasta Educação 2020 – 2023.

ANO	NOME	TIPO DE DOCUMENTO
2020	<i>Vasta Platform Limited Announces Launch of Initial Public Offering</i> (Vasta Platform Limited anuncia lançamento de oferta pública inicial)	Comunicado à imprensa – Dispõe sobre a abertura de capital na bolsa de valores NASDAQ.
2020	<i>Vasta Platform Limited Reports Second Quarter and First Half 2020 Financial Results</i> (Vasta Platform Limited informa resultados financeiros do segundo trimestre e primeiro semestre de 2020)	Informe Trimestral de Resultados (ITR) – segundo trimestre de 2020 (2Q20).
2020	<i>Vasta acquires Meritt, the leading digital assessment platform in</i>	Comunicado à imprensa – Dispõe sobre a compra estratégica da plataforma Meritt que contém a maior

ANO	NOME	TIPO DE DOCUMENTO
	<i>Brazil</i> (Vasta acquire Meritt, plataforma de avaliação digital líder no Brasil)	base de dados do ensino fundamental do Brasil.
2020	<i>Vasta Announces Fourth Quarter 2020 Results</i> (Vasta anuncia os resultados do quarto trimestre de 2020)	Informe Trimestral de Resultados (ITR) – quarto trimestre de 2020 (4Q20).
2020	Licitação Pública Internacional LPI nº 001/2020	Pactua contrato entre a SUDU e a Secretaria do Amazonas com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a aquisição de laboratórios de atividades maker.
2021	<i>Vasta to acquire Editora Eleva</i> (Vasta vai adquirir a Editora Eleva)	Comunicado à imprensa – Dispõe sobre o acordo de compra e venda feito com o grupo Eleva: a Vasta adquiriu a Editora Eleva por meio da subsidiária Somos, enquanto a afiliada da Cogna Educação, a Saber Serviços Educacionais, concordou com a venda das escolas sob sua administração para o grupo Eleva como contraparte do acordo.
2021	Extrato do contrato da empresa SUDU Inteligência Educacional nº 144/2021, firmado em 30 de agosto 2021.	Extrato do contrato entre a SUDU e o município de Goiana em Pernambuco para a aquisição de material
2021	<i>Vasta Announces the Acquisition of Sociedade Educacional da Lagoa Ltda.</i> (Vasta Anuncia Aquisição da Sociedade Educacional da Lagoa Ltda.)	Comunicado à imprensa – Dispõe sobre a compra da Sociedade Educacional da Lagoa e as suas plataformas digitais de serviços educacionais.
2021	<i>Vasta acquires Redação Nota 1000</i> (Vasta acquire Redação Nota 1000)	Comunicado à imprensa – Dispõe sobre a compra da plataforma digital Redação Nota 1000 que presta serviços de correção individual e/ou automatizada de redações com foco em processos seletivos como o ENEM.
2021	<i>Vasta announces agreement for distribution of Mackenzie Learning System</i> (Vasta anuncia acordo para distribuição do Mackenzie Learning System)	Comunicado à imprensa – Dispõe sobre o acordo de exclusividade da Vasta na distribuição do sistema de ensino Mackenzie.
2021	<i>Vasta Platform Limited – ESG Materiality Assessment</i> (Vasta Platform Limited – Avaliação de Materialidade ESG)	Comunicado à imprensa – Dispõe sobre a condução de uma avaliação realizada pela Vasta com os acionistas e investidores do mercado em geral para saber se a companhia corresponde aos padrões ESG (Ambientais, Sociais e de Governança).
2021	<i>Vasta Announces Fourth Quarter 2021 Results</i> (Vasta anuncia resultados do quarto trimestre de 2021)	Informe Trimestral de Resultados (ITR) – quarto trimestre de 2021 (4Q21).
2022	<i>Vasta acquires Phidelis, a complete platform of academic and financial management for K-12 schools</i> (Vasta acquire Phidelis, plataforma completa de gestão acadêmica e financeira para escolas de ensino fundamental e	Comunicado à imprensa – Dispõe sobre a compra da Phidelis e seu aporte de plataformas digitais de ensino que atendia, até o momento da aquisição, 35 escolas e atingiu uma receita de 5 milhões de reais.

ANO	NOME	TIPO DE DOCUMENTO
	médio)	
2022	<i>Sustainability Report 2021</i> ³ (Relatório de Sustentabilidade 2021)	Relatório anual sobre as atividades da companhia que correspondem aos padrões ESG – é o primeiro relatório dessa natureza feito pela companhia.
2022	<i>Vasta announces closing of investment in Educubank</i> (Vasta anuncia fechamento de investimento no Educubank)	Comunicado à imprensa – Dispõe sobre o fechamento das negociações para investimento na <i>fintech</i> Educubank, o primeiro ecossistema financeiro dedicado às escolas de ensino fundamental e médio do Brasil.
2022	<i>Vasta Platform Limited Reports Second Quarter and First Half 2022 Financial Results</i> (Vasta Platform Limited informa resultados financeiros do segundo trimestre e primeiro semestre de 2022)	Informe Trimestral de Resultados (ITR) – segundo trimestre de 2022 (2Q22).
2022	<i>Vasta Announces Fourth Quarter 2022 Results</i> (Vasta anuncia resultados do quarto trimestre de 2022)	Informe Trimestral de Resultados (ITR) – quarto trimestre de 2022 (4Q22).
2022	Edital 003/2022 Cispar	Edital feito pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Parnaíba (Cispar), em Patos de Minas, Minas Gerais. Foi o edital que deu origem ao contrato da Seduc com a SUDU.
2022	Edital 005/2022 Cispar	Edital feito pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Parnaíba (Cispar), em Patos de Minas, Minas Gerais. Foi o edital que deu origem ao contrato da Smed-POA com a SUDU.
2023 ⁴	<i>Vasta Announces First Quarter 2020 Results</i> (Vasta anuncia os resultados do primeiro trimestre de 2020)	Informe Trimestral de Resultados (ITR) – primeiro trimestre de 2020 (1Q20).
2023	<i>Vasta Announces Second Quarter 2023 Results</i> (Vasta anuncia os resultados do segundo trimestre de 2023)	Informe Trimestral de Resultados (ITR) – segundo trimestre de 2023 (2Q23).
2023	<i>Sustainability Report 2022</i> ⁵ (Relatório de Sustentabilidade 2021)	Relatório anual sobre as atividades da companhia que correspondem aos padrões ESG – é o primeiro relatório dessa natureza feito pela companhia.
2023	<i>Cogna Day 2023 – Vasta Institutional Presentation</i> (Cogna)	Apresentação institucional para acionistas sobre todas as companhias pertencentes à Cognia Educação –

³ Apesar de ser um relatório de sustentabilidade de 2021, o seu lançamento ocorreu apenas em 28 de abril de 2022, além disso, um relatório de sustentabilidade não só contém o que foi feito pela companhia durante o ano de sua vigência como as estratégias propostas para o ano seguinte.

⁴ A Vasta ainda não disponibilizou os documentos do ciclo 2023 em PDF, todos os relatórios e comunicados à imprensa são analisados diretamente nas páginas eletrônicas do site e, até o presente momento, o relatório do quarto e último trimestre de 2023 ainda não foi disponibilizado pela companhia.

⁵ Apesar de ser um relatório de sustentabilidade de 2022, o seu lançamento ocorreu apenas em 2023 (data não divulgada), além disso, um relatório de sustentabilidade não só contém o que foi feito pela companhia durante o ano de sua vigência como as estratégias propostas para o ano seguinte.

ANO	NOME	TIPO DE DOCUMENTO
	Day 2023 – Apresentação Institucional da Vasta)	dispõe sobre os resultados e projeções para novas estratégias da Vasta.
2023	Contrato nº. 031/2023	Contrato que estabelece a relação entre a <i>holding</i> Vasta Educação e a Secretaria Estadual de Educação do estado do Pará (SEDUC-PA) para o desenvolvimento do programa Prepara Pará.
-	Manual Prepara Pará para professores	Instrui os professores acerca da correção dos simulados do programa e do uso da plataforma de correção
2023	Cadernos de Português e Matemática para alunos do Ensino fundamental e Médio	Materiais didáticos impressos do programa.
2023	Relatório final da CPI da Educação em Porto Alegre.	Documento com os registros de oitivas da CPI da Educação na cidade de Porto Alegre onde foram investigados os contratos da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (Smed) para aquisição de insumos pedagógicos.
	Processo de inexigibilidade nº 021/2023 CPL nº 300/2023	Instrui a aquisição por inexigibilidade de licitação de materiais didáticos da SUDU pela Secretaria da Educação de Sorocaba.
2024	Revogação - Inexigibilidade Nº 021/2023	Revoga o processo de inexigibilidade nº 021/2023 e rescinde o contrato da prefeitura de Sorocaba com a SUDU.
2024	Edital Pregão Eletrônico Nº 90010/2024	Abre a licitação para um novo ano de vigência do Prepara Pará.

Assim a introdução ao objeto desta pesquisa se define, conceituando a origem e estratégias de mercado da Vasta Educação voltadas para a oferta de serviços digitais para a educação básica no setor público, bem como a descrição sua natureza de empresa financeirizada; de uma breve descrição das investidas já existentes para a educação básica e pública; da delimitação dos objetivos gerais e específicos, metodologia e levantamento documental e científico que serão explorados durante os capítulos de desenvolvimento.

O primeiro capítulo discorre sobre a Vasta Educação, sua origem na reestruturação de negócios da Cogna Educação e fala também sobre a Somos Educação, subsidiária da companhia responsável pelas atividades comerciais.

O segundo capítulo fala da rede estadual de educação básica do Pará, a caracterização do local, o atual governo e quem são os agentes de privatização da educação no estado, dissertando sobre o histórico do secretário de educação e as estratégias de aprovação nos exames de avaliação em larga escala.

O terceiro capítulo disserta sobre o Programa Prepara Pará, sobre a empresa distribuidora SUDU e como ela foi criada, além de trazer um histórico da SUDU e seus outros contratos e os problemas decorrentes deles.

Deste modo, este estudo se divide em introdução, capítulo um, capítulo dois, capítulo três, considerações finais e referências.

CAPÍTULO 1 – A VASTA EDUCAÇÃO E SUA ORIGEM A PARTIR DA RESTRUTURAÇÃO DA COGNA EDUCAÇÃO

Uma ação primária para esta pesquisa é caracterizar a situação peculiar da Vasta Educação em relação a outras companhias educacionais no Brasil. Isso porque a Vasta é uma empresa de capital aberto em uma bolsa de valores que pertence a outra empresa de capital aberto, a Cogna Educação, maior companhia de serviços educacionais do Brasil e do mundo, segundo a *Sustainalytics* (Cogna Educação, 2022, p. 18), a mais importante agência global de avaliação de empresas a partir de conceitos Ambientais, Sociais e de Governança (ESG⁶).

No presente capítulo, essa pesquisa mostra, em sua primeira seção secundária, uma linha do tempo que permita ver o processo de origem da Cogna, dos primórdios do curso preparatório pré-vestibular em 1966, a expansão das unidades de ensino na educação básica, os empreendimentos no ensino superior, a abertura de capital, as mudanças de nomenclatura e as fusões e aquisições.

A segunda seção secundária aborda a mudança na estrutura de negócios que deu origem a Vasta que será a empresa acompanhada – na companhia da subsidiária Somos Educação – no que diz respeito ao objeto: o contrato entre a Vasta e a Seduc-PA que estabeleceu a implementação do programa Prepara Pará.

A terceira seção secundária aborda a subsidiária Somos Educação, um breve histórico dessa empresa e a atuação dela no comércio de insumos pedagógicos por meio da venda de materiais didáticos para a educação básica, bem como o papel de fornecedora dos materiais do programa Prepara Pará.

1.1 A linha do tempo da Cogna Educação como ilustradora das transformações de ordem econômica e legislativa da Educação Brasileira

A história de origem da Cogna não é exatamente uma novidade para os estudos de privatização e/ou financeirização da educação no Brasil, de fato, diversas produções acadêmicas que se propuseram a realizar estudos de caso sobre a atuação e interferência das companhias educacionais de capital aberto na educação brasileira, seja a básica ou a superior, precisaram dissertar sobre a linha do tempo de seus respectivos objetos e a Cogna condensa alguns deles.

⁶ ESG é a sigla, em inglês, para *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança) e esse termo foi documentado pela primeira vez em um relatório do ano de 2004 da Organização das Nações Unidas (ONU) chamado *Who Cares Wins* (Ganha quem se importa). O termo se refere a um conjunto de práticas administrativas que uma instituição deve adotar para minimizar o impacto no meio ambiente, contribuir socialmente com políticas que promovam equidade e justiça social e promover práticas eficientes de governança, eficiência segundo os parâmetros de mercado, visando assim promover o diferencial competitivo de uma empresa e atrair os investidores (Sebrae, 2024).

Essa pesquisa tentará falar de maneira mais concisa sobre o histórico da Cogna Educação, com o bem-vindo suporte referencial de alguns desses estudos que consistem principalmente em teses e dissertações de pós-graduação *stricto sensu*, pois, embora seja necessário trazer as diversas transformações estruturais que esse grupo realizou desde sua origem em 1966, a série histórica pertinente a esse estudo compreende os anos de 2019 a 2023 (com algumas citações a atividades realizadas em 2024) e serão prioridade investigativa desta pesquisa.

Aqui, justifica-se discutir o histórico da Cogna, pois, sendo uma empresa que existe desde a criação do curso pré-vestibular Pitágoras em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 11 de abril de 1966 (Cogna, 2024⁷) por quatro engenheiros (Evando Neiva, João Lucas Mazoni Andrade, Marcos Mares Guia e Júlio Cabizuca) e um médico (Marcos dos Mares Guia), o seu desenvolvimento e mudanças ocorreram dentro das transformações que a própria educação brasileira sofreu no âmbito legislativo e político da segunda metade do século XX até os dias atuais.

A própria criação do curso pré-vestibular Pitágoras foi propiciada por iniciativas de fomento à maior participação do setor privado na educação, por meio de incentivos fiscais como isenção tributária.

Esses incentivos a instituições educacionais foram solidificados em atos regulatórios como o Decreto-Lei nº 527, de 1º de julho de 1938, que em seu Artigo 1º define que “A cooperação financeira da União com as entidades privadas, através do Ministério da Educação e Saúde, será de duas modalidades: ordinária e extraordinária” (Brasil, 1938). Os parágrafos 1º e 2º definem as duas modalidades citadas como:

§ 1º A cooperação ordinária consistirá na **concessão anual da subvenção federal às instituições regularmente organizadas**, para auxiliar a realização de seus objetivos normais.

§ 2º A cooperação extraordinária consistirá na **concessão da subvenção federal a qualquer entidade de caráter privado** para auxiliar a realização de atividades de natureza especial ou temporária (Brasil, 1938, Art. 1).

Davies (2002) afirma que, enquanto a modalidade ordinária visava garantir recursos para a manutenção das atividades permanentes das instituições subvencionadas, a modalidade

⁷ Para auxiliar na construção da linha do tempo da companhia, além das produções acadêmicas sobre a Cogna, foi realizada consulta ao site de relações com investidores do Grupo Cogna, especificamente na seção Histórico do antigo site de Relações com os investidores. O site passou por reformulações em 2024 e a seção Histórico não estava mais presente para consulta até outubro de 2024, logo, a citação de alguns fatos históricos datam de pesquisas realizadas anteriormente e por meio do recuperação no site da organização de arquivamento digital *Internet Archive*, com endereço disponível nas referências.
[<https://web.archive.org/web/20230329095745/https://ri.cogna.com.br/a-kroton/historico/>].

extraordinária tinha o claro propósito de propiciar a expansão do setor privado na educação, pois, o destino dos recursos eram atividades de “construções, obras de reforma, aquisição, adaptação, conservação e melhoria de imóveis e equipamentos” (Davies, 2002). A Lei 1.493 de 1951 consolidou o condicionamento das subvenções ao caráter filantrópico das instituições beneficiadas.

Cinco anos antes, a Constituição Federal de 1946 garantiu a isenção de todos os impostos para as instituições educacionais privadas de caráter filantrópico, confessional ou comunitário, exigindo que suas atividades não tivessem fins lucrativos (Davies, 2004, p. 3). Também foram privilegiadas com a isenção da contribuição previdenciária patronal das filantrópicas, instituída pela Lei 3.577 de 1959, o que representou uma economia de cerca de 20% da sua folha de pagamento (Davies, 2004, p. 3).

O curso pré-vestibular Pitágoras expandiu, seis anos após a sua abertura, que à época contou com “600 alunos distribuídos em 13 turmas e três turnos” (Cogna, 2021), o Colégio Pitágoras Timbiras para alunos do 1º e 2º graus foi inaugurado. Em 1974 ocorre o início das operações da maior unidade do Grupo Pitágoras no Ensino Básico, o Colégio Pitágoras Cidade Jardim (Cogna, 2021).

Na década de 1970, contexto de ditadura militar no Brasil, o já chamado Grupo Pitágoras⁸ cresceu de forma considerável (Seki, 2020, p. 103), o regime vigente à época proporcionava uma proteção política e econômica que garantia a expansão desses empreendimentos, expansão essa alinhada ao interesse de favorecer a privatização do ensino (Seki, 2020, p. 104).

Como mencionado anteriormente, a imunidade tributária gerada pela categoria filantrópica ou sem fins lucrativos favoreceu as instituições privadas no sentido de ter maiores recursos para investir na estrutura física dos empreendimentos ampliando a oferta e, consequentemente, a base de alunos, ou *clientela*, por meio da aquisição de outras instituições educacionais privadas e a criação de novas unidades fora do território de origem (Ginjo, 2022, p. 93).

As atividades do grupo Pitágoras durante as décadas de 1970 e 1980 foram bastante similar às de outras empresas que viriam a ser as grandes companhias brasileiro de capital aberto, como a própria Pitágoras → Kroton → Cogna.

Durante os anos de 1980, as unidades escolares Pitágoras expandiram não só em solo brasileiro, com escolas para alunos do ensino fundamental e médio nos estados de Rondônia,

⁸ A Cogna passou por algumas mudanças de nomenclatura, como essa dissertação deixa claro, o uso do nome Pitágoras para se referir à empresa nesse momento tem a finalidade de reforçar o contexto histórico.

Amazonas, Pará, Maranhão, Goiás e Bahia, como também “por uma parceria com uma construtora que iniciaria duas obras de infraestrutura no Iraque e na Mauritânia, o Pitágoras dirigiu escolas com mais de mil alunos brasileiros nesses países” (Cogna, 2021) e o grupo também se expandiu para Congo Francês, Equador, Peru e Angola.

Em 1995 é criada a Rede Pitágoras, um conjunto de escolas que em um ano já contava com 106 escolas. Em 1996 é publicada a primeira Coleção Pitágoras (que tem como objetivo expressar a prática pedagógica das escolas da Rede Pitágoras) (Cogna, 2021). E em 1998 foi publicado o primeiro Projeto Pedagógico Pitágoras.

Em 1999, é criada a Fundação Pitágoras para viabilizar projetos educacionais em instituições públicas e privadas. A década de 1990 é muito relevante para as atividades expansionistas do grupo Pitágoras – e demais instituições educacionais –, pois é nesse período que ocorre os processos de reconhecimento legal de atividades de fins lucrativos na educação, etapa necessária para que o ensino privado pudesse fazer alterações mais significativas nas operações de acumulação de capital; podendo assim, se adequar à legislação que “rege as sociedades mercantis” (Seki, 2020, 185).

A dissertação de Ginjo (2022, p. 91) sinaliza três marcos legislativos importantes que propiciaram a expansão do setor privado na educação que ajudam a entender o amparo legal que essa expansão obteve: a) a Reforma Universitária de 1968; b) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB) e o decreto regulamentando a finalidade de lucro de 1997 e c) o fortalecimento desses grupos, durante a primeira década do século XXI por meio de benefícios fiscais e financeiros a partir da adesão a programas oriundos de políticas públicas de acesso ao ensino superior, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

Entretanto, é importante incluir também a própria Constituição Federativa de 1988 como um importante marco para o reconhecimento legal das atividades privadas na educação brasileira em seu Artigo 209, incisos I e II:

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:
I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público (Brasil, 1988, Art. 209).

Todavia, outro artigo da Constituição desperta atenção, o Artigo 213, inciso I, estabelece que recursos públicos serão por definição destinados às escolas públicas, mas podem ser também concedidos a escolas de caráter comunitário, confessional ou filantrópico,

definidas assim em lei, desde que “comproven finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação” (Brasil, 1988, Art. 213).

Oliveira (2007, pp. 102 – 103) afirma que, a partir do Art. 213, foi admitido pela primeira vez, pela legislação educacional brasileira, a existência de empresas que “visam ao lucro”, ainda que por meio de uma negativa, ao vedar o recebimento de recursos públicos da educação. Oliveira (2007, p. 103) também explica que essa admissão jurídica tem um aspecto que o autor considera positivo, pois, ao desvelar essas já existentes empresas educacionais da categoria filantrópica, elas precisam deixar de pleitear os recursos financeiros e imunidades fiscais destinados a instituições sem fins lucrativos e, conseqüentemente, parar de encobrir suas atividades lucrativas por meio de prestações de contas artificiosas (2007, p. 103).

É claro que a palavra “positivo” aqui se restringe apenas ao fim das ações para burlar as exigências para as entidades sem fins lucrativos, para essa pesquisa, o reconhecimento legal das atividades com fins lucrativos no arcabouço educacional tem conseqüências negativas para a educação e a sua finalidade como direito essencial para a formação e emancipação do indivíduo.

A partir desse reconhecimento, as empresas obtiveram a oportunidade de se reorganizarem como sociedades mercantis (Seki, 2020, p. 185) em um processo que iniciou o condicionamento da educação às operações de acúmulo massivo de capital, bem como a inserção dos fundos de investimentos e outros tipos de investidores institucionais (Seki, 2020, pp. 191 – 192).

A partir dos anos de 1970, o capitalismo começou a se reorganizar em uma nova proposta de política econômica que rompeu com o Estado de bem-estar social (Welfare State⁹) com o enfraquecimento do pacto Keynesiano¹⁰ e a iminência de uma crise de inflacionária e de desemprego sobre os países capitalistas. O Estado de Bem-Estar Social tinha sua estrutura de serviços subsidiadas pelo Estado, por meio da arrecadação de impostos

⁹ Kato; Cordeiro; Costa (2023, p. 2) explicam que o Welfare State (ou Estado de bem-estar social) se constituía como o modelo de financiamento público da economia capitalista e tinha sua base de sustentação na esfera pública, conforme o pacto keynesiano. A partir de regras universais, o fundo público passou, de um lado, a ser o pressuposto do financiamento da acumulação do capital nessa mesma esfera pública; de outro, o financiamento da força de trabalho atingia globalmente a população por meio de gastos sociais (educação universal, gratuita e obrigatória; seguro desemprego; subsídios para transporte, entre outros), e benefícios familiares (auxílio habitação, salário-família), além de gastos com o capital e com o financiamento da ciência” (Kato; Cordeiro; Costa, 2023, p. 2).

¹⁰ As teorias keynesianas, ou Keynesianismo, se referem às ideias do economista John M. Keynes, ou que foram baseadas nos estudos de Keynes, que tiveram forte repercussão nos estudos de macroeconomia e que orientaram as políticas sociais e econômicas dos Estados Unidos em meados do século XX. Em sua principal obra, A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, de 1936, Keynes defendia a atuação do governo na garantia de empregos, o que fortaleceria os comércios e conseguiria conter o ciclo de crises do capitalismo.

e aplicação nas políticas públicas e, nesse contexto, o setor privado se via insatisfeito com os impostos que tinham que arcar, com as responsabilidades com a classe trabalhadora e com a regulação do Estado sobre suas atividades comerciais.

Sobre um conceito de neoliberalismo, David Harvey ainda disserta:

O neoliberalismo é, acima de tudo, uma teoria das práticas político-econômicas que afirma que a melhor forma de promover o bem-estar do ser humano é não restringir o livre desenvolvimento das capacidades e liberdades empreendedoras do indivíduo, dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, mercados livres fortes e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar o quadro institucional adequado para o desenvolvimento dessas práticas. Por exemplo, tem que garantir a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também prever as funções e estruturas militares, defensivas, policiais e jurídicas necessárias para assegurar os direitos de propriedade privada e garantir, se necessário através do uso da força, o bom funcionamento dos mercados. Por outro lado, em áreas onde não há mercado (como terra, água, educação, saúde, seguridade social ou poluição ambiental), ela deve ser criada, quando necessário, por meio da ação estatal. Mas o Estado não deve se aventurar além do que essas tarefas prescrevem. Intervenção estatal nos mercados (uma vez criada) deve ser mínima porque, de acordo com essa teoria, o Estado não pode de forma alguma obter as informações necessárias para antecipar os sinais do mercado (preços) e porque é inevitável que grupos de interesse poderosos distorçam e condicionem essas intervenções estatais (particularmente em sistemas democráticos) para seu próprio benefício (Harvey, 2005, pp. 8-9).

Dardot e Laval (2016) entendem que, para além de ser uma ideologia ou política econômica, o neoliberalismo é uma racionalidade, é a razão do capitalismo contemporâneo que reestrutura e orienta a conduta dos governantes e dos governados com base em uma lógica de concorrência ou competição (Dardot; Laval, 2016). Em complemento a essa definição, vale ressaltar que, na norma neoliberal, o que predomina é a lógica das finanças e da acumulação de capital a nível mundial, chamada por Chesnais (1996) de mundialização do capital.

O Brasil foi afetado por esse movimento e começou o processo de aderência às práticas neoliberais, no período pós-ditatorial, quando organismos internacionais multilaterais como Banco Mundial¹¹ (BM) e o Fundo Monetário Internacional¹² (FMI) fizeram uma série

¹¹ O Banco Mundial é uma instituição financeira de influência na política monetária global que realiza empréstimos aos países, exerce influência em organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o bloco econômico G-20. O Banco Mundial é composto por duas organizações que funcionam sob uma mesma estrutura: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA ou AID).

¹² O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização internacional criada em 1944, na Conferência de Bretton Woods, para ajudar o sistema monetário internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial. O sistema do FMI funciona a partir de contribuições monetárias dos países membros e realiza empréstimos de

de recomendações para a disciplina dos países do sul global, especialmente da América Latina.

Ignorando que os problemas de ordem econômica dos países latinos naquele período foram causados pelos governos de ditadura militar – uma década antes, o próprio Chile foi um laboratório do neoliberalismo como política estatal através do regime ditatorial de Pinochet –, esses organismos demandaram que esses países adotassem políticas de austeridade fiscal, diminuição da atuação do Estado no financiamento dos serviços sociais e fomento da expansão do setor privado.

Esses organismos internacionais tiveram as portas abertas para a atuação no Brasil e no continente América Latina graças à crise da dívida de 1982, (Vale, 2011, p. 36). Eles foram proponentes de “uma série de reformas no âmbito do Estado e de suas instituições republicanas que ganhariam vigor no fim dos anos 1980, junto com uma série de deslocamentos ideológicos” (Vale, 2011, p. 36). Esses deslocamentos ideológicos visaram a marginalização da organização coletiva para a luta social que tiveram papel de alta extrema relevância como resistência às ditaduras militares.

Vale (2011, p. 182) ressalta que a reestruturação de cunho neoliberal no Brasil atingiu duramente o setor educacional e os impactos foram significativos para as modificações estruturais do setor. Para a educação básica, houve desqualificação do ensino público, para “a manutenção de uma rede privada de ensino que continua sendo um privilégio dos poucos que podem pagar” (Vale, 2011, p.182). Já na educação superior, foi onde ocorreu maior subjugação da lógica neoliberal, graças às recomendações das organizações multilaterais:

Assim, as universidades públicas veem-se perante uma série de injunções privatistas e mercadológicas mascaradas pelo argumento de que é preciso melhor administrá-las e avaliá-las (Gentili, 2002; Dourado, 2002). E as universidades privadas, mais suscetíveis, por sua própria natureza jurídica, às ações reformadoras neoliberais, estabelecem uma série de medidas de modo a, por um lado, tornar a educação uma mercadoria, inserindo-a em um circuito de prestação de serviços/consumo e, por outro, forjar - bem ou mal - uma formação para o mercado de trabalho.

O Grupo Pitágoras, em 2000, criou a Faculdade Pitágoras e começou um processo intensificado de expansão, atribuindo essa entrada no ensino superior às alterações dos marcos regulatórios sobre o reconhecimento das atividades de fins lucrativos dentro da educação privada. A Faculdade Pitágoras foi fundada em parceria com a *Apollo International*, com sede no Arizona, nos Estados Unidos, para a elaboração e implementação de seu sistema de ensino

fundos para países em desequilíbrio fiscal, além de monitorar a economia dos países e criar políticas de disciplina econômica para Estados.

e metodologia. Tal parceria durou até 2005, quando a Apollo International decidiu vender sua participação aos fundadores (Mattos; Silva, 2020, pp. 8-9).

No ano de 2007, o grupo assume o nome Kroton Educacional (KROT11), visando marcar a ampliação dos empreendimentos do grupo, não mais restritos à educação básica. No mesmo ano, a empresa entra no mercado de capitais fazendo sua oferta inicial pública (IPO: *Initial Public Offering*, na sigla em inglês) na B3¹³, chamada então de BM&FBovespa, na companhia de outras três empresas Anhanguera Educacional, Estácio Participações e SEB (Sistema Educacional Brasileiro). E, em 2009, a Kroton recebeu um novo aporte financeiro de um dos maiores fundos de *private equity* do mundo, a *Advent International*, que, a partir de então, compartilharia o controle da Companhia com os sócios fundadores.

Nos anos seguintes, a Kroton Educacional fez operações obedecendo estratégias de expansão que consistiam em aquisições e fusões como:

- 2010:** aquisição da IUNI Educacional por R\$191,7 milhões, instituição que oferecia programas de graduação e pós-graduação sob as marcas UNIC, UNIME e FAMA ;
- 2011:** aquisição da Faculdade Atenas Maranhense (São Luís e Imperatriz — MA) por R\$ 31,6 milhões e Faculdade União (Ponta Grossa — PR) por R\$ 7,850 milhões; aquisição da Faculdade do Sorriso (FAIS) por R\$ 5,424 milhões; a aquisição da UNOPAR por R\$1,3 bilhão, essa foi a maior aquisição da história da educação e tornou a Kroton líder no setor de educação a distância do Brasil;
- 2012:** aquisição do Centro Universitário Cândido Rondon (Unirondon) por R\$ 22,0 milhões; aquisição da Uniasselvi por R\$510 milhões;
- 2013:** abertura de 40 novos Polos de Graduação a Distância da Unopar; anúncio do acordo de fusão entre Kroton e Anhanguera Educacional;
- 2014:** aprovação da fusão com a Anhanguera, tornando a Kroton a maior empresa educacional do mundo em termos de valor de mercado e alunos; desenvolvimento do novo modelo acadêmico, Kroton Learning System 2.0;
- 2015:** lançamento do parcelamento próprio, o Parcelamento Estudantil Privado (PEP); aquisição da empresa Studiare, essencial para o projeto de *adaptive*

¹³ Fundada em 23 de agosto de 1890, sob o nome Bolsa Livre, que depois se tornaria a Bolsa de Valores de São Paulo, a B3 é o único mercado de ações do Brasil. A configuração atual foi estabelecida após a fusão da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) com a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 22 de março de 2017. Funciona de forma autorregulada sob a supervisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e seu indicador de referência é o Ibovespa.

learning na companhia;

2016: conclusão da venda da Uniasselvi à Treviso Empreendimentos e Participações S.A. por R\$1,105 bilhão como parte dos exigências impostas pelo CADE para autorizar a fusão com a Anhanguera.

2017: abertura de novas unidades: Bacabal, Luís Eduardo Magalhães, Vitória da Conquista, Bom Jesus da Lapa e Jequié. Inauguração de 200 novos polos, passando a deter 1.110;

2018: parceria com o Cubo Itaú, criando o maior hub de Edtechs da América e pela criação da Saber, holding de Educação Básica; aquisição, pela Saber, de 73,35% do capital social da SOMOS Educação, maior plataforma de Educação Básica do Brasil, por R\$4,567 milhões. A Somos foi adquirida da Tarpon;

2019: implementação da nova estrutura de negócios e mudança de nome para Cogna Educação.

(Cogna Educação; Relação com Investidores; Histórico, 2021 – 2023).

Com essa contextualização, onde tentou-se descrever os processos econômicos e políticos, de orientação financeira, que impulsionaram e beneficiaram a Cogna, apresenta-se aqui a segunda seção secundária, onde se aprofundará a descrição da reestruturação de negócios que originou a Vasta Educação.

1.2 A Vasta Educação e o mercado de insumos pedagógicos

A companhia Cogna, ainda sob o nome Kroton Educacional, abriu seu capital na B3, a bolsa de valores brasileira, em 2007 e, no dia 07 de outubro de 2019, anunciou uma reestruturação dos negócios e marcas e esse novo nome. A partir dessa reestruturação, a holding definiu-se como uma coleção de companhias (*collection of companies*) (Cogna Educação, 2019, p. 1) e, nesse processo, criou as empresas Platos¹⁴, para atender clientes corporativos no ensino superior, e Vasta, para vender sistemas e materiais de ensino para as escolas da educação básica, além de manter a Kroton como uma empresa sob sua manutenção para gerir as instituições de ensino superior da companhia e a Saber, responsável pela gerência das franquias de instituição escolar e pelas ofertas do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

¹⁴ A Platos foi fundada oficialmente no dia 25 de outubro de 2019, 18 dias após o anúncio de reestruturação de negócios feito pela Cogna, com a abertura de seu CNPJ. Embora as informações sobre a Platos sejam escassas até mesmo nos documentos da Cogna, conforme consulta do CNPJ, a empresa está ativa e faz a gestão das ofertas de cursos em plataformas digitais para o ensino superior nos cursos graduação e pós-graduação e conta ainda com serviços para gestão, inteligência de mercado e outros.

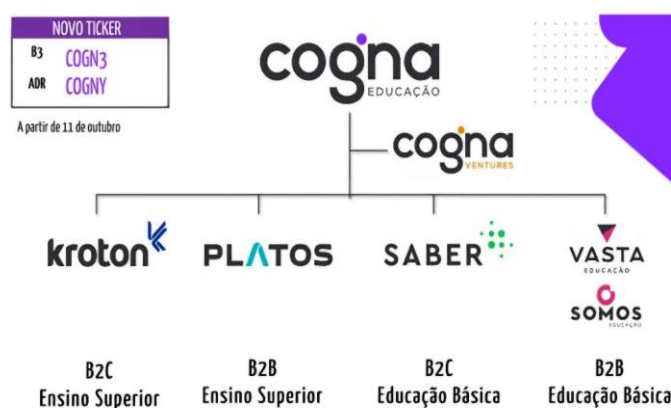
A Saber foi criada em 10 de abril de 2018 e, no dia de sua criação, a empresa adquiriu o Centro Educacional Leonardo da Vinci de Vitória (ES), contando com cerca de 1.300 alunos (Cogna, 2018, p. 1). No mesmo mês, a Cogna por meio da Saber adquiriu a Somos Educação, no dia 23, todavia, com a reestruturação de negócios no ano seguinte, a gerência da Somos foi passada para uma das subsidiárias.

A Saber se tornou uma das quatro grandes verticais da Cogna, a Somos teve sua manutenção transferida para a Vasta para que pudesse ser a representante da *holding* recém-criada nas atividades de relação com os clientes. Isso será discorrido neste texto mais adiante, pois é importante salientar a atuação da Somos na relação que a Vasta estabeleceu com a Seduc-PA.

Com essa reestruturação a companhia atingiu resultados que consistem em uma receita líquida de R\$ 5,899 bilhões em 2020, ante R\$ 7,027 bilhões de 2019, como informa o Informe Trimestral do quarto trimestre de 2020. A Kroton representou 65,90% das receitas Brutas, seguido por Vasta com 14,88% e Saber com 11,24% em 2020. A empresa teve um prejuízo de R\$907,464 milhões em 2020 ante um lucro de R\$771,966 milhões em 2019 (Cogna, 2020).

Uma parte muito pertinente no comunicado da reestruturação do modelo de negócios é o reconhecimento da divisão das atividades da companhia não só entre as quatro empresas já citadas, mas entre dois modelos de atuação: o B2B (*Business to Business*) e B2C (*Business to Consumers*); posteriormente, a Vasta anunciou o interesse em atuar na divisão de atuação B2G (*Business to Governments*), o que trouxe à luz o objeto dessa pesquisa, mas por ora é preciso focar em explicar o conceito de cada modelo.

Figura 1- Estrutura de negócios da Cogna Educação com os modelos de atuação



Fonte: Cogna Educação, Cogna Day, 2022.

Começando pelo *business to business*, ou **B2B**, ou ainda **BtoB**, que consistem nas atividades de negócios de uma empresa para outra empresa (tradução livre), ou seja, é o comércio onde o cliente é outra pessoa jurídica e não o consumidor comum, pessoa física (Hadjikhani & LaPlaca, 2013, p. 295). As teorias iniciais de marketing no modelo B2B começaram no final dos anos 1800 e no início dos anos 1900, mas foi somente na década de 1980 que avanços significativos foram feitos para adoção e prática comercial do modelo, ao se tornar o modelo para comércio em larga escala entre empresas.

O modelo B2B apresenta algumas características que definem seus objetivos de mercado como: foco central nos relacionamentos de longo prazo entre empresas; concentra-se em como as organizações interagem e formam relacionamentos; envolve a segmentação de mercados para atingir os clientes empresariais a partir da demanda de serviços definida por esse cliente-empresa e os relacionamentos no B2B são influenciados pelas conexões tecnológicas entre as empresas, que afetam suas estratégias operacionais na oferta de serviços (Hadjikhani & LaPlaca, 2013, pp. 298-299).

Os relacionamentos no modelo B2B são explicados em termos de laços sociais, tecnológicos e econômicos que unem as partes umas às outras por um longo tempo. As características das partes que afetam o relacionamento B2B focal incluem fatores como estrutura organizacional das partes, *know-how* tecnológico, solidez e estabilidade financeira e estratégias operacionais (Hadjikhani & LaPlaca, 2013, p. 299). Na educação, as empresas fazem o comércio para outras entidades que desejam adquirir serviços educacionais como licença de uso dos sistemas de ensino, adoção e implementação de plataformas digitais de ensino e gestão escolar e compra em larga escala de materiais didáticos e metodológicos para instituições educacionais.

O **B2C** (*Business to consumers*), por outro lado, refere-se às estratégias e práticas que as empresas utilizam para vender produtos e serviços diretamente aos consumidores. Este modelo enfatiza a interação direta com os usuários finais, focando em suas necessidades e preferências para impulsionar as vendas. Embora as práticas de venda para consumidores individuais sejam antigas, é a forma primária de compra e venda, o B2C como modelo de negócio empresarial é criado na década de 1990 e o advento da internet, que forneceu uma nova plataforma para empresas alcançarem consumidores diretamente.

Isso estabeleceu as bases para compras online e estratégias de marketing digital. Na educação, consiste na venda de materiais didáticos, uso individual de plataformas educacionais, a própria matrícula nos dois setores educacionais (superior e básico) e a oferta de diversos produtos de segmento educacional para indivíduos.

O **B2G** é um termo mais recente e adaptado a partir dos outros dois. Ele está ligado ao modelo de compra de soluções tecnológicas por governos, que façam alterações na forma de gerir os departamentos de gestão pública.

Soluções educacionais é o termo usado pela Vasta e sua subsidiária, a Somos Educação, para se referir aos seus produtos em seu site de ofertas e apresentação do portfólio das empresas. Esse termo será utilizado quando em referência direta ao discurso da companhia, mas os termos Sistemas Privados de Ensino (SPE) e insumos pedagógicos (Adrião, 2017) serão usados no contexto da investigação crítica do objeto.

O mercado não considera o modelo B2G como qualquer parceria entre o setor público e o privado. Nesse caso, trata-se das ofertas de serviços modernos e ditos inteligentes (*smart*) para resoluções rápidas no funcionalismo público, não são as licitações tradicionais para gestão de um serviço público pelo setor privado, mas a aquisição de um modelo pronto de serviço feito a partir de parâmetros de eficiência mercadológicos diretamente para a implementação nos órgãos públicos.

O modelo B2G investe principalmente em tecnologia digital para as suas ofertas e as oferece como um contraponto da burocracia do serviço público, disseminando a ideia de que a velocidade de uma atividade se traduz em eficiência.

O comércio de insumos pedagógicos para a educação pública é um forte ilustrador da modalidade B2G. Eles são comercializados sob a alegação de trazer soluções eficientes para os problemas e atrasos da educação pública, supostamente rompendo com o modelo tradicional de ensino e trazendo dinamismo para a gestão escolar e respostas rápidas aos problemas da rede pública diagnosticados pelo próprio mercado.

O que se apresenta para a educação é um modelo de comércio que dá primazia aos objetivos das finanças e da cooptação e maximização dos lucros acionários em detrimento do objetivo pedagógico que as atividades educacionais deveriam priorizar. As propostas do mercado para realizar e ofertar serviços educacionais fazem parte do movimento de financeirização da economia, movimento de transformação das atividades da economia capitalista atual.

As alterações estruturais e de natureza primária que a educação sofre quando é orientada pela lógica mercantil causam uma urgência pelo estudo e análise deste campo por causa das repercussões prioritárias que a educação possui em qualquer âmbito social, mas é importante sinalizar que a financeirização é “sistêmica e de escopo mundial, [...] impacta as relações econômicas internacionais e as torna crescente transnacionais, atravessadas por fluxos de capital transfronteiriços capazes de influenciar o comportamento de economias

nacionais” (Bastos, 2013, p. 02).

Em outras palavras, a financeirização ocorre a partir das atividades especulativas sobre os ativos financeiros gerados com a expropriação dos modos de produção e ela permite essa natureza transnacional pela volatilidade dos fluxos de capitais que abandonam cada vez mais os âmbitos físicos para a realização de suas atividades financeiras. Um movimento com características alarmantes que abrange tantos setores sociais, como é o caso da financeirização, exige um olhar apurado quando vai de encontro com um setor tão decisivo para a sociedade como a educação em que se pode observar repercussões a curto e longo prazo.

Uma empresa financeirizada distribui suas operações entre países conforme o que for mais conveniente jurídica e administrativamente e isso causa uma desregulação sobre a gestão comercial, um desgaste do papel político e legislativo dos países sobre esse fluxo especulativo e uma erosão da governança nacional (Dowbor, 2018, pp. 128 – 129). A partir dessa descrição das atividades que uma empresa financeirizada pode executar, volta-se para o objeto desta pesquisa e olha-se para a Vasta como empresa de capital aberto em uma bolsa de valores norte-americana.

Como a Vasta realizou sua oferta pública inicial (IPO) na NASDAQ, um mercado de ações nova-iorquino, todos os seus demonstrativos financeiros e relatórios de gestão e sustentabilidade são publicados em inglês, direcionados aos acionistas que especulam neste mercado e exigidos pela Comissão de Valores Mobiliários americana, a *Securities and Exchange Commission* (SEC) no idioma original, e pela *Financial Industry Regulatory Authority* (FINRA) – Autoridade Reguladora do Setor Financeiro – agência não governamental contratada pela NASDAQ para investigar qualquer má conduta das empresas operantes neste mercado e para fazer cumprir as regras das operações da bolsa.

Logo, qualquer pesquisa que tencione estudar as operações mercadológicas e financeiras da Vasta terá que fazer seu levantamento no site americano de relação com investidores da empresa.

O release dos resultados financeiros do primeiro trimestre, 1Q23 (*first quarter 2023*), foi publicado nesse site e, além de divulgar os resultados financeiros, a holding faz as suas projeções futuras e chama a atenção por anunciar o foco na oferta de produtos e serviços para o setor público, no modelo de comércio **B2G** (*business to governments*), a Vasta visa alcançar o contingente de 32 milhões de alunos do ensino fundamental da rede pública, número que, segundo a própria empresa, é cinco vezes maior que o da rede privada:

A partir de 2023, a Vasta começou a oferecer seus produtos e serviços ao setor público brasileiro (B2G). Nosso amplo portfólio de soluções de conteúdo central, plataforma digital e produtos complementares, juntamente com soluções de aprendizado personalizadas testadas ao longo de décadas pelo setor privado, agora estarão disponíveis para as escolas públicas de ensino fundamental. O setor público de ensino fundamental no Brasil compreende mais de 32 milhões de alunos, 5 vezes o número de alunos de ensino fundamental do setor privado brasileiro. (VASTA, 2023, [s/p]) [tradução nossa¹⁵].

Ou seja, com a oferta desses serviços a Vasta tenciona obter um financiamento público considerável para a valoração de seus ativos e, também, para os ativos da Cogna que já conta com a arrecadação das outras subsidiárias. A proposta da Vasta traz a perspectiva de avanço do ensino digital na rede pública, já que é neste âmbito que os produtos da holding se desenvolvem e são executados.

Isso traz a prerrogativa de modificações pedagógicas significativas na educação pública e, mais do que isso, traz indícios da dimensão de privatização da gestão educacional, que foram estudados com base em Adrião (2018), pois, nesse caso, a oferta dos serviços Vasta não é feita para escolas, mas para as secretarias estaduais de educação que são responsáveis pelos planos estaduais de educação, entre outras logísticas:

Outro destaque de 2023 é que, a partir do primeiro semestre, planejamos começar a oferecer nossos produtos e serviços para clientes do setor público (B2G), além da nossa base de clientes de escolas particulares. Nosso amplo portfólio de soluções de conteúdo central, plataforma digital e serviços complementares nos permitirá acessar um mercado de escolas públicas que precisa das soluções que desenvolvemos ao longo de décadas para o setor privado. Nesse sentido, tomamos algumas medidas para (i) criar, o que acreditamos ser, um portfólio atraente de produtos e serviços, **voltado para as secretarias estaduais de educação** [grifo nosso]; (ii) alocar recursos gerenciais e financeiros para esta nova iniciativa empresarial; (iii) implementar determinadas estratégias de geração de negócios e marketing para o setor público e (iv) estabelecer um processo robusto de governança para garantir o mais alto padrão de compliance. (VASTA, 2023, [s/p]). [tradução nossa¹⁶].

¹⁵ Texto original: “Starting in 2023, Vasta started to offer its products and services to the Brazilian public sector (B2G). Our broad portfolio of core content solutions, digital platform, and complementary products together with customized learning solution tested over decades by the private sector will now be available to the K-12 public schools. K-12 public sector in Brazil comprises more than 32 million students, 5 times the number of students in the Brazilian K-12 private sector”. Extraído do Release de Resultados Financeiros do primeiro trimestre de 2023 e disponível no site de relação com os acionistas da Vasta Educação.

¹⁶ Texto original: “Another highlight of 2023 is that starting in the first semester, we plan to begin offering our products and services to clients in the public sector (B2G), in addition to our existing private school client base. Our broad portfolio of core content solutions, digital platform and complementary services will allow us to access a public-school market in need of the solutions we have developed over decades for private sector. Accordingly, we have taken certain steps to (i) create what we believe to be an attractive portfolio of products

A privatização da gestão educacional ocorre no âmbito das redes públicas de ensino e assume um caráter sistêmico (Adrião, 2018, p. 17) por atuar diretamente através das parcerias, contratos de concessões e das chamadas parcerias público-privadas que “regula a transferência da atividade governamental para organizações lucrativas” (Adrião, 2018, p. 17). O excerto acima mostra que a Vasta sugere que as escolas da educação básica precisam dos serviços ofertados do seu portfólio que foram desenvolvidos para a rede privada e usa isso como justificativa para a investida que tenciona fazer na rede pública ainda que não explique quais são as necessidades da escola pública em relação a serviços tecnológicos e digitais da rede privada.

A Vasta já ficou responsável, no momento de sua criação, pela subsidiária Somos Educação atuando como a marca de relacionamento com os clientes e que, à época, contava com um faturamento de R\$ 800 milhões por ano (Cogna Educação, 2019, p. 3) e é por meio dessa subsidiária que a Vasta administra todo o portfólio de soluções digitais, para ensino, para a gestão escolar e soluções complementares para seus clientes.

Figura 2 – Modelo do sistema de negócios da Vasta Educação



Fonte: Cogna Educação, Cogna Day, 2022.

A Vasta prioriza a venda de plataforma digitais de ensino nos âmbitos supracitados e destaca-se aqui a oferta para a gestão escolar que contém quatro plataformas digitais: **Educbank**, ecossistema financeiro que fornece subsídios para as escolas; **Livro fácil**,

and services, focused on state secretariats for education; (ii) allocate managerial and financial resources for this new business initiative; (iii) implement certain business-generating and marketing strategies for the public sector and (iv) establish a robust governance process to guarantee the highest compliance standard”. Extraído do Release de Resultados Financeiros do primeiro trimestre de 2023 e disponível no site de relação com os acionistas da Vasta Educação.

plataforma digital de venda dos livros didáticos; **Phidelis**, software de gestão online que unifica toda a gestão escolar em um só lugar, gerindo as relações entre escola x docentes, escola x alunos e escola x pais e responsáveis em um único ambiente digital e **Emme**, plataforma de serviços de marketing e assessoria pública para as escolas.

Como mencionado anteriormente, a Vasta é uma holding de capital aberto, seus empreendimentos são de natureza mercantil e sua gestão obedece a diretrizes estipuladas pelo mercado de ações para a maior obtenção de lucros e distribuição de dividendos para seus acionistas. Isso ocorre porque, na atual etapa do capitalismo vigente no contexto global, os setores de serviços sociais sofrem um processo chamado financeirização, este fenômeno se manifesta quando a realização de um serviço, comercial ou não, é cooptada para a especulação financeira e esse serviço se torna um ativo para a obtenção de lucros. As autoras Chaves, Santos e Kato (2020, p. 07) ao citar também o autor Pedro Paulo Zahluth Bastos (2013, p. 02) explicam como o financeirização ocorre no âmbito educacional:

No âmbito do comportamento das empresas educacionais a financeirização ocorre à medida que a lógica dos negócios passa a ser orientada pela especulação, ou seja, “por decisões de compra (venda) de ativos comandadas pela expectativa de revenda (recompra) com lucros em mercados secundários de ações, imóveis, moedas, créditos, commodities e vários outros ativos” (BASTOS, 2013, p. 02). Essa nova lógica financeira das IES mercantis, acompanhada de estratégias organizacionais como a governança corporativa, favorece a oligopolização do setor e é incompatível aos princípios que devem nortear o processo educativo entendido como direito e não como uma mercadoria. (CHAVES; SANTOS; KATO, 2020, p. 07).

Ou seja, é perceptível que, através de holdings como a Vasta que toda a lógica mercantil abarcada pelo capital especulativo cada vez mais tem passe livre para adentrar o setor educacional.

As alterações estruturais e de natureza primária que a educação sofre quando é orientada pela lógica mercantil causam uma urgência pelo estudo e análise deste campo por causa das repercussões prioritárias que a educação possui em qualquer âmbito social, mas é importante sinalizar que a financeirização é “sistêmica e de escopo mundial, [...] impacta as relações econômicas internacionais e as torna crescente transnacionais, atravessadas por fluxos de capital transfronteiriços capazes de influenciar o comportamento de economias nacionais” (Bastos, 2013, p. 02).

Em efeito imediato, há a alteração da interface educacional e de categorias cruciais como modelo de ensino, modificações na jornada de trabalho docente e da relação entre instituição educacional e alunos.

As modificações, posteriormente, vão gerar uma nova racionalidade no que tange

trabalho, formação humana e vida social ao considerar que as práticas pedagógicas e administrativas do âmbito educacional serão orientadas pelo objetivo primário da venda de serviços comercialmente bem-sucedidos nesse processo de fomento ao conhecimento e formação do indivíduo passam para um plano secundário e mesmo essa finalidade tem por objetivo ser um item do portfólio da empresa como será possível observar a seguir.

O relatório 1T23 da Cogna Educação aponta que o negócio de maior representatividade para a educação básica ocorre por meio da subsidiária Saber e se situa nas ofertas de material didático para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)¹⁷, A Saber possui como subsidiárias que possuem parceria com o PNLD as editoras Ática, Saraiva e Scipione e a partir delas oferece os seus sistemas de ensino para a educação pública via PNLD.

Essa amplitude na cobertura de serviços destinados à rede pública proporciona a privatização dos processos pedagógicos *stricto sensu* (Adrião, 2018, p. 12) a partir do momento em que a concepção de ensino estabelecida pela Cogna/Saber é difundida nessas soluções educacionais e adentra o ambiente escolar público alterando “relações entre professor/a, estudante e conhecimento” (Adrião, 2018, p. 12).

A Vasta possui a Somos Educação como subsidiária e essa, por sua vez, administra todo o portfólio de soluções digitais, para ensino, para a gestão escolar e soluções complementares para seus clientes. É importante destacar que, enquanto a Saber tem por foco o material didático físico, a Vasta opera diretamente no mercado financeiro, coordenando as atividades de mercado da Saber e da Somos Educação e maximizando o valor de seus ativos a partir das atividades dessas empresas.

Como é possível perceber, a Vasta possui plataformas que almejam responder a cada parte da gestão educacional, uma escola que adquire os produtos de gestão escolar da empresa entrega cada etapa do gerenciamento escolar para essas plataformas, do financeiro até o relacionamento interpessoal dentro da escola, no entanto, para observar o que tange estratégias de mercado para a rede pública é preciso primeiramente olhar para a Vasta como empresa de capital aberto em uma bolsa de valores norte-americana.

Ou seja, com a oferta desses serviços a Vasta tenciona obter um financiamento público considerável para a valoração de seus ativos e, também, para os ativos da Cogna que já conta com a arrecadação das outras subsidiárias. A proposta da Vasta traz a perspectiva de avanço do ensino digital na rede pública, já que é neste âmbito que os produtos da holding se

¹⁷ Programa do Ministério da Educação brasileiro que distribui e avalia livros didáticos, literários e pedagógicos para a rede pública a partir de convênios com editoras.

desenvolvem e são executados.

O que traz a prerrogativa de modificações pedagógicas significativas na educação pública e, mais do que isso, traz indícios da dimensão de privatização da gestão educacional, já citada anteriormente com base em Adrião (2018). Nesse caso, a oferta dos serviços Vasta não é feita para escolas, mas para as secretarias estaduais de educação que são responsáveis pelos planos estaduais de educação, entre outras atividades da gestão escolar pública.

A privatização da gestão educacional ocorre no âmbito das redes públicas de ensino e assume um caráter sistêmico (Adrião, 2018, p. 17) por atuar diretamente através das parcerias, contratos de concessões e das chamadas parcerias público-privadas que “regula a transferência da atividade governamental para organizações lucrativas” (Adrião, 2018, p. 17).

Outro destaque de 2023 é que, a partir do primeiro semestre, planejamos começar a oferecer nossos produtos e serviços para clientes do setor público (B2G), além da nossa base de clientes de escolas particulares. Nosso amplo portfólio de soluções de conteúdo central, plataforma digital e serviços complementares nos permitirá acessar um mercado de escolas públicas que precisa das soluções que desenvolvemos ao longo de décadas para o setor privado. Nesse sentido, tomamos algumas medidas para (i) criar, o que acreditamos ser, um portfólio atraente de produtos e serviços, **voltado para as secretarias estaduais de educação** [grifo nosso]; (ii) alocar recursos gerenciais e financeiros para esta nova iniciativa empresarial; (iii) implementar determinadas estratégias de geração de negócios e marketing para o setor público e (iv) estabelecer um processo robusto de governança para garantir o mais alto padrão de compliance. (VASTA, 2023, [s/p]). [tradução nossa¹⁸].

O excerto acima mostra que a Vasta sugere que as escolas da educação básica precisam dos serviços ofertados do seu portfólio que foram desenvolvidos para a rede privada e usa isso como justificativa para a investida que tenciona fazer na rede pública ainda que não explique quais são as necessidades da escola pública em relação a serviços tecnológicos e digitais da rede privada.

O que se destaca é o nível de interesse da Vasta em investir neste empreendimento B2G, a empresa tem ciência do retorno financeiro estável que advém desse tipo de parceria

¹⁸ Texto original: “Another highlight of 2023 is that starting in the first semester, we plan to begin offering our products and services to clients in the public sector (B2G), in addition to our existing private school client base. Our broad portfolio of core content solutions, digital platform and complementary services will allow us to access a public-school market in need of the solutions we have developed over decades for private sector. Accordingly, we have taken certain steps to (i) create what we believe to be an attractive portfolio of products and services, **focused on state secretariats for education**; (ii) allocate managerial and financial resources for this new business initiative; (iii) implement certain business-generating and marketing strategies for the public sector and (iv) establish a robust governance process to guarantee the highest compliance standard”. Extraído do Release de Resultados Financeiros do primeiro trimestre de 2023 e disponível no site de relação com os acionistas da Vasta Educação.

com o setor público. No primeiro trimestre de 2023, a empresa teve uma receita líquida de 403 milhões de reais, um crescimento de 5,8% em relação aos 380,5 milhões de reais do mesmo período do ano anterior, valores adquiridos apenas com a educação privada.

A exemplo dos empreendimentos dos outros segmentos da Cogna, a Vasta entende que o investimento em negócios oriundos de contratos com setor público é tão relevante quando os empreendimentos B2B2C, pois é um mercado em crescimento amparado pelas transformações da educação pública nos últimos anos, considerando que cada vez mais a oferta de soluções educacionais recebe adesão desse setor.

Assim como a Saber, o portfólio da Vasta abrange áreas da educação básica que vão do e-commerce – para a venda de produtos didáticos online – até plataformas digitais de formação continuada para professores. A Vasta pode ofertar sistemas que fazem a mediação de cada parte da rotina escolar:

Figura 3 - Organograma dos serviços Vasta



Fonte: Cogna Educação. Fatos Relevantes: Kroton Day – Vasta. 2019.

A empresa está alinhada ao que o mercado de insumos pedagógicos oferta para a educação pública. Essa pesquisa identificou durante o estudo da oferta de soluções educacionais que o mercado de insumos pedagógicos tem foco em três segmentos de oferta para órgãos públicos: fornecimento de laboratórios de educação maker (que serão discutidos no terceiro capítulo); fornecimento de conteúdo socioemocional para atividades de educação social, ambiental e até financeira e a oferta de sistemas de recomposição de aprendizagem como preparatórios para exames de avaliação.

Essa pesquisa considera que esse estudo é pertinente para a contribuição do conhecimento acerca do privatização da educação, que ocorre quando este setor de serviço público fica cada vez mais subordinado a operações mercadológicas, e também acerca da privatização da educação que acontece a partir dos avanços do setor privado sobre a rede pública.

O primeiro contrato fechado com uma secretaria estadual de educação ocorreu no segundo semestre de 2023, a Vasta vendeu a licença de uso do plataforma digital de ensino Plurall e dos cadernos Prepara, um produto White Label¹⁹, para a secretaria de educação do Estado do Pará.

Figura 4 – O Prepara Pará: O sistema Plurall da Vasta sob nova roupagem



Fonte: Vasta Educação. Cogna Day, 2023.

A figura acima mostra a Vasta declarando, em seu relatório aos acionistas, o atendimento de cerca de 340 mil alunos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. Também declara que o programa faz uso da plataforma Plurall e de material impresso, que consiste em cadernos de português e matemática nos anos escolas atendidos pelo programa e foca em: recomposição da aprendizagem, desenvolvimento de habilidades essenciais e preparação para o Saeb²⁰.

¹⁹ Um produto white label (etiqueta branca) é um produto que é comercializado sem uma marca, a empresa criadora faz a concessão dos direitos de uso e permite que a entidade que o adquiriu faça alterações e o ofereça como uma marca própria, com um nome fantasia e apresentação visual de sua escolha.

²⁰ Acerca do Saeb, o Instituto Anísio Teixeira – Inep esclarece: “O Sistema de Avaliação da Educação Básica

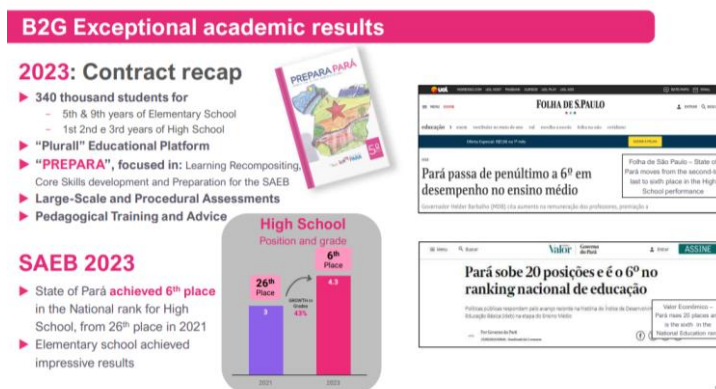
A plataforma Plurall é uma plataforma de gestão e ensino para escolar. Estudantes, docentes e gestores escolares podem ter acesso a essa plataforma. Os alunos podem fazer exercícios simulados dentro dela e os professores podem cadastrar atividades e fazer a correção dentro da própria plataforma, além de analisarem o perfil de desempenho de cada aluno. Os gestores podem extrair relatórios das atividades propostas e monitorar os avanços dos estudantes.

Em 2024, a empresa lançou dentro da plataforma uma Inteligência Artificial, a Plurall IA. A Vasta, por meio da Somos Educação que é a gestora desses insumos, descreveu a Plurall IA como um assistente virtual preparado para “auxiliar o aprendizado dos alunos” e poupar o tempo do professor, já que a IA pode preparar um plano de aula para os usuários em minutos.

Acerca dos cadernos Prepara, não há muitas informações além do fato deles serem um material direcionado às escolas públicas com o objetivo de realizar a recomposição da aprendizagem dos estudantes da educação básica. Há mais informação sobre o Prepara no contrato com a Seduc do que nos sites das empresas.

Pela forma como foi feito o contrato, com a subsidiária Somos Educação sendo representada no Pará pela SUDU Inteligência Educacional, a empresa pouco participa nos trâmites legais das aquisições por parte da Seduc. Mas cumpre com a parte de oferta do serviço e reporta em seus relatórios aos acionistas como seu empreendimento, apesar da baixa frequência.

Figura 5 – Vasta fala do Prepara Pará no terceiro relatório trimestral aos acionistas em 2024.



(Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências” (Brasil, 2024).

Fonte: Relatório financeiro do terceiro trimestre, Vasta Educação, 2024.

O Prepara Pará é um programa implementado pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc-PA), onde os produtos adquiridos da Vasta, e fornecidos pela Somos Educação, são utilizados para aulas de recomposição da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, com o objetivo de melhorar o desempenho dos alunos no Saeb, tudo sobre o Prepara Pará será mais desenvolvido no terceiro capítulo.

Através do estudo de *holdings* como a Cogna e sua subsidiária Vasta, que também opera no mercado de ações, que se tornam oligopólios educacionais pela expansão que sofrem, é possível observar que toda a lógica mercantil abarcada pelo capital especulativo cada vez mais tem passe livre para adentrar o setor educacional, sobretudo a educação superior. A Cogna tem um modelo operacional todo compartimentalizado em empresas subsidiárias que, em alguns casos, já são consideradas pela companhia como *holdings*, como é o caso da Vasta.

A estrutura da Cogna pulverizada em tantos setores também gera uma onipresença, como foi mencionado anteriormente, e denuncia a existência de formação de oligopólio a partir do momento em que ela não se restringe somente a suas ofertas de ensino, mas usa outras ramificações para realizar ofertas para concorrentes e até mesmo no setor público através da venda de materiais didáticos e sistemas de ensino por meio da aquisição de editoras.

A educação neste tipo de empreendimento é uma *commodity*, um produto customizável para ser comprado por diversos perfis de clientes e suas atribuições são mais definidas pelo tipo de demanda que a empresa e suas ramificações almejam atender do que pelo seu caráter pedagógico e de formação social.

1.3 A Somos Educação

A relação da Somos Educação com o Prepara Pará é de fornecedora dos materiais do programa como já foi descrito anteriormente. O Prepara Pará é uma customização dos materiais chamados Prepara, um serviço de conteúdo preparatório para estudantes da educação básica com o objetivo de melhorar o desempenho das escolas no Saeb e elaborado exclusivamente para ser ofertado à rede pública de educação.

A Somos foi criada oficialmente como Editora Abril em 1950, a partir de uma sociedade estabelecida por quatro italianos: Enrico Frisoni, Piero Kern, Marcello Frisoni e Enrico Riminimas desde dezembro de 1947, uma parceria proibida na época pela Constituição de 1946, Art.160, que “não permitia a propriedade de empresas jornalísticas a estrangeiros.

Entretanto, isso foi ignorado no registro da Junta Comercial do Estado de São Paulo” (Cabral, 2006, p. 147).

No ano de 1963, Victor Civita, entrou para a Abril quando se naturalizou brasileiro e fez investimentos na empresa. Na década de 1960, a editora começou a atuar no âmbito educacional, com a criação do primeiro material didático usado no Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) (Galzerano, 2016, p. 67).

Nas décadas seguintes, a Abril expandiu seus negócios em filiais em outros países, a partir de uma estratégia de internacionalização adotada na década de 1980 (Galzerano, 2016, p. 61). As filiais foram abertas em Portugal, Espanha, Colômbia, Argentina e a Abril Panini, associada à italiana Panini (Galzerano, 2016, p. 61).

A tentativa de internacionalização rendeu pouco para Abril, que resolveu focar no mercado interno nos anos 2000. Nesse contexto, foi criada a Abril Educação, segmento da editora direcionado para o âmbito educacional. Na década anterior, em 1999, a Abril adquiriu parcialmente as editoras Ática e Scipione em parceria com o grupo francês Havas, um dos maiores grupos globais de publicidade e comunicação (Galzerano, 2016, p. 67).

Em 2004, a Abril fez a aquisição integral das editoras e lançou um sistema de ensino próprio, o Sistema SER de Ensino, em 2008. A decisão de criar a Abril Educação “teve o intuito de unir as editoras Ática e Scipione, o Sistema SER de ensino e todos os ‘ativos relacionados aos negócios da educação’ para ‘explorar o potencial’ desse segmento” (Galzerano, 2016, p. 67).

A editora passou por uma reorganização societária no início de 2010 e fez sua Oferta Pública Inicial (IPO) em 26 de julho de 2011, atuando a partir dessa data em duas frentes empresariais: a Abril S.A., para os negócios nas áreas de Mídia, Gráfica, Logística e Distribuição, e a Abril/Somos Educação S.A., que “reúne os empreendimentos no mercado de educação” (Galzerano, 2016, p. 61).

No mesmo ano da IPO, Mario Ghio Jr. Foi contratado como Diretor de Planejamento e Integração de Negócios da Abril Educação, onde atuava, especialmente, na busca de novas parcerias e áreas para se investir, ele atuava há dois anos na Estácio quando virou diretor da Somos Educação, segundo informações do Grupo Suno, empresa de consultoria de mercado financeiro que faz mapeamento e perfilamento de investidores do mundo inteiro para a orientação de novos negócios.

Ainda em 2011, Mario se tornou Diretor Geral da Abril Educação. Posto que permaneceu até 2013, quando se tornou Vice-presidente de Produtos e Serviços Educacionais na empresa. Oito meses depois, o executivo se tornou CEO da empresa no processo de

aquisição da Somos Educação por um grupo de fundos de investimentos, mas ficou no cargo até 2015 quando virou Diretor de Conteúdo e Inovação Pedagógica da Abril Educação (Suno, perfil do executivo, 2024).

Em 4 de junho de 2014, a Thunnus Participações, sociedade controlada por fundos sob gestão da Tarpon Gestora de Recursos S.A., adquiriu cerca de 20,73% do capital votante total da Abril/Somos Educação. A Tarpon, é uma empresa de fundos de investimentos independente focada em ações públicas e privadas no Brasil.

A empresa foi fundada em 2002, por José Carlos Magalhães, e abriu capital na bolsa de valores brasileira no ano seguinte. Desde 2011, possui um escritório em Nova Iorque e começou a investir nos fundos de quatro universidades americanas, que são chamados de *endowments* (fundos construídos a partir de doações de ex-alunos), se aproximando gradativamente dos fundos soberanos e dos fundos de pensão dos EUA (Galzerano, 2016, p. 75).

Dessa forma, é importante falar sobre os fundos de investimentos e seu papel no domínio das finanças sobre as atividades públicas, sobretudo as educacionais. Além disso, esse processo de operações financeiras mediando as atividades em entidades da educação privada propicia a inserção dos fundos de investimento na oferta educacional. Esses fundos de investimento acumulam sob seu domínio imensas massas de poupança financeira e fazem investimentos em um determinado setor por meio da compra de títulos e ações (Conti; Villen, 2023, p. 5).

Esses fundos de investimentos, que não são indivíduos, mas grandes grupos de investidores financeiros, são os beneficiários das atividades financeirizadas da educação (Conti; Villen, 2023, p. 5). Eles obtêm seus lucros a partir da valoração das ações de um determinado empreendimento em que se tornam acionistas, sem se envolver com os custos de estrutura física, contratação e assalariamento de trabalhadores, recursos tecnológicos e afins, que na educação se traduzem em espaço físico para atividades pedagógicas, remuneração e condições de trabalho de docentes e aporte didático.

Todavia, é muito importante deixar claro que esse distanciamento desses agentes financeiros dos processos produtivos é meramente ilusório, está na aparência (Marx, 1989), essas entidades financeiras subjugam o sistema educacional para extrair o capital produtivo que vai subsidiar o capital especulativo reinvestido nas finanças, é de lá que vem seus lucros.

Essa relação basicamente parasitária das finanças sobre a educação é assegurada pela ideia de rentabilidade e atratividade de mercado, os acionistas não vão se envolver com os as mínúcias do modelo educacional, mas irão exigir que certas estratégias de gestão sejam

adotadas para garantir que os empreendimentos das companhias investidas obedecam a padrões mercadológicos de eficiência do custo operacional e da expansão do acúmulo de capital, gerando valor acionário para esses investidores e também atraindo ainda mais investidores (Conti; Villen, 2023, p. 5).

No Brasil, em 2014, a Tarpon investia em empresas no segmento de varejo, alimentação, saúde, construção civil e mercado financeiro, quando decidiu ser um momento oportuno para investir no setor educacional e fazer a oferta de aquisição do capital da Abril/Somos Educação S.A., no ano seguinte a companhia mudou o nome para Somos Educação.

A partir de 2015, já sob gestão da Tarpon, a Somos voltou a realizar novas aquisições, com destaque para o setor educacional do Grupo Saraiva. Tal grupo constituía um dos principais concorrentes da Somos Educação no ramo de didáticos, sobretudo no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); a negociação envolveu R\$ 725 milhões, à época. A maior parte das vendas e alienações dos negócios da Somos Educação aconteceu também a partir desse ano; de modo geral, a justificativa era a baixa rentabilidade. (Galzerano, 2021, p. 9).

Na época da aquisição da Somos pela Kroton/Cogna, a Somos já tinha 36,5% do montante de recursos públicos destinados à aquisição de livros e materiais do PNLD, por meio das editoras Ática, Scipione e Saraiva (Galzerano, 2021, p. 11). No levantamento de Galzerano (, 2021, p. 11), é indicado que ao menos cinco sistemas de ensino da Somos eram comercializados também para as redes públicas por meio do PNLD: Anglo, SER, Maxi, Agora, Ético.

É lícito ressaltar ainda que a maior parte da receita líquida da Somos advém das editoras e dos Sistemas Privados de Ensino; no período analisado, essa linha de atuação foi responsável por 57,6% da receita, no mínimo. Ambos são ofertados também para as redes públicas de ensino; no caso das editoras, o faturamento advém quase exclusivamente pela venda por meio do PNLD. Pode-se afirmar, portanto, que uma parcela considerável da arrecadação da companhia é financiada diretamente pelos fundos públicos (Galzerano, 2021, p. 13).

A Somos Educação possuía cerca de 40 empreendimentos de serviços educacionais em 2018, quando aconteceu a nova aquisição pela Kroton Cognia. A abertura de capital na bolsa de valores foi promotora da expansão da Somos, tanto pelos ganhos oriundos do investimento de capital financeiro na empresa quanto pela própria política de criação e aquisição de negócios adotada pela companhia como estratégia de valorização de ativos financeiros por meio de concentração e centralização de capital (Galzerano, 2021, p. 12).

Essa expansão dos empreendimentos da Somos ainda sob controle do grupo Tarpon

foi conduzida nos primeiros anos por Mario Ghio Jr., na atuação como CEO e depois diretor de conteúdo em inovação pedagógica. Em 2016, a Kroton decidiu contratar Mario Ghio Jr. como Vice-diretor acadêmico da empresa, nessa atuação ele liderou a criação da subsidiária Saber Educação, o que foi fundamental para a aquisição da Somos Educação pela Kroton/Cogna (Suno, perfil do executivo, 2024).

A Kroton/Cogna, por meio da subsidiária Saber, adquiriu 73,35% do capital social da Somos com a alienação das ações da Tarpon, em 2018. No ano seguinte, cedeu a gerência da empresa para a Vasta Educação, criada na reestruturação de negócios, para os seus negócios de venda direta de insumos pedagógicos para outras entidades.

É a Somos que realiza as vendas diretas de serviços e produtos para a educação básica, enquanto a Vasta atua diretamente no mercado de ações e usa os empreendimentos da Somos como ativos para expandir o valor de mercado de suas ações. Mario Ghio Jr. é membro do conselho de administração da Vasta e, conseqüentemente, ainda conduz as atividades comerciais da Somos Educação.

A Vasta anunciou em seus relatórios, a partir do terceiro trimestre de 2023, que foi pactuada uma parceria com uma secretaria estadual de educação no valor de 81 milhões de reais, o primeiro negócio da empresa no modelo B2G. Essa parceria consiste no contrato de aquisição dos materiais do programa Prepara pela Seduc-PA, como afirmado anteriormente.

Apesar do material distribuído para a rede estadual paraense ser o Prepara, de fato, a Somos não assinou contrato em 2023 com a Seduc, pois esse foi assinado com a empresa SUDU Inteligência Educacional, por meio de adesão da ata de registro de preços do edital 03/2022.

Não foi possível localizar em que momento a SUDU foi escolhida para ser a representante da Somos e distribuidora dos seus materiais para o Pará, o primeiro documento oficial que reconhece a relação das duas só apareceu no ano seguinte, com a ata de conceito do Pregão Eletrônico SRP Nº 90010/2024/SEDUC, para nova aquisição de materiais do Prepara, dessa vez feita por edital interno da Seduc.

Desde o primeiro semestre de 2023 a Somos presta serviços de consultoria para a Seduc, que consistem em ciclos formativos para uso do material Prepara. Ainda assim, a empresa só passa a ter atuação formalmente documentada em processos da Seduc em 2024. A Somos se manteve à parte dos trâmites da aquisição do material, mas, ainda assim, a Vasta declara em seus relatórios o estabelecimento de parceria com a Seduc, sem muitos detalhes.

CAPÍTULO 2 – A REDE ESTADUAL PARAENSE DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO DE PRIVATIZAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO, OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO E A DISPUTA PELO FUNDO PÚBLICO

O presente capítulo irá discorrer acerca da caracterização da rede de educação básica no estado do Pará a partir de três seções secundárias.

A primeira discorre acerca da educação paraense no governo de Helder Barbalho, estudando o período de 2019 a 2023, apresentando dados do Censo da educação básica acerca dos alunos e docentes da rede estadual e pondera as políticas governistas sob a gestão do atual secretário da educação do estado, Rossieli Soares.

A segunda é um estudo sobre o próprio histórico de Rossieli Soares na atuação em outras duas secretarias estaduais de educação, em Manaus e São Paulo e no Ministério da Educação do governo de Michel Temer (2016 – 2019). O objetivo é entender que modelo de educação o governador Helder Barbalho decidiu importar para o Pará.

A terceira seção disserta sobre os sistemas de avaliação de ensino do Brasil e a repercussão deles na educação paraense e como há controvérsias nas políticas de melhorias no desempenho nas avaliações de larga escala da Seduc-PA.

2.1 A Educação no Estado do Pará

O Estado do Pará é um estado brasileiro localizado na Região Norte do Brasil, divisão político-administrativa que corresponde ao território da Amazônia Brasileira, onde a extensão da Floresta Amazônica abrange também os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins, bem como parte dos territórios do Maranhão (NE) e Mato Grosso (CO).

O governador do estado é Helder Zehluth Barbalho, do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), eleito em 2018 para primeiro mandato (2019 – 2023) e reeleito em 2022 para o segundo mandato (2023 – em exercício). O atual prefeito da capital Belém é Igor Wander Centeno Normando, eleito em 2024 também pelo MDB para primeiro mandato (2025 – em exercício) e é primo do governador do estado.

O Pará é o segundo maior estado do Brasil em território (o primeiro é o Amazonas, também na região norte), com 1.245.870,242 km², 144 municípios e capital é Belém do Pará. Possui uma população estimada de 8.120.131 de habitantes, segundo os dados do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022. O que torna o Pará o estado mais populoso da região norte e o nono do Brasil (IBGE Cidades, 2024).

A população paraense é concentrada na Região Metropolitana de Belém, com estimativa de 2.370.174 habitantes distribuídos em oito municípios: Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará. A

segunda é a Região Metropolitana de Santarém, no oeste do Pará, com estimativa de 373.542 de habitantes distribuídos em três municípios: Belterra, Mojuí dos Campos e Santarém.

No Censo de 2022 também foi indicado que 6.095.530 (75%) dos habitantes paraenses moravam em áreas urbanas, enquanto 2.024.601 (25%) moravam em áreas rurais. A taxa de urbanização do estado aumentou em 6,59% no comparativo com o Censo de 2010, quando o Pará tinha 7.581.051 habitantes, com 68,48% em áreas urbanas e 31,52% em áreas rurais (IBGE, 2023).

A renda per capita paraense em 2023 foi de R\$ 1.282, a 19ª do Brasil (IBGE Cidades, 2024). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²¹ no estado em 2021 foi 0,69, o 3º menor índice do país, segundo o último levantamento do Instituto Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O IPEA, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Fundação João Pinheiro (FJP) desenvolve o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil que tem por objetivo apresentar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), feito desde 1991 como um ajuste metodológico do IDH global ao contexto brasileiro e que possui 330 indicadores divididos em 3 eixos: longevidade, educação e renda (Atlas BR, 2024). A última edição do Atlas foi em 2021.

Esses eixos do IDHM compreendem importantes dimensões do desenvolvimento humano: “a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda” (Atlas BR, 2024).

Os 330 indicadores são divididos em 10 indicadores macro: desenvolvimento humano, educação, habitação, meio ambiente, participação política, população, renda, saúde, trabalho e vulnerabilidade e todos eles englobam outros indicadores como desigualdade social, indicadores econômicos, taxa de desemprego, acesso a serviços de saúde, taxas de natalidade e mortalidade, taxa de alfabetização, nível de escolaridade populacional, qualidade da educação, entre outros.

O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. As notas do índice são distribuídas na seguinte classificação: **muito baixo** 0,000 - 0,499; **baixo** 0,500 - 0,599; **médio** 0,600 - 0,699; **alto** 0,700 - 0,799; **muito alto** 0,800 - 1,000 (Pnud,

²¹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. Varia de zero a um e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em seu relatório anual (IPEA, 2008).

2024). O Pará foi classificado em 2021 com o IDHM médio, 0,646, ao passo que o Brasil tinha IDHM de 0,766 em 2021, índice alto e aproximado ao IDH de 2022, 0,760.

Na tríade de avaliação, o Pará recebeu um índice alto para longevidade (0,789), ficando na 19ª posição entre os estados brasileiros; índice médio para renda (0,646), ficando na 24ª posição e um índice baixo para educação (0,528), 26ª e segunda pior posição do índice, na frente apenas do Alagoas.

O que entra em consonância com a média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)²² que o Pará recebeu em 2021, 3,0. Essa nota é considerada muito baixa no índice que vai de 0 a 10, o que deixou o Pará na penúltima posição do índice, perdendo apenas para o Rio Grande do Norte com 2,8 (MEC, 2022). Também é distante da média 6, valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos e que se tornou a meta nacional para 2022.

Em 2023 o Pará teve desempenho recorde no Ideb, com a nota 4,3. A posição do estado saltou do penúltimo lugar para o sexto. Esse desempenho surpreendente chamou atenção de muitos profissionais ligados a estudos da educação e o governo do estado fez algumas ações para promover a nota e a gestão educacional, nas mãos de . O Ideb, assim como o Saeb serão estudados mais à frente no subitem de avaliação deste capítulo.

Esta dissertação estudará a educação paraense em um recorte que data de 2019 até 2023, pois é recorte temporal que abrange a criação da Vasta, mas principalmente a gestão atual da Secretaria de Estado de Educação (Seduc-PA) durante o governo de Helder Barbalho (MDB). A rede estadual de ensino do Pará é responsável pelo ensino fundamental I e II, o ensino médio regular e o ensino médio técnico integrado à educação profissional, realizado nas escolas técnicas do estado, além dos níveis fundamental e médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Seduc-PA não possui matrículas na educação infantil e tem um menor número de matrículas no ensino fundamental I e II em comparação ao ensino médio, mesmo com o afunilamento da oferta nesse nível escolar. Isso acontece porque a educação infantil de forma exclusiva e o ensino fundamental de forma parcial são responsabilidade dos municípios, resultado das políticas de municipalização do ensino fundamental implementadas a partir do governo Almir Gabriel (PSDB) no final dos anos de 1990 (Ribeiro, 2007, p. 63).

²² O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb (Brasil, 2024).

Tabela 1 – Número de matrículas na rede estadual de educação do Pará por nível escolar durante os anos de governo Helder Barbalho (2019 a 2023).

	Matrículas fundamental	%	Matrículas Médio	%	Matrículas Médio Técnico	%	Matrículas EJA	%	Total
2019	179.995	31	320.157	56	13.841	2	61.112	11	575.105
2020	172.310	30	319.969	57	15.321	3	57.121	10	564.721
2021	168.438	28	356.124	60	17.151	3	52.736	9	594.449
2022	158.367	29	330.730	60	18.874	4	39.586	7	547.557
2023	143.708	29	285.957	58	11.401	2	51.882	11	492.948

Fonte: Dados coletados do Censo da Educação Básica (2019; 2020; 2021; 2022; 2023) para essa pesquisa.

Em 2019, ano em que Helder Barbalho assumiu o governo do estado, a Seduc-PA contava com pouco mais de meio milhão de alunos distribuídos nos níveis escolares atendidos pela rede. Na pandemia, durante os anos letivos remotos em 2021 e 2022, apesar do aumento do número de matrículas no ensino médio regular e no técnico profissional, houve declínio no ensino fundamental e EJA, consequência da difícil adaptação ao ensino remoto.

Há fatores socioeconômicos relevantes nesse fenômeno, a maioria da população paraense é autodeclarada parda, negra e indígena, grupo demográfico historicamente vulnerável. Segundo um mapeamento sobre a desigualdade de renda em 2020 feito em estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Pará tinha um índice de renda média de 506 reais, uma das mais baixas do Brasil.

Tabela 2 – Estudantes da Seduc-PA por autodeclaração racial (2019 – 2023).

	Matrícul a brancos	%	Matrícul a pretos	%	Matrícul a pardos	%	Matrícul a indígenas	%	Matrícul a amarelos	%	Total
2019	36.394	10,71	13.585	4,00	285.850	84,15	2.511	0,74	1.349	0,40	339.689
2020	35.425	10,54	13.831	4,12	283.048	84,22	2.478	0,74	1.297	0,39	336.079
2021	36.338	10,42	14.785	4,24	293.688	84,20	2.726	0,78	1.277	0,37	348.814
2022	34.129	10,73	13.877	4,36	266.245	83,73	2.621	0,82	1.114	0,35	317.986
2023	30.776	11,30	12.644	4,64	225.388	82,76	2.640	0,97	890	0,33	272.338

Fonte: Dados coletados do Censo da Educação Básica (2019; 2020; 2021; 2022; 2023) para essa pesquisa.

Na série histórica é possível perceber que durante os 5 anos, mais de 80% dos estudantes da rede estadual se autodeclararam pardos. Pardo é um termo guarda-chuva (e alvo de discussão por pessoas autodeclaradas negras) para identificar descendentes de negros e indígenas.

Um relatório chamado “Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira em 2021” do IBGE que embora foque no Brasil todo mostra a relação entre cor e vulnerabilidade social ao apontar que 7,4% da população de pessoas pretas

e pardas (3,5% entre os brancos) vive na extrema pobreza e cerca de 31% dessa mesma população vive na pobreza (15,1% entre os brancos).

Mesmo com as iniciativas governamentais de distribuição de recursos para o ano letivo remoto, nem todos os alunos tinham condições plenas de acompanhar as atividades das aulas, faltava recursos como cobertura da internet em localidades mais longínquas e rurais, até mesmo a falta familiaridade com o modo síncrono e assíncrono das aulas e mesmo os professores ainda estavam aprendendo a lidar com aquela modalidade de aulas.

Não só a evasão escolar em período pandêmico, mas a medida para aprovar alunos que conseguissem cumprir com 75% da carga horária fez o Pará seguir o Brasil que também apresentou baixa no número de matrículas como consequência da pandemia.

Após o período pandêmico, a Seduc fez do termo “recomposição da aprendizagem” algo recorrente para falar do Planejamento Estratégico da Seduc - 2023 a 2026, um conjunto de propostas com o objetivo de “tornar o estado do Pará referência nacional no avanço da qualidade da aprendizagem” (Pará, Planejamento Estratégico (2003 – 2026), 2003, p. 36) . Essa proposta, de fazer os índices paraenses subirem e ganharem visibilidade nacional nada mais é que uma ideia de Rossieli Soares, atual secretário de educação.

As estratégias de gestão da educação paraense nas mãos de Rossieli Soares, com anuência do governador do estado, são implementadas em contexto de grande disputa entre a atual gestão da Seduc-PA e a categoria docente paraense.

Tabela 3 – Função docente da rede estadual no Pará de 2019 a 2023.

	Docentes fundamental	Docentes médio	Docentes médio técnico	Docentes EJA	Docentes ed. Especial	Total
2019	9.567	16.114	699	5.554	18.265	50.199
2020	9.433	16.249	767	5.390	19.258	51.097
2021	9.192	16.532	754	5.137	20.161	51.776
2022	9.087	16.797	736	4.901	20.621	52.142
2023	7.268	13.622	893	6.101	16.678	44.562

Fonte: Dados coletados do Censo da Educação Básica (2019; 2020; 2021; 2022; 2023) para essa pesquisa.

A função docente na rede estadual paraense possui o maior número de docentes distribuídos no ensino médio em relação ao fundamental, acompanhando o número de estudantes desse nível que também detém o maior número, por ser o nível prioritário da gestão estadual. Como é possível observar na série histórica, a quantidade de docentes teve queda significativa em 2023 em relação a 2022, o que também aconteceu com o número de estudantes.

A Seduc-PA não realiza concurso público para seleção de efetivos desde 2018. Em

2022, o certame chegou a ser autorizado, com previsão para o segundo semestre de 2023 e, posteriormente, adiado para o início de 2024 e até o momento não houve a publicação de um edital. Apenas em janeiro de 2025, para desviar o foco dos problemas de gestão da pasta, que Helder Barbalho anunciou que haverá concurso para professores efetivos, mas exclusivamente para professores indígenas.

Essa dissertação é construída ao mesmo tempo em que uma série de medidas da Seduc-PA são tomadas pela atual gestão e denunciadas como precarização das condições de trabalho dos docentes do Pará, bem como denúncias sobre iniciativas de privatização da educação que afetam toda a rede.

A começar pela Lei nº 10.820, de 19 de dezembro de 2024, dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Pará e foi sancionada pelo governador Helder Barbalho. Conhecida como Lei do Magistério, o instrumento legislativo trouxe uma série de reformas da carreira docente que não foram bem recebidas pela categoria, pois afetavam de maneira negativa o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação do Pará.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) denunciou uma série de problemas com a Lei do Magistério dois dias antes da assinatura dela, classificando-os em 4 eixos: quadro permanente, carreira, regime de trabalho e gratificações. Os problemas são:

QUADRO PERMANENTE:

- Retira dos professores de Classe Especial do quadro permanente para o quadro suplementar (prof. nível médio);

CARREIRA:

- Anula a Progressão Automática;
- Submete à disponibilidade orçamentária e financeira;
- Delega poderes ao secretário por ato administrativo;
- Definida por desempenho voltado para a meritocracia e administrativo da vida funcional;
- Retira o assento do Sintep na Comissão Permanente de Avaliação;

REGIME DE TRABALHO:

- Modifica a Jornada de Trabalho de hora-aula para hora-relógio de 60 minutos;
- Extingue a jornada docente de 30 horas semanais;
- Aumenta o tempo de permanência do professor para a jornada de 40 horas-aulas semanais na escola que atualmente é de 26h40min para 40 horas semanais, obrigatoriamente em 2 turnos de trabalho;
- Retira as aulas suplementares dos docentes cedidos, readaptados e em licenças legais a partir de 30 dias;

GRATIFICAÇÕES:

- Extingue as gratificações de titularidades (Especialização, Mestrado e Doutorado);
- A gratificação de magistério na educação especial era de 50% e passará para valores nominais correspondentes a: I - R\$ 1.400,00 para a jornada de

trabalho de 20 horas semanais; ou II - R\$ 2.800,00 para a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

- A gratificação de atividade no Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), que antes era de 180% de vencimento-base, passará para os seguintes valores nominais: I- GSOME - R\$ 1.000,00; II- GSOME - R\$ 3.000,00; III- GSOME - R\$ 5.000,00; IV-GSOME R\$ 7.000,00.

- As gratificações de risco de vida e de alta complexidade destinadas aos docentes que exercem suas atividades na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) ou na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA) percebem com 50% de gratificação e passará a ser pago o valor correspondente à: I- R\$ 1.150,00 para a jornada de trabalho de 20 horas semanais; ou II - R\$ 2.300,00 para a jornada de trabalho de 40 horas semanais (Sintepp, nota pública, 2024).

Os professores da rede estadual, após muitos protestos por todo o território paraense, deflagraram greve geral em 23 de janeiro de 2025, um mês depois que a Lei do Magistério foi sancionada. A Lei do Magistério é um instrumento contraditório e nocivo de um governo que almeja a promoção da sua gestão por meio do desempenho da rede escolar que é de sua responsabilidade, ao passo que deteriora as condições de trabalho da classe responsável pelos processos formativos da educação.

As medidas do governo Helder Barbalho para a educação mostram como o seu governo está alinhado com as tendências de gestão de outros estados com governos neoliberais de caráter extremamente privatista, a exemplo de São Paulo e o histórico de governos de direita. Apesar de tentar estabelecer uma imagem de gestão moderada e democrática, o governo atual dá anuência para práticas destrutivas dos setores de serviços sociais e afeta os trabalhadores e os atendidos por esses programas.

Outra medida grave promulgada pela Lei do Magistério foram as tentativas de alterações das políticas públicas de inclusão dos estudantes de áreas rurais, que consistem no Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) e no Sistema de Organização Modular de Ensino Indígena (SOMEI).

A Lei 10.820/2024 não cita o SOME ou o SOMEI diretamente, mas abre a prerrogativa de alterações nos sistemas por normas futuras do poder executivo. Somando a isso, tem a instrução que o secretário de educação, Rossieli Soares, transmitiu às Diretorias Regionais de Ensino (DRE), para a não oferta de matrícula no 1º ano, porta de entrada do ensino médio, no SOME, o que, segundo o sindicato dos professores do estado, na prática “significará a substituição dos professores por TVs no ensino médio como um todo em três anos” (Sintepp, 2024).

A reação das comunidades indígenas do território paraense foi imediata. Cerca de 300 indígenas de 22 etnias vindos de diferentes regiões do Pará chegaram à capital Belém para

ocupar a sede da Seduc-PA em 14 de janeiro de 2025 (Carta Capital, 2025).

Figura 6 – Ocupação dos povos indígenas na Seduc-PA em 2025.



Fonte: Amarilis Marisa/Divulgação Cimi.

A articulação dos indígenas deu força para a greve da categoria, pois a repercussão foi nacional. Com o apoio de entidades como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar a Lei do Magistério. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) também se manifestou e definiu a Lei do Magistério como:

Essa lei representa uma ameaça significativa aos direitos e interesses dos povos indígenas do Brasil. É crucial destacar a perda de autonomia que a lei implica. Ela impõe um modelo educacional padronizado que não respeita a rica diversidade cultural e linguística dos povos indígenas. A autonomia na gestão educacional é vital para que as comunidades possam ensinar e preservar suas tradições, línguas e saberes, elementos essenciais para a identidade e continuidade de suas culturas (CIMI in Gazeta do Povo, 2025).

Depois de 17 dias de ocupação e desgastes à imagem do governo Helder Barbalho a nível nacional, o governador assinou a revogação da Lei do Magistério com a promessa de revisar alguns pontos da reforma, algo que não foi bem-visto, porém a revogação foi considerada uma vitória para a categoria docente e uma conquista da luta indígena.

Foi a maior crise que o governo Helder Barbalho enfrentou, pois a educação e o ambientalismo são as maiores peças de marketing da gestão. Com Belém sediando a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), tendo a Amazônia como protagonista da conferência, uma crise direta com os povos originários se tornou um problema para um político que usa a responsabilidade social com o meio ambiente como instrumento de projeção política no Brasil.

O que o governo faz é uma limpeza de imagem com os mesmos setores que precariza. Usa o controverso desempenho da rede estadual no Ideb de 2023 como peça publicitária do seu governo ao mesmo tempo em que cria medidas como a Lei do Magistério, que retira direitos dos professores da rede e afeta negativamente a rotina de ensino e aprendizagem.

A categoria docente no Pará lamentou uma perda nas reivindicações: a exoneração de Rossieli Soares, que permaneceu à frente da Seduc-PA, o que ainda deixa os direitos dos docentes e dos estudantes em perigo, pois medidas como as da Lei do Magistério são um modus operandi do atual secretário de educação do Pará e compõem o histórico dele na educação pública brasileira.

2.2 O histórico do Secretário Rossieli Soares até chegar na gestão da Seduc-PA

Comentado [CC2]: Mudar esse subtítulo

Em 02 de janeiro de 2019, com a posse de Helder Barbalho, Leila Carvalho Freire foi nomeada secretária de educação do estado. Leila Freire já tinha experiência em secretarias de educação do Pará, assumindo a Secretaria Municipal de Ananindeua (Semed) da gestão do próprio Helder Barbalho, prefeito do município em dois mandatos (2005 – 2009) e (2009 – 2013) e a Secretaria Municipal de Benevides durante a gestão de Ronie Silva (MDB) no segundo mandato (2015 – 2019).

A secretária permaneceu na Seduc-PA por apenas um ano e dois dias. Em 04 de janeiro de 2020, Leila Freire foi exonerada junto da secretária adjunta de ensino, Ana Paula Fernandes Renato. Em uma nota, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) comentou a exoneração da secretária de educação afirmando que em 2019 ela “já havia ensaiado uma saída por não ter a autonomia plena na pasta” (Sintep, 2020).

Quem assumiu a Seduc-PA foi Elieth de Fátima Braga, que até o momento era prefeita do município de Mocajuba pelo MDB, deixando a prefeitura para assumir o cargo na secretaria de educação do estado. Elieth Braga tinha experiência na área da administração e gestão pública, mas não possuía experiência com a educação até então.

A secretária atuou na pasta de 2020 a 2023, sendo a gestora durante a pandemia de Covid-19, coordenou a suspensão das aulas como medida sanitária de quarentena a partir de março de 2020, os projetos de atividades educacionais para serem cumpridas dentro de casa até a adoção do ano letivo remoto em agosto do mesmo ano e um ano depois, em agosto de 2021, foi coordenadora do Plano de Retomada das Aulas Presenciais, que instruía o retorno gradativo dos estudantes às escolas, priorizando os estudantes que fariam o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Saeb.

No início do segundo mandato de Helder Barbalho, Elieth Braga saiu da pasta que foi assumida por Rossieli Soares da Silva, atual secretário, em 6 de janeiro de 2023.

O atual secretário Rossieli Soares, formado em direito pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), tem mestrado em Gestão e Avaliação Educacional pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e foi secretário de Estado de Educação do Amazonas e Presidente do Conselho Estadual de Educação do Amazonas de agosto de 2012 até maio de 2016. Também foi vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), entre 2015 e 2016.

Rossieli Soares foi condenado em 2019 pelo Ministério Público Federal do Amazonas por improbidade administrativa por omissão em fornecer documentos necessários a processo investigatório do MP acerca “do crime de dispensa ilegal de licitação na contratação de serviços de transporte escolar em sete municípios do estado, entre 2013 e 2015” (MPFAM, 2019).

O Ministério Público do Amazonas solicitou que o Rossieli Soares tivesse os direitos políticos suspensos e fosse condenado à perda da função pública que exerce e ao pagamento de multa e ressarcimento integral do dano aos cofres públicos, no total de R\$ 12.774.904,40 (MPFAM, 2019).

Rossieli Soares já era secretário da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), governo de João Dória (2019 – 2022), quando foi condenado no Amazonas. Antes disso foi Ministro da Educação do Governo Michel Temer entre abril de 2018 e janeiro de 2019.

A sua passagem pelo Ministério da Educação, no governo estabelecido após o *impeachment* de Dilma Rousseff, ficou marcada pela homologação da etapa do Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2018, que amplia a grade curricular para outras disciplinas, os chamados itinerários formativos, diferentes das de formação básica, mudanças que integram a implementação do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017; sancionado pela Lei nº 14.945/2024, que estabelece a Política Nacional de Ensino Médio).

Na época que o Novo Ensino Médio ainda era uma proposta, em 30 de agosto de 2018, Rossieli Soares fez duras críticas ao ensino médio durante uma coletiva de imprensa de divulgação dos dados do Saeb, em Brasília. Afirmou que o ensino médio estava “absolutamente falido, no fundo do poço” e pressionou pela implementação urgente do NEM.

O Novo Ensino Médio sempre foi alvo de críticas por parte de profissionais da educação, principalmente acerca da implementação dele nas escolas públicas e por causa da

concepção e elaboração fomentada por coalizão de entidades do setor privado como o Instituto Natura e Sonho Grande, que estavam diretamente envolvidos na implementação do NEM nas redes estaduais (Cássio; Goulart, 2023, p. 291).

A maior parte das críticas se concentra no possível aumento da desigualdade social que o NEM poderia trazer pela falta de recursos para a implementação nas escolas públicas e pela fragilidade do ensino dos chamados itinerários formativos. Segundo Cássio e Goulart (2023, p. 290):

O NEM aprofunda a fragmentação do ensino médio, expulsa setores da população jovem da educação básica, superficializa a formação escolar, intensifica drasticamente o trabalho docente, barateia a qualificação profissional da juventude, cria novas barreiras para o acesso ao ensino superior público – prejudicando especialmente estudantes que sempre tiveram as piores condições de escolarização –, e estabelece estruturas articuladas de privatização da educação, sobretudo com a ampliação do ensino a distância. É a reforma antipovo por excelência: aquela que oferece menos escola para quem mais precisa de escola.

O legado de Rossieli Soares como secretário de estado de educação em São Paulo também consiste em ações de desintegração da educação pública como no MEC. Assumiu a secretaria de educação paulista em 2019, primeiro ano do mandato de João Dória (PSDB) no estado.

O governador anunciou a nomeação de Rossieli Soares com “status ministerial” e ficou definido que seu principal objetivo na pasta seria colocar São Paulo na liderança do Ideb (Folha de São Paulo, 2022). Esse objetivo não foi cumprido, em 2021, por causa da pandemia, o estado ficou na quinta colocação, a mesma da edição anterior, e em 2023 caiu para a sexta colocação.

As medidas de maior repercussão na gestão dele são as ações de expansão do Programa de Ensino Integral Paulista (PEI), criado em 2012 pela SEE-SP com a finalidade de implementar as escolas de tempo integral, que são propostas de modelo educacional baseadas no aumento do tempo de permanência dos educandos no interior das escolas, é diferente da concepção de educação integral de John Dewey²³ e do movimento Escola Nova (Dias, 2018, p. 02).

Na época da instituição do PEI até 2019, havia 417 escolas de tempo integral na rede estadual paulista. A expectativa do governo Dória e da gestão de Rossieli era ultrapassar 1,4

²³ Para John Dewey, a promoção da educação integral não está vinculada necessariamente à ampliação do tempo de permanência do aluno na unidade escolar (escola em tempo integral), “mas à promoção de atividades que busquem o desenvolvimento da cidadania e das dimensões física, cognitiva, afetiva e cultural dos educandos” (Dias, 2018, p. 02)..

mil unidades de ensino até 2023. Entre os problemas apontados nas escolas de tempo integral de São Paulo estava a concentração dessas escolas em áreas que não eram acessadas pelas comunidades mais vulneráveis, bairros com maior planejamento urbano e de maior infraestrutura e concentração de renda.

Em 2016, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) selecionou uma amostra de escolas participantes do programa e produziu alguns dados sobre elas. Das 39 escolas pesquisadas na capital paulista, o órgão constatou que 29 delas (75%) ficam em regiões cuja renda média familiar é superior a 1.600 reais, e apenas dez escolas estão em distritos mais pobres, como Capão Redondo e Itaim Paulista (Carta Capital, 2019).

Outro problema consiste na evasão escolar conduzida pela impossibilidade de conciliar estudos com o trabalho que estudantes da rede pública às vezes precisam ter e pelo fechamento do turno noturno nas escolas que aderem à proposta de tempo integral. Isso impacta diretamente nas matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), muitos alunos ficam sem possibilidade de continuar os estudos, pois as escolas que os atendiam precisam encerrar o único turno em que os alunos dessa classe podem estudar.

Rossieli Soares também promoveu a volta do ensino presencial nas escolas estaduais de SP em fevereiro de 2021, quando o Brasil ainda batia recordes de morte pela Covid-19. Por essa situação, ele foi denunciado no Ministério Público de SP (MP-SP), por crime de responsabilidade.

Durante a gestão na SEE-SP, Rossieli Soares também foi um grande promotor das ditas tecnologias educacionais ou insumos pedagógicos. Com participação ativa em fóruns sobre educação e tecnologia patrocinados pela iniciativa privada, como o Fórum Rádio Bandeirantes – Educação & Tecnologia, onde defendeu e ainda defende um modelo educacional cada vez mais mediado por insumos digitais.

O secretário afirmou na abertura do fórum que “a pandemia ensinou a todos sobre a necessidade e importância de se unir educação e tecnologia e que cada vez mais necessário investir em treinamento dos professores e na expansão digital aplicada à rede de ensino. Esse entusiasmo com os insumos pedagógicos mediando a educação pública não são à toa.

Rossieli Soares é membro do Lide, associação de empresários ou pessoas de relevância política que desenvolvem fóruns para fomentar e investir em setores da economia:

[..] o LIDE é uma entidade multilateral, que abrange 34 setores econômicos. Cada segmento é coordenado por um comitê formado pelos principais empresários e autoridades do Brasil, que desenvolvem transversalmente uma série de eventos, fóruns nacionais e internacionais que são referências no mercado corporativo brasileiro (Lide, página eletrônica, 2024)..

A Lide tem uma série de metas sobre a educação e sua atuação é conduzida por empresários que defendem uma intervenção privatista na máquina pública, defendendo uma nova gestão mais alinhada aos padrões de eficiência do mercado de resposta imediata. Rossieli Soares foi chamado para integrar o comitê do Lide em outubro de 2022 quando saiu da SEE-SP, porque seu padrinho político e ex-governador do estado João Dória abandonou o governo para tentar a candidatura para a presidência, algo que não concretizou.

Nessa época, Rossieli Soares também tentou entrar na política ao lançar sua candidatura para deputado federal, mas não conseguiu se eleger. Um ponto importante é que o financiador da sua campanha foi Mario Ghio Jr, já mencionado no capítulo 1 como ex-CEO da Somos e atual membro do Conselho Administrativo da Vasta.

Mario Ghio Jr. fez uma doação para a campanha de Rossieli Soares no valor de 20 mil reais e é o único doador que aparece no perfil de Rossieli Soares da Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O fato é que Rossieli Soares e a Somos Educação possuem uma relação pregressa ao contrato para o programa Prepara Pará por meio da ligação com o ex-dono da empresa, o que pode explicar a presença da empresa no estado, tanto para fins financeiros da própria Somos Educação quanto para o fortalecimento do setor de insumos pedagógicos, já que é a área de maior interesse comercial de Mario Ghio Jr.

Ele é presidente da Associação Brasileira de Sistemas de Ensino e Plataformas Educacionais (Abraspe), entidade incentivadora de empresas que atuam no mercado de insumos pedagógicos e a comercialização de sistemas de ensino para outras empresas, pessoas físicas ou mesmo órgãos governamentais.

A Abraspe tem atuação relevante nesse segmento desde 2021 e também atua nas articulações com ONGs na disputa do currículo educacional brasileiro. Mario Ghio Jr., na condição de presidente da associação, participou de uma sessão no Senado Federal para discutir o Plano Nacional de Educação (PNE) em abril de 2024. Sua participação foi uma sugestão da ONG “De olho no material escolar” para o Senado, por meio da senadora Professora Dorinha do União Brasil de Goiás.

A participação da Abraspe nessa sessão foi acompanhada pela participação de outras entidades do setor privado que disputam o currículo educacional, como a Associação Nacional das Universidades Privadas (Anup), presidida por Elizabeth Guedes, irmã do ex-Ministro da Economia do governo de Jair Bolsonaro (2019 – 2023).

A própria ONG De olho no material escolar tem forte atuação nas articulações das

entidades do setor privado com políticos em Brasília. No site oficial da ONG, é dito que o principal objetivo dela é “a atualização do material escolar com base em conteúdo científico, equilibrado e que gere perspectivas positivas para os estudantes” (De olho no material escolar, 2025).

O conteúdo “científico equilibrado” ao qual a ONG se refere é o agronegócio. Com o lema “Plantando verdades, colhendo conhecimento” a ONG realiza a avaliação e orientação para composição do material didático para temas relacionados ao agronegócio (De olho no material escolar, 2025). Também alega ter analisado 80% do material adquirido pelo governo federal de Jair Bolsonaro (PSL) no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2020.

Entidades como o Lide, ONG De olho no material escolar e a Abraspe são criadas como uma estratégia de atores do setor privado de se organizarem em fundações, associações, conselhos e financiar fóruns e estudos para disseminar sua agenda capitalista na área social, sob a alegação de contribuir com a melhoria da sociedade em diversos setores. Para Adrião et al. (2024, p. 9) esse tipo de iniciativa atua entre a caridade e o investimento financeiro.

É o chamado filantropocapitalismo, um “tipo de iniciativa de financiamento privado destinado à área social que passa a exigir contrapartidas de quem recebe o apoio” (Adrião et al., 2024, p. 9). Os atores desse tipo de iniciativa não precisam ter atuação no setor que irão investir, muitos deles investem em mais de um, mas precisam garantir que o investimento não será perdido e que haverá retorno, seja financeiro, seja ideológico, seja político ou todos esses.

Portanto, por razões econômicas e pelo fato de carregar uma forte aceitação da população como uma ação que produz melhoria na vida das pessoas, a educação tem sido a área eleita pela maioria dos dirigentes de empresas para direcionar suas ações de responsabilidade social. As ações empresariais, no campo da educação, desenvolvem práticas que promovem a síntese entre o interesse individual e o interesse geral. Elas não interferem nos interesses econômicos, nem se opõem ao Estado, pelo contrário, atuam através e com o Estado, modificando a cultura organizacional, visando que o Estado aprenda com as qualidades do setor privado a flexibilidade, a inovação, a eficiência e a eficácia – ou seja, os valores do mercado (Peroni; Caetano, 2015, p. 347).

É como o caso da ONG De olho no material escolar, cuja finalidade não é a educação em si, mas incentivar a inserção da lógica do agronegócio na educação infantil ao passo que fortalece sua atuação na política nacional e educacional por meio das relações com políticos de extrema-direita, que já são apoiadores vocais do agronegócio.

O que se desenha para a educação básica no Brasil a partir dessas articulações e da inserção cada vez mais agressiva do setor privado na educação pública por meio de agentes

facilitadores dessa inserção, como Rossieli Soares, é um quadro predatório.

Essas entidades “caçam” o currículo educacional brasileiro por fins financeiros e até ideológicos sob a alegação de transformar o sistema educacional brasileiro em um modelo mais eficiente que possa se adequar a parâmetros mundiais de educação de qualidade. O Estado é tido como ineficiente na gestão da educação, o que de uma certa forma é, mas não pelo que investe em educação pública e supostamente não tem retorno, como atores neoliberais costumam dizer, e sim pelo que deixa de fazer.

O discurso crítico desses entes, como o próprio Rossieli Soares, que possui mais de dez anos de atuação no setor público e ambientação na rede, oculta que o estado sucateado da educação não é uma negligência casual, mas parte de um projeto de desintegração do sistema escolar brasileiro, que tem por objetivo direcionar a escola a resolver seus problemas com as soluções ofertadas pelo setor privado.

A narrativa para isso encontra embasamento no baixo desempenho dos alunos da rede pública nos sistemas de avaliação escolar, alega-se que é preciso implementar melhorias no currículo e essas melhorias estão nas soluções educacionais do setor privado.

2.3 A rede estadual paraense condicionada aos sistemas de avaliação escolar no governo Helder Barbalho

O desempenho nos sistemas de avaliação escolar sempre foi um ponto importante para o atual secretário de educação do Pará, Rossieli Soares, vender seu modelo de gerenciamento da educação básica para a administração pública. Como dito anteriormente, ele é mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora e usa a experiência de atuação na educação para credibilizar sua agenda privatista.

A qualidade da educação brasileira é avaliada por exames de larga escala e avaliações externas promovidos pelo governo federal e realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O principal indicador oficial de qualidade da educação básica no Brasil atualmente é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007 pelo Inep no âmbito das políticas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)²⁴.

O PDE foi a principal política educacional dos dois mandatos do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2007; 2007 – 2011) e foi lançado em 24 de abril de 2007,

²⁴ Criado em 2007, o PDE é um programa composto por um “conjunto de medidas cujo objetivo é responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação por meio de um acoplamento entre as dimensões educacional e territorial operado pelo conceito de arranjo educativo” (Brasil, MEC, 2007; 2018).

simultaneamente à promulgação do Decreto nº. 6.094, que dispõe acerca do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Melati, 2018, p. 263).

O Art. 3º do plano de metas do Todos Pela Educação determina que o “Ideb será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso Todos pela Educação” (MEC, 2008).

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação foi apresentado como um pacto da sociedade civil em que todos os setores sociais se comprometeriam com a educação brasileira. Na prática ele foi um movimento articulado por entidades como “Cenpec, Comunidade Educativa – Cedac, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Fundação Roberto Marinho e Instituto Ayrton Senna” (Peroni; Caetano, 2015, p. 346).

Essas entidades atuam até hoje em articulações que visam interferir nas políticas educacionais como foi o caso da instituição da BNCC e do Novo Ensino Médio. O Estado continua o responsável pela oferta, todavia, o arcabouço pedagógico e de gestão escolar é cada vez mais alterado pela inserção da lógica mercantil por essas entidades sob a alegação de que contribuem com a qualidade da escola pública (Peroni; Caetano, 2015, p. 348).

O Ideb aparece no Plano Nacional da Educação (PNE)²⁵ (2014 – 2024), embora tenha sido criado no âmbito do Plano do PDE, como um indicador que avalia a qualidade da educação básica (Azevedo, 2016, p. 117).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo escolar da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar (Brasil, PNE, Art. 11º, 2014).

O índice foi criado com o objetivo de alcançar o nível médio de desenvolvimento da educação básica dos países integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)²⁶.

Para o Inep, o Ideb é a “ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica, que tem estabelecido, como meta para 2022, alcançar média 6 – valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos”

²⁵ O Plano Nacional da Educação (2014 – 2024) foi aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e possui diretrizes, metas e estratégias que devem orientar as iniciativas na área da educação por um período de 10 anos. O PNE (2014 – 2024) possui 20 metas para a educação básica, superior e profissional técnica.

²⁶ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Econômico é uma organização econômica intergovernamental com 38 países membros, fundada em 1961 para estimular o progresso econômico e o comércio mundial.

(Brasil, Inep, 2019).

O Ideb é obtido a partir do cálculo do desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e a taxa de aprovação dos alunos nos anos letivos, a avaliação do fluxo escolar. O Saeb é aplicado para obtenção da média de desempenho dos alunos em português e matemática, resultando em um valor no Ideb que varia de 0 a 10. Essa nota é atribuída a escola, rede de ensino e ao país.

O Saeb é um sistema de avaliação anterior ao Ideb, começou a ser aplicado na desde 1990 e é composto por três aferições externas em larga escala: A Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), também conhecida como Prova Brasil, são realizadas a cada dois anos (Brasil, MEC, 2019) e a Avaliação Nacional da Alfabetização (Ana), aplicada anualmente.

Em 2019, todas as três avaliações deixaram de ter esses nomes e passaram a se chamar Saeb, apenas com a delimitação de etapas, área do conhecimento e tipos de instrumento envolvidos no processo de avaliação (Observatório da educação, 2021, p. 1). E a partir do modelo do Saeb foram criados outros exames como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Em 2020, o sistema passou por reconfiguração pela Portaria nº 458, de 5 de maio de 2020, que institui normas complementares necessárias ao cumprimento da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica. E em 2021, pela Portaria nº 10, do Inep, de 8 de janeiro de 2021, que estabelece parâmetros e fixa diretrizes gerais para implementação do novo Saeb, nos termos da primeira portaria.

Segundo o Art. 5º da Portaria nº 10, o principal objetivo foi fazer “ajustes técnico-pedagógicos no Saeb com o intuito de implementar os avanços da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e o novo Ensino Médio” (Brasil, Inep, 2021).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi instituída em 22 de dezembro de 2017 quando foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE). A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (Brasil, MEC, 2024).

Outro sistema de avaliação é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), tradução de *Programme for International Student Assessment*, é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Brasil, Inep, 2024). O Pisa avalia três domínios –

leitura, matemática e ciências – em todas as edições ou ciclos. No Brasil, a sua aplicação é feita pelo Inep, assim como os demais exames de larga escala.

Segundo o Inep, os resultados do Pisa são usados para que cada país avalie os conhecimentos e as habilidades de seus estudantes em comparação a outros países, aprenda com as políticas e práticas aplicadas em outros lugares e formule suas políticas e programas educacionais visando à melhora da qualidade e da equidade dos resultados de aprendizagem.

Junto com a instituição do Ideb em 2007, dentro das medidas do PDE e do Todos pela educação, também foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)²⁷ como uma substituição e ampliação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)²⁸.

Os nomes explicam, o fundo anterior financiava apenas o ensino fundamental, enquanto o Fundeb financia a educação básica toda. Outras mudanças foram a vinculação da receita da educação ampliada para 20% e a obrigatoriedade da destinação de no mínimo de 60% dos recursos do fundo para a remuneração e formação continuada, marco importante para as políticas de valorização do magistério (Diniz, 2014, p. 53).

Além disso, a Lei do Fundeb ditava a criação de Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica no Art. 40º e no 41º estabelecia que deveria haver uma lei específica sobre o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para o magistério público da educação básica (Diniz, 2014, pp. 53-54).

As políticas de avaliação da educação se fortaleceram com a instituição do Todos pela educação, pois a instituição do Ideb permitia o mapeamento das escolas e da rede de educação, assim em teoria o governo federal saberia onde deveria dar atenção e fazer investimentos.

O que não significa que as coisas funcionem dessa maneira na prática. O Ideb e o Saeb são criticados por seu caráter objetivo em exames de larga escala sem ponderar as condições particulares dos alunos atendidos, principalmente, na escola pública. Além disso, para cumprir com as metas dos indicadores, as redes começaram a treinar seus estudantes especificamente

²⁷ A Lei nº 11.494/2007 instituiu o Fundeb no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal. Partes da sua redação foram revogadas pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamentou o Fundeb como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020 (Brasil, 2024).

²⁸ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997. O FUNDEF foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental (Brasil, MEC, 2024).

para a prova, como é o caso do Pará.

[...] por isso concluo que o IDEB é mais um instrumento regulatório do que um definidor de critérios para uma melhor aplicação dos recursos da União visando alterar indicadores educacionais. O resultado de cada município e de cada estado será (e já está sendo) utilizado para ranquear as redes de ensino, para acirrar a competição e para pressionar, via opinião pública, o alcance de melhores resultados. Ou seja, a função do MEC assumida pelo governo Lula mantém a lógica perversa vigente durante doze anos de FHC (Freitas, 2007, p. 967).

No contexto paraense, o Ideb se tornou uma prioridade do governo Helder Barbalho como adoção do modelo de gestão do atual secretário de educação. Até 2021, quando recebeu nota 3,0, o Pará sempre esteve nas últimas colocações do Ideb. O que gerou surpresa quando o estado obteve a 4,1 e teve um crescimento de 1,3 pontos e subiu vinte posições no ranking em 2023 indo da 26ª posição para a 6ª.

O governo atribuiu o êxito na nota às medidas focais para a pasta:

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc) estabeleceu uma agenda prioritária nos 144 municípios paraenses para reverter o cenário educacional, como: combate à evasão escolar, aquisição de material didático, intervenções pedagógica (sic) para melhoria da aprendizagem; reforço escolar, inserção do componente curricular educação ambiental, financeira, projeto de vida e projeto de convivência; escolas de tempo integral e inclusão de recursos tecnológicos nos espaços educativos. Além disso, a Seduc aumentou o tempo de aula das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática para recomposição de aprendizagem (Secom-PA, 2024).

Quase todos os recursos aos quais o governo deu os créditos pela nota correspondem principalmente a insumos pedagógicos, com exceção do combate à evasão escolar. É possível até separar pelos eixos de oferta que esse mercado possui: [aquisição de material didático, intervenções pedagógicas para melhoria da aprendizagem; reforço escolar] = **soluções complementares de apoio ao ensino**; [inserção do componente curricular educação ambiental, financeira, projeto de vida e projeto de convivência] = soluções de educação socioemocional; [inclusão de recursos tecnológicos nos espaços educativos] = **educação maker**. O último ponto diz respeito ao programa Prepara Pará, como programa de recomposição da aprendizagem adotado pela Seduc.

A inserção da iniciativa privada na rede estadual do Pará não é novidade, a Seduc-PA, já estabeleceu parcerias público-privadas anteriormente com entidades do setor privado como o Instituto Natura, o Instituto Itaú, a Fundação Roberto Marinho, entre outras, para a criação de programas como o Jovem do Futuro, Aprender Mais, o Pacto pela Alfabetização na idade certa, Escola de Tempo Integral e o Projeto “Mundiar”, a partir do Programa Pacto pela

Educação, no governo Simão Jatene (2011 – 2019):

Para tentar modificar o cenário educacional, o governo paraense lançou, em 2013, o Pacto pela Educação do Pará, que objetivava melhorar a qualidade da Educação Básica partir do desenvolvimento de ações voltadas para a capacitação de profissionais da Educação, visando melhoria da gestão escolar e da rede física das escolas, utilização de Tecnologias da Informação, entre outras ações consideradas fundamentais para melhorar a educação pública da Amazônia paraense, de modo a elevar a qualidade educacional (Campos; Damasceno, 2023, p. 11).

Isso evidencia que antes do governo Helder Barbalho, o governo do estado do Pará já seguia as tendências privatistas do resto do país e que os mesmos atores da agenda privatista do país participaram da implementação de programas do setor privado para a educação pública.

Outra medida relevante do Pacto pela Educação foi a instituição do Sistema Paraense de Avaliação (SisPAE) “com o intuito de monitorar e avaliar, em larga escala, as habilidades e competências desenvolvidas pelos alunos da rede estadual durante a trajetória escolar, que se garantiu as condições objetivas para essa efetivação” (Mesquita, 2022, pp. 143-144).

O Sispae se propõe a avaliar a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática de alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, mesmo perfil de alunos e mesmas competências do Saeb. A secretaria realizou as edições de 2014, 2015, 2016 e 2018.

O Sispae é o sistema de avaliação em larga escala próprio do Pará, implementado em 2013 e aplicado todos os anos até 2016 quando ele se tornou bianual e paralelo ao Saeb. O SisPAE foi executado por instituições especializadas em avaliação educacional em larga escala, por meio de processo licitatório (Sispae, Pará, 2024).

No ano de 2013, foi realizado pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd/UFJF. As edições de 2014, 2015, 2016 e 2018 foram executadas pela Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista - Vunesp.

A criação do Sispae no mesmo contexto que as medidas privatistas do Pacto pela Educação não são coincidência:

Vale aqui ressaltar que, a nosso ver, o SisPAE confirma a hipótese de que a agenda para a educação local está, desde seu processo inicial, comprometida com a agenda global de educação, pois a construção do SisPAE faz parte de exigências feitas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) quando das negociações de empréstimos monetários ao governo do Estado, assim como o faz com outros Estados, quando recorrem a esses mesmos empréstimos, ou seja, há a exigência de implantação de Sistemas de Avaliação em Larga Escala considerando sempre o rendimento em

Matemática e Língua Portuguesa como sinalizadores da qualidade da educação, que é vista a partir da mensuração da eficiência e da eficácia por meio da medição dos processos de ensino e aprendizagem, tudo muito limitado e formatado (Mesquita, 2022, pp. 167-168).

É possível afirmar que o processo de privatização da educação básica no Pará descrito foi espelhado nos processos de privatização do Brasil. Os atores neoliberais entram em consonância acerca do que querem para a educação e começam a fazer propostas para o Estado que, por sua vez, está interessado nos investimentos do capital e institui iniciativas que são vendidas como um pacto participativo de todas as esferas sociais, mas idealizadas dentro do âmbito privado e neoliberal.

Com a instituição dos sistemas avaliativos de larga escala pra se obter um diagnóstico das escolas da rede pública os problemas aparecem, a solução do mercado é a resposta consequente. Nesse âmbito a privatização da educação ocorre, seja pelas parcerias público-privadas tradicionais ou seja pela aquisição de insumos pedagógicos para atividades complementares.

Não há aqui uma posição contrária a existência de indicadores de avaliação, a questão é a motivação por trás deles e o método de aplicação nessas avaliações que não entende ou procura entender a composição da educação básica, quem ela atende e quais são as vulnerabilidades da rede de estudantes.

Os sistemas de avaliação possuem problemas de conceito e a nota do Pará em 2023 evidencia isso. Em 15 de outubro de 2024, um pesquisador paraense chamado Felipe Garcia Passos, que é estudante de doutorado na Universidade de São Paulo (USP) e professor no Instituto Federal do Pará (IFPA), escreveu um ensaio para a revista Amazônia Latitude onde discute a nota da rede estadual expondo uma hipótese acerca do aumento atípico:

Sabedor da composição de cálculo do IDEB, o secretário de educação, Rossieli Soares, alterou o regime de avaliação (reprovação/aprovação) em toda a educação básica, que era feito anualmente e passou a ser por ciclo, ocorrendo, então, apenas nos anos finais de cada uma das etapas – ensino fundamental menor, maior e médio. Para o Secretário, essa mudança reduziria a evasão escolar, numa ação isolada que entende a evasão pela ótica do estímulo pela aprovação automática, tirando inclusive a autonomia dos professores na avaliação dos estudantes. Com a mudança no ensino médio, os estudantes só podem ser reprovados no terceiro ano. A alteração fez com que o Pará atingisse o primeiro lugar nacional no fluxo de aprovação do primeiro e segundo anos, com 100% de aprovação! – taxas nunca antes alcançadas por nenhum estado na história do indicador” (Garcia, Amazônia Latitude, 2024).

Esse tipo de manipulação mostra a fragilidade da avaliação e mostra que as métricas são inadequadas para aferir qualidade. A combinação de desempenho em uma prova de

questões objetivas e taxa de aprovação invisibiliza os estudantes que não terão o diagnóstico da sua formação ao passo que a gestão comemora resultados de que camuflam a realidade de material do aprendizado.

Rossieli Soares é o principal nome das iniciativas de privatização do governo Helder Barbalho e tanto as medidas quanto o escândalo em torno delas já são partes recorrentes no seu currículo ao longo das passagens em outros departamentos de educação. O movimento de privatização da educação paraense só irá avançar na gestão do secretário e com a anuência do governo Helder Barbalho.

CAPÍTULO 3 – O PREPARA PARÁ E A PRIVATIZAÇÃO DA OFERTA EDUCACIONAL PÚBLICA

O presente capítulo apresenta o Programa Prepara Pará, sua origem e implementação, bem como os entes envolvidos na sua criação. O capítulo está dividido em três seções secundárias e cinco seções terciárias.

Na primeira seção secundária apresenta-se os dados coletados a partir de levantamento documental no endereço eletrônico da Seduc-PA acerca dos contratos e editais que conceberam o Prepara Pará, bem como a contextualização do programa.

A SUDU Inteligência Educacional, que atua como representante da Somos nos contratos de aquisição com a Seduc-PA, será estudada na segunda seção secundária.

A terceira seção secundária discorre acerca das controvérsias dos contratos da SUDU com outras secretarias de educação pelo Brasil e seu histórico de atuação no mercado de insumos pedagógicos ou tecnologias educacionais. Esses contratos foram alvo de denúncias e investigações, o que também será discorrido neste capítulo.

3.1 O Programa Prepara Pará

O programa Prepara Pará adquiriu seus primeiros contornos durante atividades de formação de professores realizadas no final de maio de 2023 e promovidas pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA) e pelo Centro de Formação de Profissionais de Educação Básica do Estado do Pará (CEFOR).

Segundo a agência oficial de notícias do estado, Agência Pará, as atividades consistem na preparação dos professores para “o uso do material didático ‘**Prepara**’, elaborado para os alunos dos 5º e 9º anos do ensino fundamental e das 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio para viabilizar a recomposição de aprendizagens de anos anteriores, priorizando habilidades essenciais e preparando os estudantes para a Prova Brasil, exame do Sistema de Avaliação da Educação Básica (saeb²⁹) 2023” (Secom-PA, 2023). A notícia também informou acerca do objetivo da iniciativa:

[...] promover o processo de reflexão e recomposição de aprendizagem dos alunos, além de auxiliar no planejamento e na execução das atividades em sala de aula, que refletirão nas melhorias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

²⁹ Acerca do Saeb, o Instituto Anísio Teixeira – Inep esclarece: “O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências” (Brasil, 2024).

Os materiais anunciados para distribuição nas 898 escolas da rede estadual paraense são compostos por conteúdos de Matemática e Língua Portuguesa, divididos em dois volumes – o primeiro foi utilizado no período de maio a agosto e o segundo no período de agosto a outubro – e acompanhados de manual do professor (Secom-PA, 2023), além da plataforma digital Plurall, desenvolvida pela Somos Educação, para o controle das atividades realizadas no programa e que é de uso dos professores, alunos e coordenadores do programa.

Por fim, a secretaria de comunicação do governo esclareceu também que seriam aplicadas avaliações e outras atividades que possibilitassem a verificação da aprendizagem dos alunos, visando informar as equipes gestoras das escolas e os técnicos da Seduc sobre o desempenho dos alunos em cada escola.

Olhando superficialmente, não parece haver quaisquer coisas fora de ordem com o programa e seus objetivos, mas essa pesquisa, ao investigar o que seria o ‘Prepara’ e sua linha do tempo, bem como os agentes envolvidos na concepção e adoção do programa, entende que esse projeto vai ao encontro de um movimento que vem se consolidando no ambiente educacional desde o final anos 1990: organizada a partir de um amplo corpo de reformas que reorganizam desde as legislações, práticas de gestão e os desenhos curriculares e se apresentam como formas de privatização da educação pública. De acordo com Adrião e Silva (2023, p. 32):

As reformas educacionais de cariz privatista, induzidas por atores privados têm sido orquestradas por regimes ou modelos de governança da educação denominados como “governo empresarial” por Dardot e Laval (2016), como gestão corporativa da educação (Croso e Magalhaes, 2016) ou ainda por parcerias público-privadas (Robertson e Verger, 2012). Em substância, os processos privatistas se concretizam mediante uma apropriação teórico-prática das políticas educacionais de forma orgânica e multiforme, incidindo sobre a gestão escolar; a formação de docentes e de gestores; assessorias pedagógicas; a oferta de tecnologias educacionais; os sistemas privados de ensino que padronizam projetos curriculares, dentre outros insumos pedagógicos, além do incentivo à programas de escolha parental que disputam os fundos públicos.

Essa pesquisa toma como referência a definição de Adrião (2017, p. 129) sobre a privatização da educação, onde a autora descreve o fenômeno como “a transferência ou a delegação das responsabilidades sobre a elaboração, a gestão de políticas educativas ou sobre a oferta educacional para o setor privado lucrativo e/ou não lucrativo”. De um modo geral, a privatização consiste em técnicas de desregulação que reduzam a intervenção do Estado no domínio econômico, deste modo concedendo maior liberdade ao mercado (Di Pietro, 2006, p. 5).

Essas técnicas ou estratégias de desregulação podem fundamentar-se em desmonopolização das atividades econômicas; de concessão de serviços públicos, onde a responsabilidade do exercício dos serviços públicos é realocada para o setor privado, assim como “o denominado *contracting out*³⁰, abarcando os acordos de colaboração entre o Poder Público e os setores privados, desde os convênios celebrados, até os contratos de obras e prestação de serviços” (Calil, 2014, p. 67).

Uma dimensão da privatização da educação básica que parece ser aplicada no caso investigado por essa pesquisa é o que Adrião (2017, p. 130) chama de mercado dos “insumos pedagógicos”, sobre o qual a autora disserta:

Chamo, de forma esquemática e provocativa, de “insumos curriculares” o conjunto de produtos e serviços diretamente relacionados à “estruturação”, portanto à conformação, do trabalho pedagógico e que têm sido desenvolvidos por empresas ou *startups* financiadas por “filantropos de risco” (OCDE, 2014), autodeclarados segmentos de responsabilidade social.

Esses produtos consistem não só nos livros didáticos e impressos, mas também em recursos digitais como plataformas e aplicativos de uso eletrônico, o que esse segmento do mercado costuma chamar de “tecnologias educacionais” ou até mesmo “sistemas de ensino” e, na aquisição desses produtos e/ou serviços, os processos de ensino começam a ser convencionados por esses tipos de recursos adotados (Adrião, 2017, p. 132).

Essa modalidade de contrato entre entidades públicas e privadas consiste nas ditas parcerias público-privadas e, aqui no Brasil, são reconhecidas pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014³¹, sendo normatizada e regulamentada pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

O material chamado Prepara é um produto da empresa gestora soluções educacionais³² Somos Educação, que é uma subsidiária da holding Vasta Educação, essa, por sua vez, sendo uma subsidiária da companhia Cogna Educação.

Para esta pesquisa, é relevante citar essa hierarquia, ainda que o objeto de pesquisa

³⁰ Tradução livre: Contratação externa. Consiste na entrega por uma organização, através de um contrato, do fornecimento de produtos ou da prestação de serviços a uma entidade externa especializada na sua realização, a entidade externa assume a gestão da sua prestação.

³¹ “Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999” (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

³² A Somos Educação chama de soluções educacionais os produtos da empresa que consistem em sistemas de ensino das escolas particulares do grupo Cogna, soluções de ensino complementar e plataformas digitais de ensino e de e-commerce (Somos, 2024).

mantenha seu foco na Vasta Educação, pois a Somos é a empresa responsável por fechar contratos – em nome da Vasta Educação – com diferentes entidades do setor privado até a assinatura do contrato com a Seduc-PA, inaugurando para a Vasta Educação uma modalidade de negócios chamada *Business to governments* (B2G) que consiste em vendas de produtos e serviços diretamente para entidades estatais.

Além disso, consultores da Somos Educação participaram dos ciclos de formação com os docentes da rede estadual que iriam trabalhar o material em sala de aula em 2023 e recentemente, durante os dias 26 e 27 de agosto de 2024, foi realizado o encontro “Trilha Formativa Prepara Pará” com os professores, coordenadores e formadores das Diretorias Regionais de Ensino (DRE) de Belém, Ananindeua, Santa Bárbara e Benevides, que são municípios com desempenho relevante no Ideb de 2023.

Sobre a relevância do referido programa para as estratégias de ensino da Secretaria de Educação, a Diretoria de Gestão Escolar (DIGE) afirma:

O Prepara é uma agenda prioritária da Seduc, nós nos juntamos com a Difor (Diretoria de Formação) e a **Somos Educação** para os professores serem melhor formados na utilização do material didático, para que eles tenham proposições de atividades metodológicas mais ativas na sala de aula com os estudantes. Então, a importância é uma formação mais qualificada e direcionada do professor junto ao estudante. No primeiro semestre, a formação era voltada para a DRE, para as pessoas poderem compreender e assessorar o acesso à plataforma virtual, um processo indireto. Agora, no segundo semestre, a capacitação vai direto à ponta, para o professor poder promover o processo de ensino aprendizagem mais eficiente. **Depois do resultado maravilhoso que tivemos em relação ao Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), o objetivo é focar e proporcionar o possível para a gente aumentar a proficiência em português e matemática** (grifo nosso) (Pará, 2024).

As escassas informações oficiais sobre o programa pouco dissertam sobre a situação dos docentes em relação ao projeto, quais alterações o trabalho e a rotina dos professores em sala de aula e até mesmo fora dela foram estabelecidas. Entretanto, aqui se apresenta os seguintes documentos que compõem os dados sobre o Prepara Pará:

- Contrato nº. 031/2023 – refere-se ao primeiro contrato entre a Somos Educação e Seduc-PA que teve vigência de um ano (abril de 2023 a abril de 2024); contém as exigências do edital 003/2022, a publicação no diário oficial do estado e o Termo de Referência do conteúdo adquirido;
- Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº 90010/2024/SEDUC: edital para a aquisição de 2024 dos serviços de insumos pedagógicos para o Prepara Pará;

- Ata da Prova de Conceito³³ referente ao edital do Pregão Eletrônico SRP N° 90010/2024/SEDUC realizada por representantes da Vasta/Somos;
- Ata da Prova de Conceito referente ao edital do Pregão Eletrônico SRP N° 90010/2024/SEDUC realizada por participantes concorrentes;
- Relatório de teste de desempenho referente ao edital do Pregão Eletrônico SRP N° 90010/2024/SEDUC realizada por representantes da Vasta/Somos;
- Relatório de teste de desempenho referente ao edital do Pregão Eletrônico SRP N° 90010/2024/SEDUC realizada por participantes concorrentes.

O documento de maior relevância para esta pesquisa é o contrato 031/2023, que concebeu o Prepara Pará. Esse contrato não foi assinado com a Somos/Vasta, mas com uma empresa chamada SUDU Inteligência Educacional Ltda., de Manaus (AM), a partir da adesão a uma ata de preços, pelo edital 03/2022 feito pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Parnaíba (Cispar), em Patos de Minas, Minas Gerais.

Toda o detalhamento sobre a SUDU e as atas de registro de preço feitas em editais de consórcio será discutido na seção terciária sobre essa empresa, por ora, o foco será nas especificidades do Programa Prepara Pará.

O contrato n° 031/2023 foi assinado em 05 de abril de 2023 pelo atual secretário de educação da rede estadual do Pará, Rossieli Soares da Silva, no primeiro mandato do governo Helder Barbalho (MDB) (2021 – 2025) e publicado no Diário Oficial do Estado do Pará em 10 de abril de 2023. A Seduc-PA adquiriu o serviço Prepara pelo valor de R\$ 152.752.493,25 (cento e cinquenta e dois milhões e setecentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos).

³³ A prova de conceito é uma etapa dos processos licitatórios para aquisição de inovações e tecnologia da informação. Ela busca verificar se a solução apresentada pelo licitante atende às exigências do edital em termos de características, qualidade, funcionalidade, desempenho e níveis de serviço.

Figura 7 – Primeira Página do Contrato nº. 031/2023 que estabeleceu a primeira relação entre a Seduc-PA e a Vasta


 Governo do Estado do Pará
 Secretaria de Estado de Educação
 Secretaria Adjunta de Planejamento e Gestão
 Núcleo de Contratos e Convênios

Contrato Nº 031/2023 - SEDUC
 Pregão Eletrônico Nº 03/2022 - CISPAP
 Ata de Registro de Preços Nº 03/2022
 Processo Nº 2023260856

CONTRATO Nº 031/2023 - SEDUC
CONTRATO DE AQUISIÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E A SUDU INTELIGENCIA EDUCACIONAL LTDA.

Pelo presente instrumento, o ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, através de sua SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, também chamada SEDUC, com CNPJ nº 05.054.937/0001-63, com sede na Rodovia Augusto Montenegro, Km 10, nesta cidade, neste ato representada por seu Titular Sr. ROSSIELI SOARES DA SILVA, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 50.619.156 – 99 SJS/RS e CPF/MF Nº 659.111.130-15, residente e domiciliado nesta cidade, Secretário de Estado de Educação, nomeado através do Decreto Governamental publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.247, em 06 de Janeiro de 2023, com errata publicada no Diário nº 35.248, 06 de Janeiro de 2023, e Sr. JÚLIO CÉSAR MEIRELES DE FREITAS, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade Nº 2959008 e CPF/MF Nº 574.423.202-87, residente e domiciliado na Av. Augusto Montenegro, nº 118, Bairro: Coqueiro, CEP: 66823-010, Belém-PA, Secretário Adjunto de Planejamento e Gestão, nomeado através de Decreto Governamental, publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.343, em 29 de março de 2023, doravante denominada CONTRATANTE por outro lado a empresa SUDU INTELIGENCIA EDUCACIONAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o Nº 34.049.028/0001-35, com sede à Rua Domingos Lima, 236, CEP: 69.053-380, Nossa Senhora das Graças, Manaus/AM, e-mail: comercial@sudu.education, neste ato representado pelo diretor, Sr. JOÃO MOACIR PEREIRA DA SILVA FILHO, portador da Carteira de Identidade Nº 1441258-6 SSP/AM e CPF Nº 511.698.432-04, residente e domiciliado à Av. José Augusto Loureiro, S/N, Q. F3, Lote 2, Ponta Grossa, CEP: 69.037-225, Manaus/AM, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Nº 01/2022, com observância da Lei Federal Nº 14.133, de 01.04.2021, da Lei Complementar Nº 123, de 14.12.2006, do Decreto Nº 8.538, de 06.10.2015, Decreto Nº 7.892, de 23.01.2013, alterado pelo Decreto Federal Nº 9.488, de 31 de agosto de 2018, Lei Federal Nº 11.107, de 06.04.2021, do Decreto Nº 10.024/2019 e demais normas pertinentes, inclusive as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2022 e no PREGÃO ELETRÔNICO 03/2022 - CISPAP, tipo maior desconto, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
 1.1. O presente Contrato tem por objeto a Aquisição eventual, futura e parcelada de ECOSISTEMA INSTRUTIVO TEÓRICO-PRÁTICO, de acordo com as especificações, quantitativos e condições no Termo de Referência e no Edital de Pregão Eletrônico Nº 03/2022 - CISPAP e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA
 2.1. O valor global para a contratação é de R\$ 152.752.493,25 (cento e cinquenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos).
 2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
 2.3. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da classificação orçamentária consignada no orçamento da Secretaria de Estado de Educação / SEDUC, conforme abaixo:
 Fonte: 0250000001 Produto: 2227 Ação: 284.246 Funcional Programática: 16101.12 361.1509 Projeto/Atividade: 8904 Natureza de Despesa: 3390.30
 Fonte: 0250000001 Produto: 2227 Ação: 284.253 Funcional Programática: 16101.12 362.1509 Projeto/Atividade: 8906 Natureza de Despesa: 3390.30

Item	Descrição	Unid.	Quantitativo solicitado para adesão	Valor Unitário (sem desconto)	Desconto Registrado em Ata	Valor Unitário (com desconto)	Valor Total
1	ECOSISTEMA INSTRUTIVO TEÓRICO-PRÁTICO, composto por livro e didáticos ou paradidáticos (impressos ou digitais)	unidade	327.971	R\$ 675,00	31%	R\$ 465,75	R\$ 152.752.493,25

Rodovia Augusto Montenegro, Km 10, s/s
 CEP: 66.621-090 - Itaipava - Belém - Pará
 Tel.: (91) 3201 – 5031/5113
 e-mail: contratos.convencios@seduc.pa.gov.br

JOÃO MOACIR PEREIRA DA SILVA FILHO
 Nº 1441258-6 SSP/AM
 CPF Nº 511.698.432-04

Autenticado de forma digital por JOÃO MOACIR PEREIRA DA SILVA FILHO
 Nº 1441258-6 SSP/AM
 CPF Nº 511.698.432-04

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
 GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Fonte: Seduc-PA, Contratos e Licitações, 2023.

O objeto da aquisição descrita no Termo de Referência, anexado ao contrato 031/2023, é descrito como:

Aquisição de materiais didáticos impressos, integrados a uma plataforma digital e acompanhados de avaliação, para melhoria de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, com vistas à melhoria do desempenho de estudantes do ensino fundamental, anos iniciais e anos finais (5º e 9º ano) e estudantes do Ensino Médio (1ª a 3ª série), o que vem incidir diretamente sobre o fortalecimento da aprendizagem, conforme especificações previstas neste instrumento (Pará, 2023, p. 9).

A justificativa da aquisição presente no termo de referência tem dezenove (19) subitens e disserta sobre o direito à educação garantido em constituição, os desafios para a melhoria dos índices de aprendizagem da educação básica, dos desafios para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, por fim, da importância dos sistemas de avaliação diagnóstica da educação como o Saeb e o PISA, bem como a importância do desempenho no Ideb.

O texto é completamente genérico e poderia falar sobre qualquer rede de educação

básica de qualquer lugar. Em nenhum dos 19 subitens é mencionado o Pará, a rede estadual paraense, o desempenho dos alunos no Saeb e a colocação do Pará no Ideb, considerando que o programa Prepara Pará foi concebido para essa finalidade.

Isso é um padrão dos contratos feitos a partir das adesões a atas de preço, como será possível ver nos exemplos de contratos da SUDU no seu subitem. O Prepara Pará, a exemplo de outros contratos da empresa, parece ter sido idealizado após a aquisição dos materiais do Prepara da empresa Somos. No primeiro ano, não houve edital interno e nem processo licitatório interno da Seduc, já que a modalidade de adesão a atas de preço dispensa licitação interna.

Sem licitação interna, não houve comissão que pudesse avaliar os serviços ofertados e nem que elaborasse um termo de referência feito a partir da realidade da educação paraense por quem conhece as especificidades educacionais da região.

Os itens de serviço do Prepara adquiridos consistem em materiais didáticos impressos, plataforma digital e serviços de avaliação dispostos da seguinte forma:

Quadro 3 – Produtos ofertados na aquisição do programa Prepara em 2023

Material impresso	Recursos digitais
Livros didáticos de português e matemática para o 5º ano do ensino Fundamental (exemplares professor e aluno);	Livro digital com acesso online e offline (PDF);
Livros didáticos de português e matemática para o 9º ano do ensino Fundamental (exemplares professor e aluno);	Licença de uso de plataforma digital para os estudantes, possibilitando o cumprimento de atividades relacionadas ao programa, participação em avaliações elaboradas pelos docentes e no padrão ENEM e suporte ao usuário;
Livros didáticos de português e matemática para o 1º ano do ensino Médio (exemplares professor e aluno);	Licença de uso de plataforma digital para os docentes, possibilitando o cumprimento de atividades relacionadas ao programa, a elaboração de atividades avaliativas e acesso aos relatórios de desempenho dos alunos e suporte ao usuário;
Livros didáticos de português e matemática para o 2º ano do ensino Médio (exemplares professor e aluno);	Recurso para aulas EAD síncronas: Google Meet;
Livros didáticos de português e matemática para o 3º ano do ensino Médio (exemplares professor e aluno).	Relatórios para gestores que permitam conferir dados de uso geral da plataforma, dos materiais didáticos e da realização das atividades por nível de turma, escolas e redes de ensino.

Quadro elaborado a partir do termo de referência do contrato nº 031/2023. Seduc-PA, Contratos e Licitações, 2023.

O serviço de avaliações foi descrito em duas avaliações de larga escala organizadas em dois blocos cada, um para língua portuguesa e um para matemática, dispostos da seguinte forma:

Figura 8 – Composição das duas avaliações de larga escala do Prepara Pará

Ano	Língua Portuguesa	Matemática	Total de questões
5º ano	Entre 20 e 30 questões	Entre 20 e 30 questões	Entre 40 e 60 questões
9º ano	Entre 20 e 30 questões	Entre 20 e 30 questões	Entre 40 e 60 questões
ensino médio	Entre 20 e 30 questões	Entre 20 e 30 questões	Entre 40 e 60 questões

Fonte: Seduc-PA, Contratos e Licitações, 2023.

Sem uma data referencial precisa divulgada pela Seduc-PA, os livros do Prepara começaram a ser entregues em 2023, ainda sem customização, apenas com o nome Prepara, e foram entregues nas escolas da rede estadual, ao passo que os professores participavam dos ciclos formativos com consultores da Somos Educação e a Diretoria de Formação (Difor) da Seduc-PA.

Também em 2023, outros ciclos formativos do Prepara foram feitos com consultores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), embora essa pesquisa não tenha localizado uma ligação entre a FGV e a Somos ou mesmo a SUDU.

Novas versões customizadas do material Prepara foram entregues em 27 de fevereiro de 2024, em um evento promovido pelo governo do estado no Dia Nacional do Livro Didático. O governador Helder Barbalho esteve presente para a entrega dos livros do Prepara Pará e do programa Alfabetiza Pará, criado com o apoio do Instituto Lemann e Instituto Natura.

O novo material Prepara já possuía o nome Prepara Pará e as artes de capa foram feitas por estudantes da rede estadual, que participaram via edital de um concurso chamado Prepara Cop30, submetendo desenhos com temática amazônica e paraense para a ilustração dos livros.

Figura 9 – Primeira versão do material Prepara em 2023, divulgado no encontro de formação de professores, e a versão repaginada em 2024



Fonte: Secretaria de Comunicação do Pará, 2023; 2024.

O nome da Somos saiu da capa, o logo do programa recebeu a adição do nome do Pará (a fonte permaneceu a mesma) e foram adicionadas as artes dos estudantes e o logo do governo do estado. Não foi possível fazer uma comparação entre o material anterior e o novo para saber se houve mudanças de conteúdo acompanhando as capas, mas em uma busca nas versões digitais dos livros mostrou que nenhum deles possui atividades de contexto regional paraense ou até mesmo amazônico.

A escalada do Pará no Ideb e a COP30 (30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), que será sediada na cidade de Belém em novembro de 2025, são grandes peças de marketing da atual gestão governamental, então não é à toa que o governo do estado queira juntar ambas para criar o sentimento de que a gestão atual faz uma administração essencialmente voltada para os interesses regionais com identidade amazônica e paraense.

Na prática isso não se realiza na educação. As estratégias de gestão da rede estadual do atual secretário de educação, Rossieli Soares, são orientadas por medidas de privatização tomadas em outros estados, principalmente São Paulo. O governo vem investindo cada vez mais na aquisição de insumos pedagógicos de empresas de fora do estado, que chegam prontos para a implementação sem considerar o contexto local.

A própria existência do Prepara Pará é baseada em outros programas de recomposição da aprendizagem como preparatório para o Saeb, que são adotados por secretarias de educação fora do estado.

No documento de apresentação do material para a jornada pedagógica da Seduc-PA em 2024, é reforçado o caráter revisional do Prepara como treinamento dos estudantes para o Saeb, ou seja, a recomposição de aprendizagem é realizada por revisão das atividades de língua portuguesa e matemática como um treinamento de reforço e ao fim de cada capítulo do livro, há 10 questões nos moldes do Saeb para os estudantes se familiarizarem e se acostumarem com o modelo da prova.

O Prepara Pará é um programa de treinamento adicional visando um melhor desempenho dos estudantes em uma avaliação que deveria obter um diagnóstico honesto sobre a rede de ensino avaliada. Não é proibido que uma rede de ensino invista em iniciativas para melhorar seu desempenho nos índices de avaliação da educação, porém quando essas iniciativas condicionam o ensino das competências exigidas a atender a uma matriz de avaliação externa, os outros aspectos da aprendizagem são deixados de lado em nome de um suposto êxito da gestão da rede.

Nesse processo, há a substituição do aprofundamento da aprendizagem por um treino de respostas objetivas de múltipla escolha. A organização dos livros do Prepara, por exemplo, é similar a um caderno de questões com pequenos textos de contextualização da questão problema, com pouco espaço para o aluno refletir sobre o que leu, ele é apenas direcionado para uma pergunta objetiva e logo tem que ler outro texto curto para responder mais questões objetivas.

O trabalho docente nesse contexto de aquisição de uma tecnologia educacional ou insumo pedagógico precisa se adaptar a uma nova realidade. Os docentes têm seus planos de aula substituídos pelo roteiro dos cadernos e precisam se familiarizar com a plataforma digital, cadastrando atividades nelas, corrigindo e refazendo testes e gerando relatórios de desempenho.

O trabalho docente é cada vez mais supervisionado e mediado pelo uso de plataformas digitais. E projetos como o Prepara Pará deixam a responsabilidade pelo acesso a essas plataformas com o docente, que usa seus dispositivos de uso pessoal, como celular e computador, para trabalhar nesses projetos, muitas vezes fora do horário de trabalho.

O trabalhador docente tem seu tempo, seus recursos pessoais e a sua formação patrimonializados pelo setor privado dentro do âmbito público. De forma implícita, tem dois empregadores, o setor público e o privado, pois o êxito dos empreendimentos com os insumos pedagógicos fornecidos depende desse trabalhador e seu desempenho no uso das ferramentas do programa implementado.

Em junho de 2024, dois meses após o fim da vigência do primeiro contrato com SUDU, a Seduc-PA realizou os processos de um novo edital, dessa vez interno, mas ainda adotando a modalidade de registros de preços, o edital Pregão Eletrônico nº 90010/2024/SEDUC PAE nº 2024/534254. A Somos Educação e uma empresa chamada MD Distribuidora de Livros Ltda. foram as licitantes.

Nos registros do teste de desempenho das duas licitantes, a SUDU aparece como representante de participação pública da Somos Educação, dessa vez documentada oficialmente. Breno Brusco, Carolina Siequeroli e Elzimar Gouvea de Albuquerque estiveram presentes como representantes da Somos Educação e João Moacir Pereira da Silva Filho, sócio administrador da SUDU também.

Figura 10 – Relatório do teste de desempenho do material da Somos Educação no processo do edital nº 90010/2024



Uma comissão de avaliação foi formada pelos servidores da Seduc Dorilene Pantoja Melo, como representante Saeb; Higor Kyuzo da Silva Okada, como coordenador da Coordenação de Ensino Médio (COEM) e Jó Helder Vasconcelos, diretor da Diretoria de Recursos Tecnológicos (DETEC).

A SUDU apresentou no teste de desempenho os materiais da Somos Educação: os cadernos Prepara e a Plataforma Plurall. Os membros da comissão precisavam manusear os materiais e indicar nos itens da prova de conceito se o material cumpria com os requisitos de funcionalidade pedagógica e técnica.

Figura 11 – Material Prepara sem customização na prova de conceito em 2024.



Fonte: Portal Seduc-PA, Contratos e Licitações, 2024.

O material da Somos foi aprovado em todos os requisitos de adequação ao projeto proposto e desempenho técnico, enquanto o material da MD Distribuidora foi reprovado por não cumprir com pelo menos 6 quesitos, obedecendo ao item 14 do anexo I do edital que determina que “Será aprovada a solução que tiver demonstrado ‘sim em 100% dos requisitos solicitados” (Seduc-PA, p. 11).

O novo contrato com a SUDU, nº 126/2024, foi assinado em 27 de dezembro de 2024, com vigência de 12 meses. A SUDU recebeu R\$ 187.670.876,00 (cento e oitenta e sete milhões e seiscentos e setenta mil e oitocentos e setenta e seis reais), 60 milhões de reais a mais do que os R\$ 127.995.000,00 (cento e vinte e sete milhões e novecentos e noventa e cinco mil reais) que o edital 90010/2024 havia estimado para a contratação.

A nova aquisição de insumos do programa Prepara mostra que é do interesse da Seduc manter a relação com a SUDU e com a Somos Educação. A gerência do setor privado sobre a educação paraense pela modalidade de oferta de insumos pedagógicos ou tecnologias educacionais é uma realidade cada vez mais consolidada no Pará e por causa dessa parceria, a Vasta/Somos Educação consegue estabelecer mais um segmento de mercado em expansão.

3.2 O que é a SUDU Inteligência Educacional?

Durante a investigação inicial do Programa Prepara Pará, uma das dificuldades para a compreensão do objeto consistiu no próprio levantamento documental acerca do programa. Além da ausência de referências a ele nos relatórios da Vasta – que consistiam em breves menções à consolidação do primeiro contrato da empresa na modalidade B2G e em uma única

descrição nominal do programa no evento Cogna Day de 2023 –, as informações sobre o programa nos canais oficiais da Seduc-PA também são escassas e encontrar documentos como o edital e o próprio contrato que originaram o programa foi uma tarefa difícil.

Até o presente momento, não foi possível encontrar o ato regulatório que institui o programa. Por exemplo, o Programa Alfabetiza Pará, que foi criado no primeiro semestre de 2023 assim como o Prepara Pará, foi sancionado pela Lei nº 9.867 em 13 de março de 2023 e publicado no Diário Oficial no dia seguinte. E esse não é o único problema encontrado durante o levantamento documental.

A procura pelo contrato entre a Seduc-PA e a Vasta/Somos encontrou um contratempo que se tornou um elemento importante para esta pesquisa: o contrato foi firmado não entre a Seduc-PA e a Somos Educação, mas entre a Seduc-PA e uma empresa chamada SUDU – Inteligência Educacional LTDA.

A empresa se apresenta como SUDU Tecnologia Educacional LTDA. no site oficial, mas registrou-se como Silva e Rocha serviços de impressão LTDA., conforme o contrato de constituição anexado ao edital nº 03/2022, que essa pesquisa investiga, e também já usou o nome fantasia Tipo Gráfica LTDA., todos sob o mesmo CNPJ e endereço, mas esta pesquisa usa o nome SUDU – Inteligência Educacional LTDA, pois é o nome que consta no contrato 031/2023 com a Seduc-PA.

A SUDU é uma empresa de natureza jurídica de sociedade limitada, com sede na capital do Amazonas, Manaus, mas que também conta com unidades operacionais em São Paulo (capital) e Curitiba, Paraná. Ela foi fundada em 27 de junho de 2019 e tem como sócio administrador João Moacir Pereira da Silva Filho. À época da fundação, no contrato de constituição constava o nome de Thiago Teixeira da Rocha, o que explica a origem do primeiro nome fantasia da empresa, mas em um documento de alteração contratual, em 25 de maio de 2021, João Moacir Pereira da Silva Filho é citado como único sócio e não há menções a Thiago Teixeira da Rocha.

Durante a data das atividades iniciais, com o credenciamento do CNPJ, a empresa declarou um capital social de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), R\$ 297.000,00 de quotas no nome de João Moacir Pereira da Silva Filho e R\$ 3.000 de quotas no nome de Thiago Teixeira da Rocha. No processo do pregão eletrônico nº 03/2022, que estabeleceu as condições do contrato nº 031/2023, firmado com a Seduc-PA, a SUDU apresentou o documento de alteração contratual citado anteriormente onde consta o capital social de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e um balanço financeiro que mostrava uma receita líquida de um pouco mais de trinta e um milhões de reais (R\$ 31.164.345,01) em 2020.

Na lista de serviços da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), a SUDU registra o código 46478, que corresponde a atividades de comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações. Todavia, na primeira cláusula do documento de alteração contratual de 2021 consta as alterações de atividades da empresa: a atividade principal correspondendo à edição de livros (código CNAE 5811-5/00) e foram adicionadas uma série de atividades secundárias muitas delas sem afinidade com editoria e impressão gráfica:

Figura 12 – Lista de atividades secundárias da empresa SUDU, conforme lista de serviços da CNAE, estabelecida por alteração contratual em 2021

Atividade secundárias:

1811301 - IMPRESSAO DE JORNAIS
1813001 - IMPRESSAO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO
1813099 - IMPRESSAO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS
1821100 - SERVICOS DE PRE-IMPRESSAO
1822901 - SERVICOS DE ENCADERNACAO E PLASTIFICACAO
1822999 - SERVICOS DE ACABAMENTOS GRAFICOS, EXCETO ENCADERNACAO E PLASTIFICACAO
4329101 - INSTALACAO DE PAINES PUBLICITARIOS
4641902 - COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO
4642701 - COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS, EXCETO PROFISSIONAIS E DE
4642702 - COMERCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSORIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANCA
DO
4643501 - COMERCIO ATACADISTA DE CALCADOS
4643502 - COMERCIO ATACADISTA DE BOLSAS, MALAS E ARTIGOS DE VIAGEM
4645101 - COMERCIO ATACADISTA DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA USO MEDICO, CIRURGICO,
HOSPITALAR E DE LABORATORIOS
4646001 - COMERCIO ATACADISTA DE COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA
4646002 - COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL
4647801 - COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITORIO E DE PAPELARIA
4647802 - COMERCIO ATACADISTA DE LIVROS, JORNAIS E OUTRAS PUBLICACOES
4649402 - COMERCIO ATACADISTA DE APARELHOS ELETRONICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO
4649404 - COMERCIO ATACADISTA DE MOVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA
4649407 - COMERCIO ATACADISTA DE FILMES, CDS, DVDS, FITAS E DISCOS
4649499 - COMERCIO ATACADISTA DE OUTROS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO
NÃO
4652400 - - COMERCIO ATACADISTA DE COMPONENTES ELETRONICOS E EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E
4761001 - COMERCIO VAREJISTA DE LIVROS
4761002 - COMERCIO VAREJISTA DE JORNAIS E REVISTAS



Junta Comercial do Estado do Amazonas
Certifico registro sob o nº 1118526 em 28/05/2021 da Empresa SUDU INTELIGENCIA EDUCACIONAL LTDA, CNPJ 34049028000135 e protocolo 210295023 - 25/05/2021. Autenticação: 968991C844F73BC677E9BF3EC9B3383E2EA39AC7. Lylcia Fabiola Santos de Andrade - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucea.am.gov.br> e informe nº do protocolo 21029.502-3 e o código de segurança 0MHS Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/05/2021 por Lylcia Fabiola Santos de Andrade - Secretário-Geral.

pág. 3/11

4761003 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA
4763601 - COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS
4763602 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS
5819100 - EDICAO DE CADASTROS, LISTAS E OUTROS PRODUTOS GRAFICOS
5821200 - EDICAO INTEGRADA A IMPRESSAO DE LIVROS
5829800 - EDICAO INTEGRADA A IMPRESSAO DE CADASTROS, LISTAS E OUTROS PRODUTOS GRAFICOS
6201501 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA
6202300 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS
6203100 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS
6204000 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO
6209100 - SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO
6311900 - TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET
6399200 - OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTACAO DE SERVICOS DE INFORMACAO
7020400 - ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA
7319004 - CONSULTORIA EM PUBLICIDADE
7319099 - OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE
7711000 - LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR
7731100 - ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO
7739002 - ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTIFICOS, MEDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR
8211300 - SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO
8219901 - FOTOCOPIAS
8219999 - PREPARACAO DE DOCUMENTOS E SERVICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
8550302 - ATIVIDADES DE APOIO A EDUCACAO, EXCETO CAIXAS ESCOLARES
8599604 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
8599699 - OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO
9511800 - REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS

Fonte: documentos declarados pela SUDU no Edital 03/2022 – CISPAP.

Um registro de atividades da empresa em setores além do comércio de insumos

pedagógicos, o único encontrado por essa pesquisa, diz respeito à atividade 4645101 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios. Em 01 de outubro de 2024, a Polícia Federal (PF), no Acre deflagrou a operação *Ghost Mask*, que investigou um suposto esquema de fraude de licitação na compra de 500 mil máscaras cirúrgicas descartáveis pela Secretaria de Estado de Saúde do Acre (Sesacre). As máscaras deveriam ser usadas no período da pandemia de Covid-19.

Conforme a nota oficial da polícia federal por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como as notícias veiculadas por portais de notícias e jornais televisivos do Acre e do Amazonas à época da operação, a investigação apontou um conluio entre empresários e servidores públicos, que teriam manipulado o processo licitatório para beneficiar uma empresa específica, resultando em crimes de lavagem de dinheiro e possível desvio de recursos (Brasil, 2024).

Além disso, a investigação levantou a suspeita de que a maior parte das 500 mil máscaras adquiridas e pagas acabou não sendo entregue ao Acre. A polícia federal teve como hipótese que o prejuízo aos cofres públicos ultrapassaria a cifra, em valores atuais, de R\$ 2 milhões.

Apesar desta pesquisa não conseguir determinar se a SUDU era empresa contemplada para ser a fornecedora das máscaras hospitalares nesse suposto conluio, é fato que a SUDU foi um dos alvos das investigações da operação policial citada e é a única empresa investigada que foi identificada, graças ao jornalismo amazonense que acompanhou o cumprimento dos mandatos de busca e apreensão da polícia federal.

Seis mandatos de busca e apreensão foram expedidos pela 3ª Vara Federal Cível e Criminal da Justiça Federal e cumpridos em Rio Branco, São Paulo (capital) e Manaus. Em Manaus, dois mandatos foram cumpridos: um na sede da SUDU e outro na casa do sócio administrador João Moacir Pereira da Silva Filho.

Até o presente momento, não há outros desdobramentos dessa investigação, mas essa pesquisa gostaria de ressaltar, para além da estranheza no envolvimento da SUDU com o comércio de insumos hospitalares longe da sua principal atividade comercial, a própria presença da empresa em uma investigação ou denúncia sobre crimes de corrupção. Isso porque, ao longo da pesquisa outros casos vieram à tona e serão discorridos mais adiante, neste momento o foco retorna à caracterização da empresa.

Os endereços eletrônicos “<https://sudu.education/2023/>” e “<https://sudu.education/teste/>”, que parecem ser os sites oficiais da empresa, trazem poucas informações sobre os serviços da empresa, quais os produtos ofertados e quais parcerias ela

detém. Ambos os sites possuem uma página única, sem opções de navegação, mostrando apenas um pequeno portfólio de materiais didáticos impressos direcionados aos ensinos fundamental, médio e Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

No âmbito digital, a empresa divulga: o **Programa Cultura Digital e Programação**, voltado para alunos do ensino médio sobre o uso das ferramentas do *Google Workplace* (Gmail, Drive, Meet, Agenda, Forms, etc.); o **Projeto Edtech Brasil I.A.**, que visa a transformação digital do ambiente escolar por meio da Inteligência Artificial e oferece o uso de plataforma digital, livro impresso para o/a docente e equipamentos para atividades de programação; a plataforma **e.ducar**, plataforma digital com vídeos e atividades avaliativas e inteligência artificial para uso de professores e alunos dos ensinos fundamental e médio.

As séries de livros didáticos possuem temáticas como robótica, “cultura digital”, letramento, desenvolvimento socioemocional e preparatórios para sistemas de avaliação como o Saeb, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A SUDU também divulga a licença de uso da plataforma finlandesa **Seppo**, uma plataforma de gamificação presente em mais de 50 países e com filial no Brasil. A Seppo visa a interação socioemocional dos usuários através de jogos e atividades eletrônicas, todavia, segundo o site oficial dessa empresa, o uso é direcionado para professores em atividades de ensino e aprendizagem, mas também é para profissionais de recursos humanos de empresas, que avaliam e treinam os trabalhadores no cumprimento de tarefas.

É importante informar um detalhe que evidencia a forma como a SUDU realiza suas atividades comerciais. Apesar da SUDU declarar em seu site que o portfólio exibido são soluções pedagógicas da empresa, durante a pesquisa foi possível perceber que a maior parte são insumos da empresa E.ducar Editora e Produtora de Livros Eireli, também chamada de E.ducar Inteligência Educacional.

Na pesquisa pelo CNPJ da empresa E.ducar, todavia, foi possível aferir que o sócio administrador também é João Moacir Pereira da Silva Filho. A E.ducar é uma empresa ativa desde 7 de abril de 2000, em São Paulo, portanto é o empreendimento mais antigo de João Moacir. Essa informação gerou uma dúvida para essa pesquisa sobre a divisão das atividades comerciais entre duas empresas: por que criar a SUDU em 2019, considerando que ela possui as mesmas atividades comerciais da E.ducar e atua como revendedora dos insumos da empresa mais antiga?

Uma hipótese se baseia na modalidade de relação entre a SUDU, a E.ducar, a Somos Educação e as demais empresas que atuaram com a SUDU nos editais de adesão a atas de

registro de preço: a representação comercial. A representação comercial é reconhecida legalmente e disciplinada pela Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, e que foi alterada pela Lei nº 8.420, de 8 de maio de 1992.

A representação comercial possui dois entes: o empresário fornecedor e o empresário colaborador e também duas formas de colaboração empresarial: colaboração por intermediação e colaboração por aproximação. Segundo Taddei (2008), na colaboração por intermediação há a aquisição do produto pelo empresário colaborador e na colaboração por aproximação, o empresário colaborador apenas aproxima as partes interessadas, sem que exista compra e venda para revenda entre os dois entes.

A remuneração também possui duas formas. Na intermediação, o colaborador obtém seu lucro pela venda dos produtos adquiridos do fornecedor a um preço mais baixo que o vendido e não há remuneração direta para o empresário fornecedor (Taddei, 2008).

A colaboração por aproximação determina que o empresário colaborador tem direito à remuneração a ser paga pelo empresário fornecedor na forma de comissão, de forma geralmente proporcional ao preço dos produtos nas vendas por ele viabilizadas.

As duas leis acerca das atividades dos representantes comerciais autônomos entendem que o empresário colaborador é a parte frágil da representação comercial, pois seus ganhos não garantidos da mesma forma que o repasse para o empresário fornecedor e também há a subordinação do colaborador ao fornecedor, dependendo da logística e tempo deste último para realizar as atividades de compra e venda.

Também há a possibilidade do empresário colaborador ser eliminado dos processos de venda, substituído por outro colaborador ou até mesmo pelo próprio empresário fornecedor em venda direta. A Lei nº 4.886/1965, na tentativa de prevenir que isso ocorra, garante ao ente colaborador uma indenização específica, fixando patamar mínimo no caso de extinção do contrato por iniciativa do fornecedor, sem comprovação de justa causa (Taddei, 2008).

A SUDU faz uso dessa modalidade em praticamente todos os seus contratos. A empresa participa dos editais de adesão e atas de registro de preços com os materiais da E.ducar na sua oferta de serviço, como registrado nos documentos do edital 03/2022 Cispar. Entretanto, com exceção do contrato de Sorocaba que realmente adquiriu os insumos da E.ducar, depois que ocorre a adesão das secretarias, ela se torna representante de outra empresa e distribui os insumos dela.

A hipótese dessa pesquisa está nas possibilidades de ganho da SUDU ao atuar como representante da E.ducar, de mesmo dono, envolvem as comissões da modalidade de

aproximação; uma nova precificação dos materiais da E.ducar, considerando sua margem de lucro em caso de “revenda”, já que é pouco provável que João Moacir compre seus insumos dele mesmo.

No caso da colaboração com outras empresas, há a oportunidade de aumentar a rede de parcerias com outras empresas para atuar como representante, o que seria difícil com a E.ducar, que realmente possui insumos pedagógicos e não venderia similares de concorrentes no lugar dos seus em caso de disputa em edital sem que isso causasse suspeitas. Além disso, para a SUDU há a prerrogativa de indenização, caso a fornecedora não cumpra com sua parte na colaboração.

3.2.1 O projeto Fazer para Aprender, do Amazonas e o movimento maker nas escolas públicas como nicho de mercado para o setor privado

O projeto Fazer para Aprender tem atenção aqui com o objetivo de discorrer sobre o movimento de maior adoção por parte das gestões públicas educacionais à **abordagem maker**³⁴, no qual ele se baseia, e sobre o que ela consiste. Além disso, o projeto Fazer para Aprender foi a primeira fonte de repasse de recursos públicos para a SUDU na área da educação que essa pesquisa identificou.

O projeto Fazer para Aprender foi concebido pelo Decreto n.º 44.356, de 11 de agosto de 2021, projeto do Governo do Estado do Amazonas, gestão Wilson Lima (2018 – 2022), implementado por meio do Programa Educa+Amazonas, lançado em 2021, e que é parte do Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (PADEAM), subsidiado por empréstimos feitos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para o programa Educa+Amazonas, os recursos destinados chegaram a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

A Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (Seduc-AM), à época, tinha como secretária da pasta Maria Josepha Penella Pêgas Chaves, que também atuou como coordenadora executiva da Unidade de Gerenciamento do Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (UG-PADEAM), gerenciando os recursos oriundos do BID. Algumas notícias vincularam a SUDU ao atual secretário de educação estadual do Pará, porém Rossieli Soares era secretário de educação no estado de São Paulo, gestão João Dória (2019 – 2022), no mesmo período.

Por meio de uma Licitação Pública Internacional, a LPI nº 001/2020, a SUDU obteve

³⁴ Palavra do léxico inglês que significa, em tradução livre, criador ou fazedor. Deriva do verbo *make* que significa fazer, no sentido de construir ou criar algo, é diferente do verbo *do* que também é traduzido como fazer, mas emprega o sentido de cumprir tarefas ou realizar atividades.

valores que ultrapassaram os trinta milhões de reais, com o contrato assinado em 17 de novembro de 2021, como será detalhado mais adiante.

O movimento maker ou educação maker, abordagem de aprendizagem que o projeto Fazer para Aprender adotou, se desenvolveu a partir dos estudos de Seymour Papert, matemático e educador americano que criou o Construcionismo, como uma abordagem baseada no Construtivismo de Jean Piaget, de quem foi estudante.

Segundo Valente e Blikstein (2021, p. 02), as atividades do movimento maker são inseridas em ambientes de ensino e aprendizagem como uma alternativa ao modelo tradicional de ensino, focando no aprendizado dos conceitos STEM (*Science, Technology, Engineering and Mathematics*³⁵). Apesar do foco maior no uso de tecnologias digitais e mecânicas, o movimento maker não se restringe a elas, também há a proposta de uso em atividades de construção textual nos estudos da linguagem e atividades para o desenvolvimento socioemocional dos estudantes.

O movimento maker também é baseado na ideia *Do It Yourself* (faça você mesmo) e *Do It Together* (façamos juntos), que incentivam as pessoas a fazerem pequenos reparos e construções domésticas com as próprias mãos, sozinhas ou em conjunto.

A proposta do movimento maker é “incluir no currículo, aprendizagens que possam desenvolver objetos de interesses, que levem a exploração e construção do conhecimento sobre os diversos conceitos” (Valente; Blikstein, 2021, p. 02). Ou seja, o aluno se torna construtor dos próprios recursos tecnológicos usados na sua aprendizagem, orientado por uma concepção de atividade chamada de *hands on* (“mão na massa”) e *heads in* (“imersão mental”).

O movimento maker foi introduzido em 2009 no Brasil por Paulo Blikstein, professor nas escolas de Educação e de Engenharia da universidade americana de Stanford, com mestrado pelo Massachusetts Institute of Technology, o MIT, e doutorado pela Northwestern University, de Chicago (Marini, 2019). A partir das atividades de promoção do movimento maker por meio de consultorias e mentorias, as escolas da rede privada brasileira começaram a adotar a educação maker nos seus modelos de ensino.

Na iniciativa privada, algumas instituições como a Escola Castanheiras, em São Paulo, que adotou a educação maker em 2012 e o colégio Dante Alighieri, que constrói laboratórios

³⁵ Tradução: Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática. O STEM se refere a um conjunto de modelos curriculares na educação ou até mesmo políticas educacionais que priorizem o ensino e aprendizagem de competências na área de ciência e tecnologia, principalmente as ciências naturais. Também é chamado no Brasil de CTEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).

maker desde 2017, possuem seu próprio modelo baseado no movimento maker. Todavia, empresas educacionais estão investindo em modelos de educação maker que contam com um conjunto de materiais didáticos, laboratórios e consultoria para escolas privadas contratantes. É o já citado caso da SUDU e da Somos Educação/Vasta Educação, que possui a **Mind Makers**, uma editora que desenvolve conteúdos acerca do “pensamento computacional” e “empreendedorismo criativo” para a educação básica (Somos Educação, 2024).

Para a rede pública, em 2019 ocorre um marco da adesão à educação maker com a criação projeto Rede Maker, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), durante o governo Jair Bolsonaro (2019 – 2023), por meio do Edital 35/2020, publicado em 30 de dezembro de 2019. O projeto tem por objetivo:

1.1. Apoiar a criação de Lab IFMaker nas unidades acadêmicas da Rede Federal, exclusivamente por meio da aquisição de equipamentos, com o objetivo de disseminar os princípios que norteiam o ensino Maker. Auxiliar os Professores e Técnicos Administrativos em Educação no desenvolvimento da cultura *learning by doing*, levando-os a refletir sobre o uso da Aprendizagem Baseada em Projetos e sobre como ela pode ser utilizada nestes espaços como suporte ao processo de ensino-aprendizagem de todas as áreas do conhecimento, o que permitirá que o aluno seja protagonista no processo ensino/aprendizagem, e que o envolvimento com as necessidades da sociedade onde a unidade acadêmica está inserida seja estimulado; (Brasil, 2019, p. 02).

Na primeira etapa do projeto, as instituições elegíveis para receber apoio no edital de chamada pública foram os “Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; e o Colégio Pedro II” (Brasil, 2019, p. 02). Entretanto, na página eletrônica da Rede Maker no site do Ministério da Educação, é dito que após a instituição do projeto muitas instituições ‘expandiram as suas iniciativas Maker’ com investimento e recursos próprios, em outras unidades acadêmicas que não participaram do Edital 35/2020.

O projeto Rede Maker estabelece a participação do setor privado por meio de parcerias contempladas via edital com instituições que precisam ofertar como contrapartida a infraestrutura do espaço com conectividade e mobiliário adequado, enquanto a Setec/MEC é a responsável por descentralizar o recurso para a aquisição de equipamentos.

Esses equipamentos são: impressoras 3D (pequeno, médio e grande porte); scanner 3D; caneta 3D; projeto multimídia; laptops; *smart tv*; máquina de corte vinil; kit lego e kit robótica/Arduino; kit de ferramentas; fresadora; lixadeira orbital; furadeira/parafusadeira; máquina CNC laser. As instituições contratadas também devem fornecer os materiais

didáticos e a consultoria e treinamento para os professores que atuarem nos laboratórios makers.

O ponto é que o projeto Rede Maker se tornou um modelo de como fazer a inserção do movimento maker na rede pública. Não só a segunda etapa do projeto, ocorrida em 2021, passou a contemplar secretarias de educação estaduais e municipais com a construção de laboratórios financiados diretamente pela Setec/MEC, como “muitas instituições ‘expandiram as suas iniciativas Maker’ com investimento e recursos próprios, em outras unidades acadêmicas que não participaram do Edital 35/2020” (Brasil, 2024).

Outro marco importante que seguiu o projeto Rede Maker foi a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, primeiro mês do terceiro governo Luiz Inácio Lula da Silva (2023 – presente), que institui a Política Nacional de Educação Digital. Em seu artigo 1º, a lei:

[...] institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED), estruturada a partir da articulação entre programas, projetos e ações de diferentes entes federados, áreas e setores governamentais, a fim de potencializar os padrões e incrementar os resultados das políticas públicas relacionadas ao acesso da população brasileira a recursos, ferramentas e práticas digitais, com prioridade para as populações mais vulneráveis (Brasil, 2023).

No seu Art. 7º, a Lei nº 14.533/23 faz alterações na LDB ao incluir no Art. 4º um parágrafo único que dispõe que “as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento” (Brasil, 1996; 2023).

Outra alteração ocorre no Art. 26º com a inclusão do parágrafo (§) 11 que dispõe que a “educação digital, com foco no letramento digital e no ensino de computação, programação, robótica e outras competências digitais, será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio” (Brasil, 1996; 2023).

O Art. 3º da Lei 14.533/23, nos parágrafos 1º e 2º, discorrem acerca do eixo de Educação Digital Escolar que dispõe sobre as estratégias de inserção da educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades:

§ 1º Constituem estratégias prioritárias do eixo Educação Digital Escolar:

I - desenvolvimento de competências dos alunos da educação básica para atuação responsável na sociedade conectada e nos ambientes digitais, conforme as diretrizes da base nacional comum curricular;

II - promoção de projetos e práticas pedagógicas no domínio da lógica, dos algoritmos, da programação, da ética aplicada ao ambiente

digital, do letramento midiático e da cidadania na era digital;

III - promoção de ferramentas de autodiagnóstico de competências digitais para os profissionais da educação e estudantes da educação básica;

IV - estímulo ao interesse no desenvolvimento de competências digitais e na prossecução de carreiras de ciência, tecnologia, engenharia e matemática;

V - adoção de critérios de acessibilidade, com atenção especial à inclusão dos estudantes com deficiência;

VI - promoção de cursos de extensão, de graduação e de pós-graduação em competências digitais aplicadas à indústria, em colaboração com setores produtivos ligados à inovação industrial;

VII - incentivo a parcerias e a acordos de cooperação;

VIII - diagnóstico e monitoramento das condições de acesso à internet nas redes de ensino federais, estaduais e municipais;

IX - promoção da formação inicial de professores da educação básica e da educação superior em competências digitais ligadas à cidadania digital e à capacidade de uso de tecnologia, independentemente de sua área de formação;

X - promoção de tecnologias digitais como ferramenta e conteúdo programático dos cursos de formação continuada de gestores e profissionais da educação de todos os níveis e modalidades de ensino.

§ 2º O eixo Educação Digital Escolar deve estar em consonância com a base nacional comum curricular e com outras diretrizes curriculares específicas.

O Art. 3º também fala do estímulo ao letramento digital e informacional e à aprendizagem de computação, de programação, de robótica e de outras competências digitais, abrangendo conceitos como pensamento computacional; mundo digital; cultura digital; direitos digitais e tecnologia assistiva para acessibilidade de pessoas com deficiência.

Com os marcos regulatórios citados acima e a promoção de um modelo educacional cada vez mais mediado pelas tecnologias digitais tanto na rede privada quanto na pública, o movimento maker proporciona para a iniciativa privada um novo nicho de mercado por meio da comercialização de insumos pedagógicos como kits tecnológicos para a criação de laboratórios, materiais paradidáticos e serviços de consultoria para a implementação de projetos.

Para esta pesquisa, a SUDU nasceu e pôde expandir a partir dessas iniciativas, principalmente das independentes, feitas diretamente por secretarias de educação municipais e estaduais. Apesar das poucas informações declaradas pela empresa e apesar de não ser possível determinar uma relação entre a criação da empresa em meados de 2019 e a instituição da Rede Maker no final do mesmo ano, a SUDU tem um acervo de insumos pedagógicos majoritariamente voltado para a oferta de serviços de educação maker.

Um levantamento feito no Portal da Transparência federal mostrou que a SUDU participa dos editais federais para a aquisição de materiais didáticos para os institutos federais

desde agosto de 2020, pouco mais de um ano da sua criação, e foi contemplada em um edital pela primeira vez em outubro de 2022, três anos após a sua criação.

A empresa conseguiu realizar a venda de materiais bibliográficos para o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais pelo valor de R\$ 20.959,84 (vinte mil e novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos) no referido ano. De 2022 até 2024, cerca de 30 ordens de pagamentos foram feitas pelo Ministério da Educação, tendo os institutos federais de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul (IF de Farroupilha) como entidades adquiridoras. A SUDU realizou todos esses contratos pela unidade de São Paulo e não há menções sobre a sede em Manaus em nenhum repasse divulgado pelo Portal da Transparência federal.

O Portal da Transparência reporta que a SUDU obteve R\$ 144.182,46 (cento e quarenta e quatro mil e cento e oitenta e dois reais e quarenta e seis centavos) em recursos federais. O que chama a atenção é que quase cento e quarenta e cinco mil reais em recursos federais não parece uma somatória tão significativa perto do que a empresa vem recebendo das secretarias de educação com as quais firmou contrato em seus projetos e programas independentes, como veremos a seguir.

No projeto amazonense de 2021, a Seduc-AM pagou à SUDU R\$ 29.001.250,00 (vinte e nove milhões e mil e duzentos e cinquenta reais) pela aquisição dos kits tecnológicos e paradidáticos, R\$ 1.791.800,00 para aquisição de mobiliário e mais R\$ 1.280.000,00 (um milhão e duzentos e oitenta mil reais) para prestar serviços de consultoria e capacitação para os professores da rede estadual do Amazonas, totalizando R\$ 32.073.050,00 (trinta e dois milhões e setenta e três mil e cinquenta reais) em recursos captados com o governo amazonense.

Como contraparte, a SUDU ficou responsável pela implementação de salas especiais ou laboratórios para atividades com o uso de tecnologias educacionais em cerca de cem escolas de tempo integral da rede estadual amazonense para atender cerca de cem (100) mil estudantes. Em 2022, o governo do Amazonas entregou cerca de 51 salas makers às escolas de tempo integral e a entrega das cem salas foi finalizada em junho de 2024.

Essas salas implementadas pelo Fazer para Aprender foram chamadas de **espaços makers** e, segundo a apresentação do programa, possuem estações de robótica e eletrônica, videomaker, carpintaria, corte e montagem, impressão 3D, realidade virtual/aumentada e recursos de educação midiática. Como recurso de apoio, as escolas contempladas no projeto receberam material didático e paradidático impresso, uma plataforma digital de acesso aos recursos midiáticos, além de ciclos de formação continuada para os professores acerca das

atividades do **Movimento Maker**.

Figura 13 – Sala implementada pela SUDU no projeto Fazer para Aprender em escola da rede estadual amazonense em 2023



Fonte: Seduc-AM, 2023.

Em fevereiro de 2022, uma notícia veiculada pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM) divulgou as denúncias realizadas pelo agora ex-deputado Dermilson Chagas do partido Republicanos acerca da natureza suspeita dos contratos firmados pela secretaria de educação amazonense na gestão Wilson Lima, em 2021.

Categorizando a Seduc-AM da gestão de Wilson Lima como um “celeiro de corrupção”, o ex-deputado expôs uma série de denúncias acerca da compra em cerca de R\$ 19 milhões em material de baixa qualidade e superfaturado para fornecer kits escolares para alunos e professores.

A denúncia partiu de uma professora da rede pública amazonense que publicou um vídeo na internet e que viralizou revelando objetos velhos e até com mofo. A notícia diz ainda que o ex-deputado apurou que “os produtos dos kits foram comprados por preços superiores aos praticados no mercado local e que a liberação do pagamento dos kits foi realizada com procedimentos administrativos incomuns” (Aleam, 2022).

Outras denúncias dizem respeito a outros contratos superfaturados na aquisição materiais didáticos em período pandêmico e a própria má condução da secretaria de educação no retorno às aulas presenciais em 2021, quando não foram respeitados os protocolos sanitários recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e da própria Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS-AM). Essa má condução de protocolos sanitários contra a covid-19 do governo Wilson Lima, estava ancorado ideologicamente pelo negacionismo nacional.

A SUDU foi citada na ocasião das denúncias na Aleam por causa do contrato para o

projeto Fazer para Aprender. Embora não tenha uma denúncia formal junto ao ministério público acerca dos trâmites da LPI nº 001/2020, gerou estranheza o fato de que uma empresa criada em menos de três anos, à época, conseguisse obter mais de trinta milhões de reais com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O contrato foi assinado em 17 de novembro de 2021, mas o repasse financeiro foi feito pelo menos no mês anterior, pois, em 13 de outubro do mesmo ano, quando a homologação da licitação foi publicada no Diário Oficial do Amazonas, a imprensa amazonense já realizava questionamentos sobre a escassez de detalhes de como os recursos seriam gastos, além do período de assinatura do contrato, tão perto do fim do ano letivo.

Um portal de notícias chamado Radar Amazônico chegou a visitar o endereço da SUDU em outubro de 2021, mas encontrou apenas um local em obras sem qualquer informação sobre o sócio administrador ou qualquer representante que pudesse conversar com a imprensa.

Essa pesquisa notou que, apesar da SUDU ser uma instituição que declara cobertura de atendimento para cerca de um milhão de alunos e que alega possuir infraestrutura em pelo menos três capitais (São Paulo, Manaus e Curitiba), há pouca transparência e acessibilidade sobre suas informações. Seus números são vagos e seu rastro digital é escasso, sendo uma empresa com a natureza jurídica de Sociedade Limitada (LTDA.), ela não tem a obrigação de publicizar suas operações financeiras e atividades administrativas por meio de relatórios como uma empresa de Sociedade Anônima (S.A.) como a Vasta, por exemplo.

A investigação de um empreendimento nessas condições se torna difícil ao passo que trabalhar na obscuridade de informações e expandir suas atividades se torna fácil para uma empresa como a SUDU, que possui detalhes de suas atividades comerciais descentralizados, espalhados em diversos documentos de diversos contratantes ou até mesmo pouco divulgados.

3.2.2 O que é o sistema de adesão a atas de registro de preços usado pela SUDU e a Seduc-PA?

O repasse de trinta e dois milhões de reais para uma empresa com pouco menos de três anos de existência já foi recebido como um escândalo à época, porém é ainda mais escandaloso perceber que quase um ano e meio depois, em abril de 2023, a Seduc-PA cedeu quase 153 milhões de reais para a SUDU por meio do contrato nº 031/2023 e quase 188 milhões por meio do contrato nº 126/2024, no ano seguinte.

Ao subtrair dessa quantia os 81 milhões de reais que a Vasta declara como receita obtida com a primeira oferta de serviços com o Prepara Pará, sobra para a SUDU o repasse de

R\$ 71.752.493,25 (setenta e um milhões e setecentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos).

Mesmo sem os encargos tributários e as taxas do sistema de registro de preço, que o edital 03/2022 deixam claro que é de responsabilidade da empresa contratada, ainda é uma quantia muito superior ao repasse da secretaria de educação do Amazonas.

Até entre os serviços ofertados mostra-se uma discrepância, no caso do Amazonas, foram 32 milhões de reais para construir cem laboratórios maker com equipamentos de uso permanente e treinamento de docentes, enquanto no caso do Prepara Pará foram quase 72 milhões de reais apenas na revenda de materiais didáticos impressos e plataforma digital da Somos Educação/Vasta. Os ciclos formativos com os professores é realizado por consultores da Somos Educação e não pela SUDU.

O contrato nº 031/2023 foi encontrado no site da Seduc-PA tendo a SUDU como licitante, após diversas buscas sem sucesso na seção de contratos e licitações ao procurar em nome da Somos Educação como a licitante, considerando que nem a Vasta, a Somos, ou mesmo a Seduc-PA sinalizam a mediação da SUDU na celebração desse contrato. Todavia, o edital de pregão eletrônico nº 03/2022 não constava nos arquivos do processo.

O edital nº 03/2022 de “registro de preços para aquisição eventual, futura e parcelada de ecossistema instrutivo teórico-prático” não foi realizado pela Seduc-PA, mas pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Alto Parnaíba (Cispar), em Patos de Minas, Minas Gerais.

Essa modalidade de licitação, que consiste na adesão de uma ata de registro de preços, é reconhecida pela Lei nº 14.133/21, também conhecida como Nova Lei de Licitações, de 1º de abril de 2021, e regulamentada pelo Decreto 7.892/2013, que posteriormente foi revogado pelo Decreto nº 11.462/23, de 31 de março de 2023.

A Nova Lei de Licitações revogou a Lei nº 8.666 de 1993, que não previa a modalidade de registro de preços. O Decreto 11.462/23 regulamenta especificamente os art. 82 a art. 86 da Lei 14.133/21, que dispõem “sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional” (Brasil, 2023).

Outro elemento importante da modalidade de adesão a atas de registro de preço, é que ao aderir a elas, uma entidade pública aderente pode fazer um pedido de inexigibilidade de licitação para a Comissão Permanente de Licitação (CPL), dispensando assim um processo licitatório interno e evitando os custos dos trâmites processuais.

A publicização do edital 03/2022 e a realização do pregão eletrônico dele ocorreram

um ano antes da promulgação do Decreto nº 11.462/23, portanto foram amparados pela Nova Lei de Licitações e pelo Decreto 7.892 de 2013, agora revogado.

O sistema de registro de preços acontece quando uma entidade, que não participou das etapas iniciais do processo de licitação, adere à ata de registro de preços ao adquirir o objeto licitado pela entidade gerenciadora do processo licitatório, não à toa, essa modalidade de licitação era chamada anteriormente de “carona”.

No registro de preços, a entidade aderente, a que “pega carona”, pode consultar a entidade gerenciadora e o fornecedor registrado e, ao reconhecer a vantagem da adesão de um edital em aberto, pode celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços estabelecida por outras entidades sem os custos operacionais de um edital próprio. Fica claro que não é uma modalidade ilegal, porém seu uso nos processos estudados aqui está permeado de suspeitas de ilicitude por parte das entidades que participam como aderentes e fornecedoras.

No caso do edital 03/2022, a entidade gerenciadora é o Cispar e a Seduc-PA cumpre o papel de entidade aderente e, conforme previsto no parágrafo 2º do art. 86 da Nova Lei de Licitações, a adesão ocorre quando os seguintes requisitos são cumpridos:

- I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;
- III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor (Brasil, 2023).

A SUDU foi a vencedora do pregão eletrônico realizado dentro do processo licitatório em 29 de março de 2022, disputando com a empresa SEPAV – Sistema de Ensino para a Vida LTDA. com o critério “maior desconto” adotado para definir a empresa vencedora. Conforme a Nova Lei de Licitações, o critério de maior desconto ou de menor preço usa um preço de referência que é determinado sobre a tabela de preços praticada no mercado (Brasil, 2021).

A pesquisa identificou que outras secretarias de educação aderiram à ata de registros de preços 03/2022, na qual a SUDU foi a vencedora, sendo elas: a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED), em 2022 e a Secretaria da Educação de Sorocaba, em 2023. Há um contrato com a Secretaria Municipal de Educação e Inovação de Goiana, município do Estado de Pernambuco, celebrado em 2021, porém é oriundo de outro edital, o edital nº 005/2020, também realizado pelo Cispar.

Esses contratos serão apresentados e investigados aqui por duas razões: a primeira é que, embora no momento atual da política educacional paraense não haja uma denúncia

formal no ministério público sobre a SUDU, há uma série de questionamentos sobre a relação da empresa com a Seduc-PA desde 2023, questionamentos estes feitos por entidades representativas dos docentes da rede estadual paraense que enfrentam diversas dificuldades e assédios cometidos pela atual gestão da pasta, nas mãos de Rossieli Soares.

A segunda razão é que há um padrão nas parcerias da SUDU com as secretarias de educação realizadas a partir da adesão em atas de registro de preços, todos os contratos são alvos de investigação, seja por denúncia junto ao ministério público ou por investigação em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Situações discurridas a seguir.

3.3 Controvérsias (i)legais da SUDU Inteligência Educacional nos sistemas de adesão a atas de registro de preços

Essa seção irá discurrir acerca das controvérsias jurídicas que cercam o nome e as atividades da SUDU Educacional na sua participação em editais de sistema de registro de preços com três secretarias municipais de educação em Goiana (PE), Porto Alegre (RS) e Sorocaba (SP). O intuito é identificar similaridades com o contrato 031/2023 com a Seduc-PA, que concebeu o programa Prepara Pará, na tentativa de elucidar alguns pontos do processo de concepção do programa que não ficam claros pela escassez ou ausência de detalhes.

3.3.1 O contrato com a Secretaria de Educação e Inovação de Goiana (PE)

O contrato com o município de Goiana (PE) só é brevemente mencionado na denúncia feita acerca do contrato com a Secretaria da Educação de Sorocaba. A denúncia feita pela vereadora do município paulista, Iara Bernardi, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), menciona que no contrato com o município pernambucano consta um representante da SUDU diferente do João Moacir Pereira da Silva Filho, nesse contrato aparece somente o nome de Luiz Fernando Cauduro Junior, não mencionado anteriormente pela SUDU ou vinculado ao CNPJ da empresa.

Luiz Fernando Cauduro Junior aparece vinculado a três CNPJs: Enlix Tecnologias Educacionais e Consultoria Ltda., aberta em 2016, fechada em 2023 e reaberta em 2024, no Paraná; Innova Educação Comércio de Produtos Educacionais Ltda., aberta em 2021 no Paraná, com filial aberta em 2022 em Pernambuco e Lojão do Eletro Comércio de Produtos Ltda., aberta em 2023 em São Paulo.

Por meio da empresa Enlix Tecnologias Educacionais, Luiz Fernando Cauduro Junior recebeu R\$ 34.163,04 (trinta e quatro mil e cento e sessenta e três reais e quatro centavos) em recursos do governo federal, entre 2021 e 2022, para aquisição de materiais permanentes e de

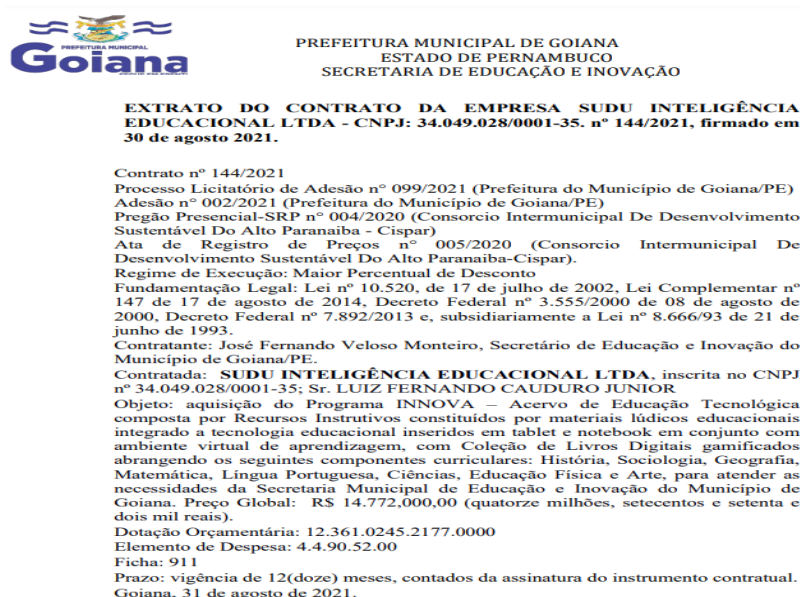
consumo, não especificados. Os itens foram destinados aos Institutos Federais de Santa Catarina, Ceará e Rondônia, além da Universidade Federal do Cariri (CE). O levantamento foi feito por meio de pesquisa no Portal da Transparência federal.

Qualquer associação de Luiz Fernando Cauduro Junior com a SUDU só aparece no extrato do contrato da empresa com o município de Goiana em 30 de agosto de 2021. Todavia, a hipótese é que a ligação entre essa pessoa e a SUDU se dá apenas porque os produtos vendidos nesse contrato são da Innova Educação, de Cauduro Junior, que a prefeitura de Goiana adquiriu por R\$ 14.772,000,00 (quatorze milhões, setecentos e setenta e dois mil reais) pelo edital 05/2022 do Cispar.

O material adquirido pela prefeitura de Goiana foi descrito no extrato como “recursos instrutivos constituído por materiais lúdicos educacionais integrado a tecnologia educacional inseridos em tablet e notebook em conjunto com ambiente virtual de aprendizagem”.

É curioso que Cauduro Junior atue nessa licitação como o representante da SUDU no lugar do sócio administrador da empresa e que a SUDU não forneça seus próprios produtos para a aquisição, embora tenha participado dos editais 03/2022 e 05/2022 do Cispar com a submissão dos próprios insumos. Algo que também ocorreu no contrato com a Seduc-PA e com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED).

Figura 14 – Extrato do contrato da SUDU com o município de Goiana (PE) em 2021.



Fonte: Prefeitura Municipal de Goiana (PE), (online).

O extrato do contrato nº 144/2021 entre a SUDU e a prefeitura de Goiana, por meio da Secretaria de Educação e Inovação do município, foi o único documento encontrado dessa aquisição. No Portal da Transparência do município não há registro de contratos em 2021 e o processo licitatório de adesão nº 099/2021, mencionado no extrato, aparece no Portal, mas sua guia está vazia, nenhum documento consta desse processo em portais eletrônicos.

3.3.2 O contrato com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (Smed) e a CPI da Educação

O contrato entre a SUDU Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (Smed) é ainda mais problemático, pois possui denúncias de esquema ilícito na compra e venda dos materiais didáticos. Em Porto Alegre, duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) foram instauradas pela Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA) em 2023: a CPI da Educação, presidida pela vereadora Mariana Pimentel (Novo); e a CPI da Smed, presidida por Idenir Cecchin (MDB), à época era líder do governo do prefeito Sebastião Melo (MDB), investigado nas duas CPIs. O relator de ambas foi Mauro Pinheiro (PL).

As CPIs tomaram como base as investigações realizadas pela primeira fase da operação Capa Dura da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, ocorrida no primeiro semestre de

2023. A segunda fase ocorreu em julho de 2024 e a terceira em novembro e dezembro de 2024.

Essa operação investigou as suspeitas de irregularidades nos certames licitatórios da aquisição de materiais didáticos pela secretaria municipal de educação, em 2022, durante o primeiro mandato do prefeito Sebastião Melo (2021 – 2025). Essa pesquisa irá focar nos seis contratos feitos com dispensa de licitação, por meio de adesão a atas de registro de preços de consórcios fora de Porto Alegre.

Para as aquisições de livros didáticos a Smed repassou a somatória de R\$ 44.565.768,71 (quarenta e quatro milhões e quinhentos e sessenta e cinco mil e setecentos e sessenta e oito reais e setenta e um centavos) para as empresas Inca Tecnologia, Mind Lab do Brasil Comércio de Livros e a SUDU.

Para as aquisições de materiais permanentes e paradidáticos utilizados na instalação de laboratórios makers nas escolas, foram repassados R\$ 18.779.284,00 (dezoito milhões e setecentos e setenta e nove mil e duzentos e oitenta e quatro reais) para as empresas Brink Mobil, Smart Tecnologia e Conceitto.

A CPI da Educação de Porto Alegre e a operação Capa Dura investigaram um esquema de fraudes nas licitações da Smed, envolvendo a secretária de educação, Sônia Maria Oliveira da Rosa, no centro das investigações sobre as compras suspeitas. Sônia da Rosa assumiu a pasta em março de 2022 e, na mesma semana, se encontrou com Jailson Ferreira da Silva, apontado como principal lobista do conluio ao representar seis empresas denunciadas no esquema, entre elas a SUDU. A ex-secretária deixou o cargo em junho de 2023, durante as investigações.

O ponto de partida para os pedidos de instauração das CPIs foi uma investigação feita pelo Grupo de Investigação da RBS (GDI), com participação dos repórteres Cristine Galisa, da RBS TV, e Adriana Irion e Carlos Rollsing do jornal Zero Hora, que percorreram oito escolas da rede municipal da capital gaúcha.

As investigações indicam que a primeira atividade da formação do suposto esquema de favorecimento na compra de materiais didáticos foi um encontro de Jailson Ferreira da Silva com o prefeito Sebastião Melo (MDB) em julho de 2021, embora a agenda oficial do prefeito na data da reunião informe apenas um encontro com um vereador chamado Alexandre Bobadra (PL) e pelo filho do prefeito, também vereador, Pablo Melo (MDB). A investigação da CPI alega que o encontro entre Sebastião Melo e Jailson da Silva foi intermediado pelos dois vereadores.

A secretária da Educação na época, Janaína Audino, também participou da reunião.

Também esteve presente na reunião Sergio Bento de Araújo, dono da principal empresa investigada, a Inca Tecnologia e da Astral Científica.

Uma foto publicada por Jailson Ferreira da Silva com todos os presentes nessa reunião foi considerada o primeiro indício da formação do esquema que iria beneficiar a Inca Tecnologia nos processos de aquisição de materiais didáticos.

Figura 15 – Registro da reunião de Jailson Ferreira da Silva com o prefeito de Porto Alegre (RS), Sebastião Melo, vereadores do município e a ex-secretária de educação, Janaína Audino, em 2021



Fonte: Reprodução/ Matinal, veículo de imprensa gaúcho, 2022.

Em fevereiro de 2022, Janaína Audino foi demitida sob alegação de não ter aplicado o recurso mínimo, de 25%, obrigatório para a educação em 2021. Sônia da Rosa assume a pasta em março do mesmo ano e acontece a reunião com Jailson Ferreira da Silva, já citada anteriormente. Em maio, por meio do Decreto 21.502, o prefeito Sebastião Melo deu à secretária Sônia a autorização para fazer compras usando licitações realizadas por outros estados e municípios.

Com isso, o sistema de adesão a atas de registro de preços, mecanismo também chamado de “carona”, começou a ser usado para a compra dos livros e equipamentos pela Smed com o gerenciamento da verba pública para essas aquisições sendo feito diretamente por Sônia da Rosa.

Todas essas informações foram extraídas do relatório final da CPI da Educação e da

transmissão da CPI no canal TV Câmara de Porto Alegre na plataforma de vídeos Youtube, com o suporte de algumas reportagens de veículos locais que cobriram o caso, é importante ressaltar.

A ex-assessora técnica do gabinete na época, Mabel Luiza Leal Vieira, e a ex-coordenadora pedagógica da Smed, Michele Bartzén, foram apontadas como participantes do esquema. Patrícia da Silva Pereira, coordenadora de assessoria de educação, e Anelise Tolotti Dias Nardino, eram responsáveis pela instrução dos processos de compra e também foram ouvidas em oitivas.

As duas últimas citadas eram instrutoras do processo de compra e contaram em seus depoimentos que era Michele Bartzén quem indicava quais as empresas deveriam constar na concorrência. As três aquisições de livros investigadas na CPI da educação foram instruídas por Patrícia e Anelise e os insumos foram fornecidos pela Inca Tecnologia, de Sérgio Bento de Araújo.

Figura 16 – Aquisições feitas pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED) por meio de adesão a atas de registro de preços em 2022 e investigadas na CPI da Educação

4. Aquisições, sem licitação, de 368.775 livros da empresa INCA TECNOLOGIA, pelo valor de **R\$ 21.504.887,16**, através de adesão à ata de registro de preços de outro ente localizado no Estado de Sergipe, entre julho e agosto de 2022;

5. Aquisição, sem licitação, de 42.397 livros da empresa MIND LAB DO BRASIL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA, pelo valor de **R\$ 14.446.831,00**, em agosto de 2022;

6. Aquisições, sem licitação, de 103.610 livros da empresa SUDU, pelo valor de **R\$ 8.614.050,55**, através de adesão à ata de registro de preços de outro ente localizado no Estado de Minas Gerais, em outubro de 2022.

7. Aquisição, sem licitação, de 400 “MESAS DIGITAIS INTERATIVAS”, da empresa BRINK MOBIL, pelo valor de **R\$ 10.461.984,00**, através de adesão à ata de registro de preços de outro ente localizado no Estado de Minas Gerais, em novembro de 2022;

8. Aquisição, sem licitação, de 188 “TELAS INTERATIVAS”, da empresa SMART TECNOLOGIA, pelo valor de **R\$ 6.016.000,00**, através de adesão à ata de registro de preços do Município de São Leopoldo, em dezembro de 2022;

9

Câmara Municipal de Porto Alegre

9. Aquisição, sem licitação, de 942 “CONJUNTOS PEDAGÓGICOS PARA ROBÓTICA” da empresa CONCEITTO, pelo valor de **R\$ 2.301.300,00**, em agosto de 2022;

Fonte: Relatório final da CPI da Educação, 2023.

A relatora da CPI, vereadora Mariana Pimentel, descreve os problemas com esses

processos licitatórios, a partir da investigação de como eles foram feitos:

Muitos desses itens são compras com milhões de reais que pulam etapas normalmente exigidas na administração pública. Muitas são adesões a preço, a questão de não precisar usar licitação, e a gente viu pelo processo interno da Prefeitura, que nós tivemos acesso, que já começa com a compra direto do material. E já tivemos também acesso agendas da secretária com empresários do setor, e uma semana depois começa (sic), começam as devidas compras. Então, [o objetivo é] entender o que aconteceu dentro da Smed para questão de decidir sobre cada um dos itens, porque comprar, sendo que muitos desses itens nem foram solicitados pelas escolas e nem estão sendo utilizados, como nós vimos em visitas. Não é investigar sobre a logística ou a má gestão, e sim entender porque nós utilizamos esse instrumento, teve alguém beneficiado, teve algum direcionamento dessas compras e porque o município pulou etapas tão importantes do processo legal para adquirir milhões de reais. Não foi uma compra nem duas, são milhões de reais (Câmara dos Vereadores de Porto Alegre – RS, 2023).

O movimento realizado nesses processos licitatórios descritos pela relatora possui similaridades com o processo realizado no contrato 031/2023, o primeiro celebrado entre a Seduc-PA e a SUDU. A primeira aquisição foi feita diretamente pela Seduc-PA, fazendo uso do sistema de registro de preços, sem qualquer solicitação inicial das escolas para a aquisição dos materiais didáticos e sem todos os trâmites avaliativos que seriam realizados em edital interno.

Depois da aquisição, o programa de recomposição da aprendizagem, o Prepara Pará, foi implementado no mesmo semestre e em nenhum momento a comunidade de docentes da Seduc-PA teve qualquer atuação no processo de adesão e implementação do programa, além da participação nos primeiros ciclos formativos com consultores da Somos Educação e das atividades do programa em sala de aula.

Entre outras questões [...] está a forma de construção, ou seja, com pouco envolvimento e discussões nas instituições formadoras de professores, sem o envolvimento da comunidade escolar e sem ou quase nenhuma participação de professores das escolas de educação básica (Peroni; Caetano, 2015, p. 346).

Apesar de não existir indícios da mediação de Jaílson Ferreira da Silva nos trâmites do contrato 031/2023, se ele atuou como consultor da SUDU nesse processo ou se de alguma forma conduziu a Seduc-PA a chegar na adesão da ata de registro de preços do Cispar, uma fala dele na oitiva da CPI da Educação, em 31 de agosto de 2023, traz uma possibilidade para identificar como é criada a necessidade de existir um programa de recomposição de aprendizagem nas redes públicas de educação básica:

[...] desde 2014, a empresa Inca, a empresa Astral e a empresa World fazem

apresentação desses materiais na Granpal³⁶, para todos os prefeitos da região, estados, município; está hoje em 19 estados, 394 municípios, é uma empresa de mais de 20 anos de mercado; entre eles o Ceará, o qual é referência em educação; entre eles, Sobral, que é referência em educação; recebemos vários prêmios.

Eu tenho uma equipe técnica que agenda reuniões para nós pelo Brasil todo. A gente procura os municípios que estão com o Ideb abaixo, e minha equipe técnica agenda - existe todo um cronograma. Isso não passa por mim. Eles só falam: "Jailson, vamos ter uma reunião na prefeitura tal, tal dia" (Câmara dos Vereadores de Porto Alegre – RS, 2023).

A fala de Jailson Ferreira da Silva mostra que a necessidade da implementação de um programa de recomposição de aprendizagem complementar ao currículo do ano letivo é criada dentro do setor privado como uma oportunidade de negócios e proposta diretamente para as secretarias de educação que dão início a processos de aquisição sem a participação ou avaliação de professores da rede.

Essas secretarias fazem a aquisição dos insumos pedagógicos ofertados por essas empresas, apenas sob a justificativa de melhorar o desempenho no Ideb/Saeb, justificativa essa que é fornecida pelas empresas contratadas e implementam programas e projetos padronizados com materiais elaborados que não consideram as especificidades de cada região ou outros diagnósticos sobre os sistemas de ensino locais, além do Ideb.

Os depoimentos de Patrícia Pereira e Anelise Nardino, responsáveis pela instrução das aquisições dos livros didáticos, na CPI da Educação, mostram que a concepção desses projetos não é transparente, não passa por nenhuma avaliação diagnóstica que considere os estudantes atendidos e os docentes.

A concepção dos projetos é realizada **após** a escolha da empresa fornecedora no lugar da realização de um processo de licitação em que os serviços em disputa são avaliados a partir de uma métrica de maior adequação às propostas pedagógicas dos projetos, ou seja, os projetos são elaborados se adaptando ao material de didático adquirido.

As servidoras foram orientadas por Michele Bartzen, ex-coordenadora pedagógica da Smed, acerca da criação do roteiro de adesão às atas de preço. Patrícia Pereira ficou responsável pelos processo da aquisição dos materiais voltados para o Saeb e Anelise Nardino pelo processo de aquisição de livros didáticos de literatura, empreendedorismo e educação financeira, todos fornecidos pela Inca Tecnologia.

A servidora Patrícia Pereira, que foi ouvida na oitiva do dia 20/11/2023,

³⁶ O Granpal é o Consórcio da Associação dos Municípios da Região Metropolitana da Grande Porto Alegre, criado em 2010 com o objetivo de estabelecer um espaço de cooperação entre os municípios gaúchos acerca de medidas administrativas e desenvolvimentistas. Esse consórcio, assim como Cispar, realiza processos licitatórios com participação de entidades públicas e privadas de todo o Brasil.

contextualizou a elaboração do documento legal de aquisição dos materiais didáticos para o projeto do Saeb, que começou a ser chamado de **RecomPOA**:

O processo, diretamente, que eu iniciei o processo foi o da aquisição do Saeb, a pedido da nossa coordenadora, a Michele. Os livros do Saeb, os 74 mil livros que foi solicitado que eu fizesse, mas pelo motivo simples, ninguém sabia fazer o processo, e eu fazia todos os processos de inexigibilidade. Então fui convidada... foi solicitado que eu instrísse o processo. Não, eu fui solicitando, porque a Michele ia montando os documentos. Eu pedi para ela: “Tens o termo de referência?” “Tenho.” “Então, monta o termo de referência nesses termos.” Eu ia pegando as instruções e ia ensinando a ela como fazia. “Monta o termo dessa forma. Eu preciso 'x', 'y' e 'z' informações.” Aí, ela montou o termo de referência e passou para mim. “Preciso de tais e tais certidões.” Ela pegou e me trouxe todas as certidões, me passava os documentos. Só isso (Câmara dos Vereadores de Porto Alegre – RS, 2023).

O depoimento de Anelise Nardino, coletado na mesma data, mostra que na aquisição dos livros didáticos de literatura, empreendedorismo e educação financeira, chamado de **Educação do Século 21**, sequer houve o empenho para elaborar um termo de referência próprio.

A servidora foi orientada a copiar o processo de aquisição dos materiais do Saeb e esqueceu de corrigir os valores orçamentários na cópia, o que gerou estranheza e questionamentos na CPI da Educação:

A Michele pede então que a gente dê início, então, eu tenho o projeto que é esse da biblioteca Aventura na Leitura, da Inca, projeto Empreendedorismo, e o outro é o de Educação Financeira. Então, como eu não tinha essa experiência da condução de processos, nunca foi a minha atribuição, não conhecia nem o sistema SEI também, fui aprendendo tudo junto, a Patrícia então foi a pessoa que foi nos instruindo, nos orientando de como fazer. Quando eu coloco então para Michele isso, da minha insegurança de fazer esses projetos, ela disse: “Cópia (sic) do Saeb”. Foi esse o termo que ela utilizou, e daí explica a pergunta do Ver. Jonas, de por que que todos aqueles orçamentos eram os mesmos, era porque estavam no Saeb. Então eu peguei todos os fornecedores que ela fez orçamento, e repliquei nesses outros processos. Foi a Michele que disse para copiar do Saeb. Ela disse que a Patrícia ia nos orientar, a Patrícia, na verdade, ela ficou de professora de todos lá da SMED, que ninguém sabia fazer processo, os fluxos eram muito truncados, a gente não tinha o conhecimento do rito todo dos processos. Então a Patrícia foi nos apontando o caminho, esse roteiro que ela montou de adesão à ata, a gente foi seguindo, e eu fui pegando ali os fornecedores que ela utilizou eu utilizei. Então, foi tudo feito nesse processo. A coordenadora Michele orientou para que eu seguisse o projeto do Saeb, e aqueles fornecedores apareciam no projeto do Saeb. Então, eu utilizei esses mesmos fornecedores. Ela endossou essa orientação (Câmara dos Vereadores de Porto Alegre – RS, 2023).

O entendimento obtido a partir desses depoimentos é que as elaborações dos processos

de aquisição são uma mera formalidade legal, as servidoras orientadas por Michele Bartzen na construção dos termos de referência, que ditam todos os trâmites da aquisição, sequer possuíam familiaridade com a proposta de projetos e não há qualquer menção de que os materiais da Inca Tecnologia, fornecedora para todos os projetos, passaram por uma avaliação de comissão criada para esse fim.

A ex-assessora técnica do gabinete da Smed e coordenadora do projeto de distribuição dos livros didáticos, Mabel Luiza Vieira, defendeu as aquisições alegando que as compras foram calculadas considerando o número de alunos da rede municipal de Porto Alegre e que tinham como objetivo fazer a recomposição da aprendizagem de alunos prejudicados pela pandemia. Todavia, qualquer menção à pandemia e os efeitos na aprendizagem dos estudantes só foi feita em resposta às investigações.

A presidente da CPI da Educação qualificou no relatório um parecer sobre os termos de referência que corroboram para a hipótese de que os projetos oriundos das aquisições são roteirizados pelas empresas favorecidas em edital:

Nas compras realizadas pela SMED, os documentos referentes a essa comprovação eram fracos e com notáveis problemas, como trechos inteiros copiados diretamente de peças de marketing das empresas contratadas. O objetivo era criar requisitos complexos, que descreviam diretamente os produtos oferecidos por certas companhias – ou seja, direcionar as compras (Câmara dos Vereadores de Porto Alegre – RS, 2023).

A então servidora Mabel Luiza Vieira apresentou em seu depoimento uma denúncia que corroborou com essa hipótese. Segundo áudios divulgados por ela, envelopes com pen-drives eram entregues na Secretaria de Educação, com os documentos necessários para a adesão às atas de registro de preço, como orçamentos e justificativas previamente elaboradas e com os vencedores definidos.

Isso contextualiza as orientações diretas de Michele Bartzen sobre a elaboração dos termos de referência dos contratos para as duas servidoras que cumpriram essa tarefa. Conforme os áudios, os pen-drives eram entregues por Alexandre Borck, secretário municipal de Inovação e presidente municipal do MDB, partido governista em Porto Alegre. Entretanto, essas provas foram rejeitadas no relatório final da CPI e só aparecem nas transmissões das sessões da CPI.

Um detalhe importante ressaltado pela CPI da Educação, é que Jailson Ferreira da Silva, indicado no relatório como dono das empresas JBG3 Ltda. e World Soluções Ltda., atuou nos processos licitatórios como representante da Inca Tecnologia e Astral Científica, pertencentes a Sergio Bento de Araújo.

Todas essas empresas foram concorrentes nos mesmos processos. A presidente da CPI da Educação, Mariana Pimentel, alega que as empresas JBG3 e World Soluções apareceram nas licitações apenas para entregarem orçamentos mais altos, o que seria um indício de fraude nos processos de aquisição, com intuito de cumprir formalmente com o requisito da demonstração da vantajosidade da adesão à ata, que obedece ao critério de maior desconto.

A Inca Tecnologia venceu quatro aquisições por causa dos preços elevados indicados pelas empresas JBG3 e World Soluções. Os processos eram referentes a compra de quase 400 mil livros, ultrapassando 27 milhões de reais. Mais de 73 mil unidades precisaram ser devolvidas posteriormente, pois foram encontrados erros em lições de Língua Portuguesa e Matemática.

Uma empresa chamada Sirius Tecnologias Educacionais apresentou um orçamento mais alto que a Astral Científica, representada por Jailson Ferreira da Silva, para a venda de 104 laboratórios makers ao custo de 6,7 milhões de reais. Os kits foram entregues pelo próprio Jailson no dia 14 de julho de 2022, em um depósito alugado pela Smed.

Um fato curioso indicado na CPI é que a empresa perdedora na licitação, Sirius Tecnologias Educacionais, tem como sócia administradora Ana Sara Domingos Araújo, sobrinha de Sergio Bento de Araújo, o dono da empresa vencedora nesse processo. No depoimento à CPI, ao ser contestado sobre esse grau de parentesco, Sergio respondeu que os materiais pedagógicos são basicamente os mesmos e que as mesmas empresas participam de licitações públicas, mas que todo órgão tem acesso a atas de registro de preço e as empresas que participam dessas concorrências.

A mesma situação de indícios de favorecimento na oferta de preços aconteceu no pregão em que a SUDU foi a vencedora e fez a venda para a Smed em outubro de 2022. A World Soluções, de Jailson da Silva, novamente fez uma oferta de preço muito elevado contra o preço da SUDU.

A SUDU ganhou o pregão eletrônico e ofertou para a Smed não os seus materiais didáticos, mas os materiais da Inca Tecnologia para o programa RecomPOA de recomposição de aprendizagem em língua portuguesa e matemática para as avaliações de desempenho do Saeb, o mesmo objetivo do programa Prepara Pará.

Jailson Ferreira da Silva alegou no seu depoimento na CPI que só participou na parte logística do contrato da SUDU, auxiliando na entrega de materiais à Smed. No depoimento, o empresário enfatizou não ter relação com a negociação desse contrato, mas que participou da entrega a pedido da Inca, que forneceu os materiais à SUDU. Ele alegou que isso foi feito porque a SUDU tem sede em Manaus e seria mais fácil entregar os materiais da Inca direto

para a Smed, pois mora em Porto Alegre.

O empresário negou as acusações de formação de cartel entre as empresas licitantes, dizendo que a sua empresa, World Soluções, ofertou um livro que tem valor de mercado de R\$ 130,00, ao passo que o contrato vitorioso negociou o livro por R\$ 89 (33% menor). Ele pontuou que “se a empresa que ganhou oferece valor menor, mérito dela” (Câmara dos Vereadores de Porto Alegre – RS, 2023).

Também negou as acusações de lobby, alegando que é comum fazer reuniões com prefeituras para ofertar o portfólio e que no caso da reunião com o prefeito Sebastião Melo, sua oferta dos materiais de robótica foi rejeitada.

Também alega que começou a trabalhar como representante das empresas no Rio Grande do Sul em 2014, a partir de reuniões com a Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Granpal) e que não vê irregularidades na sua ligação com as empresas por acreditar ser seu papel como representante estar a par dos trâmites licitatórios que elas participam.

O vereador Roberto Robaina (PSOL) fez mais questionamentos a Jaílson Ferreira da Silva sobre os indícios de formação de cartel entre as empresas que frequentemente participavam das atas de adesão de preço e voltou a mencionar a SUDU:

Quando a Sudu ganhou [o processo que J.F. S. disse não ter relação], a empresa dele estava diretamente envolvida na tomada de preços. Quais são os livros da Sudu? Também da Inca. E ele entrega os materiais. Então, são muito evidentes os indícios de cartel. O que nós ainda não temos, aí entra a necessidade de uma CPI que queira investigar, não uma CPI que o presidente atue como advogado do depoente, é qual o envolvimento de agentes públicos. Para mim, os indícios de cartel são claríssimos (Câmara dos Vereadores de Porto Alegre – RS, 2023).

Em nenhum momento da CPI da Educação o sócio administrador da SUDU, João Moacir Pereira da Silva Filho, foi chamado para prestar depoimento. Os únicos sócios administradores ouvidos em oitivas foram Sergio Bento de Araújo, da Inca Tecnologia, e Veronica Ribeiro Almuas, da empresa Conceitto, de Santa Catarina, que vendeu kits de Robótica para Smed por mais de dois milhões de reais.

Tanto Veronica Almuas quanto Jaílson Ferreira da Silva foram acusados de não ter conhecimento dos próprios produtos ofertados por suas empresas, dando declarações pouco coerentes e imprecisas sobre a natureza dos seus empreendimentos. Jaílson Ferreira da Silva foi questionado pela vereadora Biga Pereira (PCdoB) sobre o papel da empresa World, da qual é dono, nos processos de aquisição, que não possui contratos, mas fez ofertas nos pregões junto com as outras empresas.

A vereadora pontuou: “Ele não soube responder qual é o portfólio da empresa dele. Não tem conflito de interesses? Ora ele é representante de empresas, ora ele participa com a própria empresa na disputa. Isso, para nós, vai configurando que existem problemas” (Câmara dos Vereadores de Porto Alegre – RS, 2023).

A CPI da Educação teve seu relatório final aprovado em 05/12/2023 e, apesar de apresentar todos os indícios da existência de um conluio entre empresários e servidores da Smed nos contratos oriundos de adesão a atas de preço, o relatório não reconheceu a presença de irregulares e considerou tudo como problemas de logística que precisariam ser revisados por auditoria interna.

A decisão causou polêmica, pois o relator, Mauro Pinheiro (PL), era da base governista, bem como a maioria da câmara, portanto houve a desconfiança de que a negação das irregularidades fosse uma tentativa de proteger a gestão de Sebastião Melo do MDB. O documento, escrito por Mauro Pinheiro (PL), recebeu sete votos favoráveis e quatro votos contrários na CPI.

Os vereadores que votaram contra o relatório justificaram que o documento é superficial e favorável ao governo Melo por não apontar os indícios de fraude e formação de cartel que as investigações teriam revelado mesmo com os depoimentos das testemunhas.

Os embates na câmara foram acalorados e a presidente da CPI, Mariana Pimentel, lamentou que a prefeitura “tentou ‘barrar’ toda e qualquer informação”, seja atrasando ou não entregando informações, consideradas pela presidente como de menor importância, sobre a agenda da secretária de educação na época, Sônia da Rosa, e alguns outros documentos.

Depois que a CPI da Educação foi encerrada, a operação Capa Dura da polícia civil realizou a segunda e a terceira fases em 2024. Na segunda fase foram cumpridos 36 mandados de busca e apreensão e cinco servidores foram suspensos de suas funções, além de investigar outros cinco contratos.

Nessa fase, a ex-secretária Sônia da Rosa era investigada por suspeita de ter quitado parte do valor de um apartamento com dinheiro dado pelos empresários envolvidos no esquema como gratificação pela sua atuação nos processos de aquisição. Outros dois servidores também foram investigados. Acerca desses cinco novos processos, o padrão se manteve:

[...] verificou-se que todos os processos apresentam similaridades na forma como foram iniciados, conduzidos e concluídos, indicando direcionamento e conluio da administração com seis empresas. O valor dos contratos chega a R\$ 58,2 milhões (Redação do jornal Brasil de Fato, 2023).

Na terceira fase da operação foram cumpridas, em 23 de janeiro de 2024, as prisões preventivas da ex-secretária municipal da Educação, Sônia da Rosa, das assessoras Mabel Luiza Leal Vieira e Michele Bartzen e do empresário e representante da Inca e SUDU, Jailson Ferreira da Silva. As duas servidoras da Smed foram soltas no mesmo dia após colaborarem com as investigações, mas Sônia da Rosa e Jailson tiveram prisão prorrogada até o dia 28 do mesmo mês.

O prefeito Sebastião Melo foi reeleito em 2024, em disputa com Maria do Rosário do Partido dos Trabalhadores (PT), apesar de todas as suspeitas e denúncias de corrupção no primeiro mandato. Embora a operação Capa Dura ainda esteja em aberto, a SUDU não foi mais mencionada e nem passou por outras investigações em Porto Alegre.

3.3.3 O contrato com a Secretaria da Educação de Sorocaba

No dia 9 de janeiro de 2024, a vereadora Iara Bernardi (PT) fez uma denúncia à imprensa, que posteriormente virou uma denúncia ao Ministério Público do Estado de São Paulo, sobre a aquisição de materiais de apoio didático para as escolas de Sorocaba feita pela Secretaria da Educação de Sorocaba, por meio do Centro de Referência em Educação Dom José Lambert, sob a gestão municipal de Rodrigo Manga (Republicanos) no primeiro mandato (2021 – 2025).

A aquisição foi feita em 29 de dezembro de 2023, por meio de pedido de inexigibilidade de licitação feito pela Comissão Permanente de Licitação (CPL)³⁷ de Sorocaba (SP), ou seja, por compra direta com a empresa escolhida. A publicação de ratificação CPL nº 300/2023 do processo de inexigibilidade nº 021/2023 foi feita no mesmo dia no Diário Oficial de Sorocaba.

A SUDU foi a empresa contemplada e firmou um contrato com a prefeitura de Sorocaba que garantia um repasse em R\$ 37,6 milhões para a venda e distribuição de mais de 40 mil livros para os alunos e mais 1,3 mil livros do professor do programa Saeb Brasil da E.ducar Inteligência Educacional, além da licença de uso da plataforma e.ducar.

Figura 17 – Publicação em diário oficial da aquisição de materiais didáticos da SUDU pela Secretaria da Educação de Sorocaba em 2023

PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO - CPL nº 300/2023
Inexigibilidade nº 021/2023. OBJETO: Fornecimento de materiais de apoio didático e projetos de intervenção. FUNDAMENTO LEGAL: Com base no artigo 25, inciso I da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores e nos termos dos Decretos Municipais nº 22.664/2017, Artigo 5º e 23.511/2018. RATIFICADA pelo Sr. Secretário da Educação nos termos do artigo 26 da lei 8.666/93. CONTRATADA: SUDU INTELIGENCIA EDUCACIONAL LTDA (NOME FANTASIA: SUDU INTELIGENCIA EDUCACIONAL) – CNPJ: 34.049.028/0001-35. Disponível no endereço: <https://bit.ly/41HxVBT>
CLAYTON CÉSAR MARCIEL LUSTOSA
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO

³⁷ A Comissão Permanente de Licitação (CPL) é um órgão responsável por supervisionar, orientar e uniformizar os procedimentos de contratação de bens e de serviços de órgãos administrativos de gestão pública. Também é a CPL que elabora termos justificativos de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Fonte: Diário do município de Sorocaba, 2023.

O secretário de educação, “Bispo” Clayton Lustosa, foi nomeado em 10 de dezembro de 2023, apenas dezenove dias antes da assinatura do contrato com a SUDU. A sua nomeação à pasta foi acompanhada de duas polêmicas: Lustosa, que assim como o prefeito Rodrigo Manga é líder religioso em igreja evangélica, não possui nenhuma experiência com a educação em seu currículo que possa ser comprovada.

A outra controvérsia é sobre a nomeação de Lustosa como secretário de educação sendo sucessor de Márcio Bortolli Carrara, afastado do cargo por suspeita de superfaturamento na aquisição de kits de robótica, o que levou o ministério público a determinar o afastamento do ex-secretário e o bloqueio dos bens dele e do prefeito Rodrigo Manga no segundo semestre de 2023.

O contrato com a SUDU gerou alarde entre profissionais da educação de Sorocaba e opositores de Rodrigo Manga, por diversos fatores como: ser posterior às acusações de ilicitude dentro da secretaria de educação que levaram o prefeito a ter seus bens bloqueados; ter sido assinado entre os feriados de fim de ano quando a câmara dos vereadores estava esvaziada; e pelo histórico da SUDU que, a esse ponto, já havia sido exposto pelas denúncias em Manaus e Porto Alegre.

Outro ponto importante é o pedido de inexigibilidade de licitação para essa aquisição. O Art. 74 da Nova Lei de Licitações determina que, em caso de aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços, é inexigível a licitação quando esses serviços só podem ser fornecidos por um único produtor, empresa ou representante comercial apto a fornecê-lo (Brasil, 2021).

Em 15 de fevereiro de 2024, o promotor do ministério público, Orlando Bastos, estabeleceu o prazo de 30 dias para que o governo de Rodrigo Manga explicasse os motivos da dispensa de licitação. A prefeitura alegou que os materiais adequados ao programa só poderiam ser fornecidos pela E.ducar e a SUDU foi escolhida por ter filial em São Paulo, o que ajudaria na logística da distribuição.

Esse não é o caso da E.ducar e da SUDU, materiais de recomposição de aprendizagem para o Saeb não são um projeto exclusivo da E.ducar e a própria SUDU fez a revenda para as outras secretarias de educação com fornecedores diferentes de diferentes lugares. Os insumos da Inca para Porto Alegre e da Somos Educação para o Pará.

A vereadora Iara Bernardi, que realizou a denúncia junto ao Ministério Público, questionou a compra ao afirmar que a prefeitura e a secretaria de educação de Sorocaba não

apresentaram comprovação técnica e pedagógica para a compra do material e lembrou que o PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático), do governo federal, oferece materiais similares para as escolas públicas sem custo para as secretarias de educação.

O termo de referência contém um erro de redação que chama a atenção. O projeto adquirido foi o Saeb Brasil e consiste em materiais de estudos de língua portuguesa, matemática e ciências, com o objetivo de melhorar o desempenho dos alunos na Prova Brasil e do município no Ideb. O item 2.9 da justificativa da aquisição deixa isso muito claro.

2.9. A Secretaria da Educação fez opção pela contratação do material **denominado Saeb Brasil** em virtude da organização do material a ser ofertado para estudantes e professores. Seguem as considerações:

2.9.1. Todos os volumes, dos componentes curriculares envolvidos, apresentam a mesma organização com oferta de QR Code de acesso a vídeos de apresentação, uma seção denominada Conecta que relaciona os conteúdos com pesquisas na internet; glossário que apresenta as novas palavras e seus significados;

2.9.2. O projeto envolve os componentes curriculares abordados na avaliação do Sistema Avaliação da Educação Básica: língua portuguesa, matemática e ciências; (Termo de Referência do processo de inexigibilidade nº 021/2023, Sorocaba – SP, 2023).

Todavia, o item 3 “especificação do objeto” traz como insumo adquirido o programa Edtech Brasil, também da E.ducar e citado no portfólio da SUDU, mas com proposta diferente do Saeb, já que é voltado para atividades de ensino alinhadas ao movimento maker com uso de recursos tecnológicos de robótica (produtos físicos e plataforma digital) e auxílio de inteligência artificial.

Figura 18 – Erro de redação no Termo de Referência feito pela Secretaria da Educação de Sorocaba no contrato com a SUDU citando insumos diferentes dos que foram adquiridos

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. Projeto EdTech Brasil composto por:

- a) Livros específicos do projeto que contemple os anos iniciais do ensino fundamental na versão do aluno e do professor;
- b) Plataforma de ensino e aprendizagem adaptativa que utiliza a linguagem: PHP, JavaScript e SQL;
- c) Formação Presencial/EAD (Ensino a Distância) aos docentes com carga horária mínima de 04 (quatro) horas, membros do suporte pedagógicos e técnicos da secretaria da educação;
- d) A plataforma ficará disponível para acesso dos docentes durante 12 meses a contar do início da sua disponibilização aos docentes.

Fonte: extraído do processo de inexigibilidade nº 021/2023, Secretaria da Educação de Sorocaba – SP, 2023.

Os termos de referência em contratos de aquisição são feitos pelo órgão que adquiriu o serviço ofertado depois de avaliação técnica do serviço, bem como a própria necessidade pela aquisição, que precisa ser explicada na justificativa da aquisição. O termo de referência desse processo foi assinado em 12 de dezembro de 2023 pela gestora de desenvolvimento

educacional do município, Flávia Arruda Costa. Por que a gestora mencionou no termo um produto que nunca foi submetido pela SUDU na Folha Proposta do processo?

Todos os documentos do processo de inexigibilidade nº 021/2023 estão disponíveis no Sistema de Publicações de Sorocaba, encontrados pelo número 300/2023. A Folha Proposta elaborada pela SUDU, assinada em 24 de maio de 2023, e anexada ao processo tem oito páginas e em nenhuma delas é citada o projeto Edtech Brasil, todos os insumos ofertados são para o projeto Saeb.

A hipótese dessa pesquisa é que o roteiro do termo de referência foi elaborado pela SUDU e entregue previamente à Secretaria de Sorocaba. Isso é semelhante ao ocorrido em Porto Alegre, onde os termos de referência dos contratos eram construídos com roteiros prévios sem que as pessoas que os elaboraram soubessem do que os projetos se tratavam, com casos de cópia integral de um termo para outro.

Em 03 de maio de 2024, com a secretaria de educação pressionada pela denúncia ao MP, o secretário Clayton Lustosa assinou um termo de revogação do processo de inexigibilidade nº 021/2023 – CPL nº 300/2023. Assim, o contrato com a SUDU foi rescindido de forma unilateral e o programa Saeb Brasil não chegou a ser aplicado nas escolas de Sorocaba.

Durante a pesquisa para a construção desse capítulo que tinha por objetivo apresentar o Prepara Pará, o maior desafio foi responder uma pergunta: Para que o programa serve, se a nota do Ideb no Pará já havia subido com outras estratégias da atual gestão da Seduc-PA em 2023?

Foi difícil achar no próprio programa e na sua implementação uma resposta que não parecesse uma justificativa roteirizada sobre a necessidade de melhorar o desempenho do Pará no índice ou mesmo as justificativas mercadológicas da Vasta Educação para a oferta de serviços para o setor público.

Uma hipótese que essa pesquisa oferece na tentativa de responder a essa pergunta é baseada em todos os casos descritos aqui que envolvem a SUDU e os projetos pedagógicos ofertados por ela e pelas empresas similares.

A necessidade da existência do Prepara Pará não foi criada na Seduc-PA, assim como a necessidade de outros programas de recomposição da aprendizagem, de adesão à educação maker e digital e de educação financeira, entre outros, não é criada dentro das secretarias de educação, mas pelo setor privado na educação, que sugere os problemas com a educação pública ao passo que oferta a solução para essas secretarias em encontros prévios aos processos licitatórios.

A pesquisa não encontrou indícios de que qualquer um desses projetos, mesmo o Prepara Pará, tenha sido elaborado antes que as secretarias de educação fizessem a adesão a atas de registro de preço e adquirissem os insumos ofertados. O que notamos é que há uma inversão de hierarquia do processo licitatório, onde a entidade contratada não tenta corresponder às exigências do projeto referido no processo para ser contemplada, mas condiciona as secretarias a criarem itens de referência que direcionem a escolha da empresa contratada.

Todas as justificativas encontradas nos termos de referência dos contratos não ditam a adequação dos produtos a um projeto elaborado previamente, mas são adaptadas a esses produtos adquiridos. Portanto, não foram criadas a partir de uma avaliação diagnóstica interna, feita por comissão, que considerasse o contexto da própria rede de educação básica.

Essas empresas de natureza societária limitada encontraram um nicho de mercado chamado tecnologias educacionais. As tecnologias educacionais correspondem a uma série de produtos, serviços e ferramentas que devem auxiliar as redes de ensino nas atividades educacionais que vão desde o processo de aprendizagem em sala de aula até a gestão escolar.

As ofertas são elaboradas com base nas novas configurações da educação brasileira, onde a inserção das tecnologias digitais no âmbito educacional tem amparo em marcos regulatórios desde 2019 e também na importância que os indicadores dos sistemas de avaliação da educação têm para a gestão educacional nas redes da educação básica.

Os produtos são praticamente idênticos, o conjunto de serviços ofertado é praticamente idêntico e a forma como são vendidos para o setor público segue um padrão nas relações estabelecidas entre as secretarias contratantes e as empresas contratadas.

Todas essas empresas orbitam no mesmo tipo de oferta: criam a necessidade de uso dos seus materiais para promover a educação digital dentro das escolas; a necessidade de fazer recomposição da aprendizagem nas escolas para melhorar o desempenho das redes de educação básica no Ideb; ou qualquer necessidade que pode ser respondida por um produto ou serviço pronto para a aquisição.

Essa necessidade é emprestada para as secretarias de educação e torna-se justificativa para os gastos do orçamento público com essas contratações. O que brevemente dispomos aqui a partir de material disponível em nível denunciatório é que o interesse da gestão pública nessa necessidade abrange ganhos simples, como a dispensa de licitação e a economia dos gastos processuais, até chegar em esquemas escusos e criminosos que garantem a funcionários públicos da pasta educacional ganhos pessoais e ilícitos.

Não há qualquer denúncia formal contra o Prepara Pará ou investigação em

andamento. Portanto, seria irresponsável atribuir diretamente ao programa ou ao processo de aquisição de produtos da Somos Educação qualquer irregularidade concreta e documentada. O que há, com certeza, é falta de transparência nos trâmites licitatórios, falta de coerência nas informações sobre o processo de aquisição e o histórico obscuro da SUDU, empresa distribuidora, nos processos anteriores.

Esses processos não são democráticos. Desde o princípio, na ausência de uma comissão interna da secretaria de educação na elaboração do edital para a avaliação das empresas proponentes, não há a participação da comunidade docente da rede de educação que adota esses programas.

A logística de distribuição não considera a realidade de cada escola, o que cria desperdício do dinheiro público quando esses materiais são acumulados ou danificados. As consultorias ou ciclos de formação são conduzidos pela empresa contratada e os docentes têm atuação passiva, precisam se adaptar às exigências impostas por projetos mercadológicos e concebidos em obscuridade.

O nicho de mercado das tecnologias educacionais não só são um dispositivo de transferência de recursos públicos para o setor privado, mas também de transferência das responsabilidades do Estado com a educação pública. A relação “necessidade do setor público x solução proposta pelo mercado” permite que a privatização da educação avance, com a iniciativa privada cada vez mais atuando como mediadora do funcionamento da educação básica e pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa de mestrado propôs-se a estudar a privatização da educação básica no Pará por meio do contrato nº 031/2023 entre a Seduc-PA e a empresa Somos Educação, subsidiária da Vasta, que instituiu o programa Prepara Pará de recomposição de aprendizagem para alunos da rede estadual.

O objetivo desse estudo foi investigar o movimento da privatização da educação a partir do estudo do programa Prepara Pará, adquirido como insumo pedagógico pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc-PA), ofertado pela Somos Educação, subsidiária da holding Vasta Educação, e distribuído pela SUDU Inteligência Educacional.

Acreditamos que esse objetivo foi cumprido, pois através dessa pesquisa foi possível aferir que o contrato do Prepara Pará é feito por adesão ao sistema de registro de preços ou ata de registro de preços, um padrão da empresa contratada SUDU Inteligência Educacional, escolhida para ser representante da Somos Educação, que por sua vez é administrada pela Vasta Educação, subsidiária da Cogna Educação.

Nessa modalidade de contrato, é permitida a representação de uma empresa por outra, o que aconteceu no contrato nº 031/2023. A ligação da Vasta Educação com a Seduc-PA se dá por meio das relações entre o atual secretário da pasta, Rossieli Soares, e o membro do conselho administrativo da Vasta e ex-CEO da Somos Educação, Mario Ghio Jr. Ambos fazem parte das mesmas organizações da iniciativa privada que disputam o currículo educacional.

No âmbito da aquisição, os contratos de adesão a atas de registro de preço são preferenciais para empresas como a SUDU, que atuam no mercado de insumos pedagógicos, pois eles dispensam licitação interna da entidade que adquire os produtos da empresa. Há pouca transparência e até suspeita de ilegalidade nos trâmites dos contratos que são feitos em consórcios em outras cidades por meio de pregão eletrônico.

Antes de chegar no programa Prepara Pará, foi necessário conceituar a Vasta Educação e a Somos Educação como empreendimentos da Cogna Educação. A Vasta é uma empresa de capital aberto na bolsa Nasdaq em Nova Iorque e pertence a uma empresa de capital aberto no Brasil. A Somos Educação é uma empresa que detém o controle das maiores editoras do país, o que garante para a empresa uma grande participação no mercado de insumos pedagógicos e predominância na oferta para o PNLD.

O mercado de insumos pedagógicos, que foi uma categoria de análise do objeto e discutido tanto no segundo capítulo quanto no terceiro, é um modelo de negócios para a educação que recebe endosso do setor privatista, principalmente de articuladores da

privatização da educação que estão acompanhados ou são os grandes detentores de capital.

A lógica dessas entidades é privatista e a concepção de educação das pessoas por trás das articulações em disputa é neoliberal. A escola pública é desacreditada e desvalorizada como um sistema de atrasos e ineficiência de alto custo para o Estado, ao passo que o próprio Estado é tido como incompetente no gerenciamento da educação.

Dentro das iniciativas de desmantelamento da educação pública, o setor privado e o setor público não são antagônicos, mas trabalham juntos para estabelecer políticas públicas educacionais que ponham em prática as propostas privatistas na disputa pelo currículo educacional.

O que é mostrado no segundo capítulo que disserta sobre a educação estadual no Pará sob o governo de Helder Barbalho (MDB) que quis adotar para seu segundo mandato a gestão de Rossieli Soares para a Secretaria de Estado de Educação. O atual secretário tem passagens controversas pelas secretarias estaduais de educação do Amazonas e São Paulo, além de assumir o Ministério da Educação no governo Temer.

O capítulo também fala dos sistemas de avaliação de larga escala como instrumento de um modelo neoliberal de educação que é concebido pelo setor privado e implementado com a anuência do Estado.

O terceiro capítulo explora a dimensão da privatização da educação diretamente na oferta de insumos pedagógicos, onde foi possível caracterizar o programa Prepara Pará por meio de comparação com contratos pregressos da empresa SUDU com outras secretarias de educação.

O programa Prepara Pará faz parte de um segmento do comércio de insumos pedagógicos chamado solução de recomposição de aprendizagem, que junto com os segmentos de educação maker e educação socioemocional são os principais produtos ofertados por empresas de estrutura societária limitadas para a educação pública.

Durante essa pesquisa, foi possível perceber que as dimensões da privatização da educação pública se retroalimentam. A privatização começa na disputa do currículo por articuladores capitalistas que se organizam em blocos estratégicos sob o disfarce da filantropia, da vontade de ajudar o Estado com o fardo dos setores sociais, criando associações e iniciativas onde disseminam sua agenda na forma de proposta técnica.

Com a colaboração de pessoas dentro do poder público como servidores e políticos, o currículo educacional começa a ser sequestrado por essas entidades com amparo legal do Estado que passa a fazer reformas no sistema educacional, criar programas de governo e adquirir os insumos pedagógicos que correspondem ao modelo de educação do mercado.

Um modelo superficial e precarizado onde o trabalho docente é comprometido e subordinado a novas tecnologias sem adesão geral da classe e a aprendizagem a partir de um aprofundamento crítico dos estudos é substituído por modelo imediatista que pede resultados rápidos, examina e quantifica pessoas.

Estudantes e docentes tornam-se passivos nesse processo, nenhuma tomada de decisão, seja no âmbito de políticas públicas federais e seja dentro das escolas tem a participação da comunidade escolar. Além disso, as metodologias dos insumos pedagógicos não levam em consideração a realidade socioeconômica dos alunos atendidos, principalmente no caso das tecnologias digitais que não são de acesso universal.

Ainda há a ineficiência dos sistemas de avaliação em larga escala de estabelecerem métricas que compreendam os múltiplos contextos dos estudantes avaliados, o que aumenta a desigualdade social entre os estudantes atendidos.

A pesquisa estabelece um posicionamento de denúncia acerca do que foi retratado aqui. Acreditamos que o setor privado não deve assumir gerências que são responsabilidade do Estado e nem ser financiado com recursos públicos que deveriam ser investidos em estratégias de gestão escolar que realmente funcionem para que os estudantes possam ter condições materiais de permanecer na escola.

Acreditamos que os estudantes da educação básica, sobretudo a de uma região socialmente fragilizada como o Norte, merecem uma educação que supere a lógica técnica-operacional e desprovida de senso crítico e filosófico, que os prepare para o mundo como indivíduos e não somente como mão de obra em potencial.

Os professores da educação merecem ter participação ativa na concepção de políticas públicas que repercutem diretamente nas condições de trabalho da classe. Precisam ter estabilidade garantida e uma jornada de trabalho digna com o devido respeito pela sua autonomia.

Ainda não há um recorte temporal que verifique a eficiência do programa Prepara Pará. Todavia, por causa da obscuridade do contrato, do programa ser um instrumento de transferência de recursos públicos para o setor privado e das suspeitas de manipulação do desempenho do Ideb por parte da atual gestão na Seduc-PA, essa pesquisa considera o programa um problema evitável.

Não existe no programa uma justificativa razoável para a transferência de quase meio bilhão de reais (na soma dos contratos) para uma empresa obscura simplesmente para a licença de uso de uma plataforma digital e a aquisição de livros didáticos que podem ser obtidos gratuitamente pelo PNLD.

O programa Prepara Pará é mais um instrumento de inserção do setor privado na educação pública e precisa ser tratado e denunciado como tal. Esse estudo encerra-se com votos de esperança de que a resistência indígena e da classe trabalhadora docente narrada aqui seja motivo de inspiração e consciência de que a educação ainda é um espaço em disputa, portanto ainda estamos na luta.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. R. G. Sistemas apostilados e gestão privada da educação pública em São Paulo. **Educação e Sociedade**, 2009.

ADRIÃO, T. A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. In Araújo, L e Pinto, J. M. R (orgs). **Público X privado em tempos e crise**. São Paulo: Fundação Lauro campos e Fineduca. 2017b. p.16-37.

ADRIÃO, T. A privatização dos processos pedagógicos: Grupos editoriais e os negócios na educação básica. In Maringoni, G. (org). **O negócio da Educação**. São Paulo: Olho Dágua e Fepesp. 2017a. P. 129-144.

ADRIÃO, T.; SILVA, M. V. Apresentação do Dossiê: A privatização da Educação Básica e suas implicações para o direito humano à educação na contemporaneidade. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 37, n. 79, p. 31–38, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/70281>. Acesso em: 04 fev. 2025.

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ALMEIDA, Carolina Rezende de, 1979-. **A participação do grupo Cogna Educação na financeirização da educação básica no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia – SP, 2022.

AMAZONAS, Governo Estadual. **Licitação Pública Internacional - LPI nº 001/2020**. Amazonas, 2021. Disponível em: <https://sistemas.sefaz.am.gov.br/sgc-am/contratos.do?method=detalharContrato&idContrato=23624>. Acesso em: 19 dez. 2024.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v22n40/v22n40a09.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2024.

AZEVEDO, Vinícius de Moraes Campos. **Edtechs e Cogna: novas expressões da subordinação da educação ao capital**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

BASTOS, P. P. Z. **Financeirização, crise, educação: considerações preliminares**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 217, mar. 2013.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019**: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10195.htm. Acesso em: 8 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017:** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm. Acesso em: 8 jun. 2023.

BRASIL, **Decreto nº. 6.094 de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 – Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Altera as leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, a consolidação das leis do trabalho – CLT [...] e institui a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral. Ministério da Educação (MEC). Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13415&ano=2017&ato=115MzZE5EeZpWT9be>. Acesso em: 11 jan. 2025.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep.** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 11 de outubro de 2024.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep.** Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 11 out. 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa 202 da Comissão de Valores Mobiliários,** de 06/12/1993. Dispõe sobre o registro de companhia para negociação de seus valores mobiliários em Bolsa de Valores ou no mercado de balcão, consolidando as Instruções CVM nºs. 60, de 14 de janeiro, 73, de 22 de dezembro, ambas de 1987, 118, de 7 de maio, e 127, de 26 de julho, ambas de 1990. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst202.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Instrução Normativa 248 da Comissão de Valores Mobiliários,** de 29/03/1996. Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações financeiras e informações trimestrais adaptadas às disposições contidas nos arts. 4º e 5º da Lei 9.249/95. Brasília, DF, 29 de mar. de 1996. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst248.html>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.079** de 30/12/2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm. Acesso em: 11 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.019**, de 31/07/2014. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 11 de outubro de 2024.

BRASIL. **Portaria Normativa Nº 23, de 21 de dezembro 2017**: Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 3 de agosto de 2018).

CALIL, C. C. Organizações da sociedade civil de interesse público: da seleção das entidades para a celebração do termo de parceria. In: **R. Proc. Geral Est.** São Paulo, São Paulo, n. 79:65-101, jan./jun. 2014. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20616_arquivo.pdf. Acesso em: 12 de outubro de 2024.

CAMPOS, D. C. B.; DAMASCENO, A. A parceria público-privada na Amazônia paraense: o caso do Projeto Mundiar. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 18, n. 36, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6762>. Acesso em: 14 dez. 2024.

CHAVES, V. L. J.; SANTOS, M. R. S.; KATO, F. B. G. Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e a financeirização. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 14, n. 08. NuPE/UFPR. 2020.

CHESNAIS, F. (org). **A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

CISPAR. Pregão Eletrônico Nº 03/2022 – Cispar Processo Administrativo Nº 01/2022. Pato de Minas (MG), 2022. Disponível em: <https://www.comprascispar.com.br/home.jsf?windowId=262>. Acesso em: 24 out. 2024.

COGNA EDUCAÇÃO. Comunicado ao mercado: Nova estrutura de negócios e marcas. 2019.

COGNA EDUCAÇÃO. **Relação com investidores**. Perfil corporativo. 2023.

DARDOT, P. ; LAVAL, C. A. **Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DOWBOR, Ladislau. **A Era do Capital Improdutivo**. Editora Autonomia Literária. São Paulo, 2018.

GALZERANO, L. S. Grupos empresariais e educação básica: estudo sobre a Somos Educação. 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/321629>. Acesso em: 04 fev. 2025.

GALZERANO, L. S.. A educação vai ao mercado financeiro: somos educação em debate. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e021041, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8660130. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660130>. Acesso em: 04 fev. 2025.

GOIANA. **Extrato do contrato nº 144/2021, firmado em 30 de agosto 2021.** Pernambuco, 2021. Disponível em: <https://goiana.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/Goiana-Prefeitura-Extrato-do-Contrato-n%C2%BA-144-2021.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2024.

GUINJO, Guilherme. **Os efeitos do imperialismo no ensino superior da periferia capitalista e o caso brasileiro: da Reforma de 1968 à Kroton como maior grupo privado do mundo em 2016.** 127 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-graduação em Economia Política Mundial. São Bernardo do Campo, 2022.

HADDAD, F. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. Disponível em: <https://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3858/4068>. Acesso em 23 jan. 2025.

HADJIKHANI, A.; LAPLACA, P. (2012). Development of B2B marketing theory. **Elsevier - Industrial Marketing Management**. 2013, (pp. 294–335).

INEP. Microdados do Censo da Educação Básica. Série: 2019; 2020; 2021; 2022; 2023. Brasília. 2024.

KROTON Educação. Histórico. Relação com Investidores. Disponível via *Internet Archive*: <https://web.archive.org/web/20230329095745/https://ri.cogna.com.br/a-kroton/historico/>. 2023.

MELATI, E. A. P. PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação:: análise crítica da política do MEC. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3272>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2a. Ed. S.P: Expressão Popular, 2008, p. 43-48

MARX, Karl. **O Capital – Livro III – O Processo Global da Produção Capitalista.** Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASSON, Gisele. Materialismo Histórico e Dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. In: **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 2, n. 2, p. 105- 114, jul.-dez. 2007.

MUNDIM, Felipe Neiva. **Estudo de eventos em fusões e aquisições: uma avaliação dos casos Kroton-Anhanguera e Kroton-Estácio.** 2020. 48 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia, Políticas Públicas e Desenvolvimento) Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2021.

NASCIMENTO, Emanuelle Lourenco do. **A financeirização da educação superior via concessão pública: os efeitos do FIES para o desenvolvimento da Kroton Educacional.** Mestrado em educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN.

NOGUEIRA, Heryka Cruz. **Privatização mercantil da educação superior em contexto de regulação transnacional – o caso FAMA/KROTON do Amapá, Brasil.** 2020. 209 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo.

PARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM). **Secretaria de**

Educação realiza formação de professores para utilização do 'Prepara'. 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/44155/secretaria-de-educacao-realiza-formacao-de-professores-para-utilizacao-do-prepara>. Acesso em: 07 de outubro de 2024.

PARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM). **No Dia do Livro Didático, Seduc reforça ferramentas pedagógicas na rede estadual.** 2023. Disponível em: [https://www.seduc.pa.gov.br/noticia/12988-no-dia-do-livro-didatico--seduc-reforca-ferramentas-pedagogicas-na-rede-estadual#:~:text=O%20primeiro%20material%20did%C3%A1tico%20produzido,de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20\(,](https://www.seduc.pa.gov.br/noticia/12988-no-dia-do-livro-didatico--seduc-reforca-ferramentas-pedagogicas-na-rede-estadual#:~:text=O%20primeiro%20material%20did%C3%A1tico%20produzido,de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20(,) Acesso em: 07 de outubro de 2024.

PARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM). **Seduc proporciona encontro formativo para professores estaduais.** 2024. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/59147/seduc-proporciona-encontro-formativo-para-professores-estaduais>. Acesso em: 07 de outubro de 2024.

PARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM). **Implementação do tempo integral em escolas estaduais colabora para resultado histórico do Ideb 2023 no Pará.** 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/60020/implementacao-do-tempo-integral-em-escolas-estaduais-colabora-para-resultado-historico-do-ideb-2023-no-para>. Acesso em: 07 de outubro de 2024.

PARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). **Contrato de aquisição nº. 031/2023.** Disponível em: https://siig.seduc.pa.gov.br/siig/view/zf-siig/public/upload/acc/arquivo/cont_031_2023_aquisicao_sudu_inteligencia_educ ltda dda.p df. Acesso em 30: de setembro de 2024.

PERONI, V. M. V.; CAETENO, M. R. O público e o privado na educação - Projetos em disputa?. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 9, n. 17, 2016. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/584>. Acesso em: 27 dez. 2024.

PONTES, Deysiane Farias. **A atuação e expansão da empresa Kroton Educacional na educação básica.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília – DF, 2020.

REIS, Tayanne de Fátima Almeida Tabosa dos. **Financiamento estudantil nas instituições privado-mercantis de ensino superior no Brasil: o caso da Kroton Educacional.** 2019. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

PORTO ALEGRE, Câmara Municipal de. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades na aquisição de materiais didáticos pela Smed e da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades nos contratos da Smed.** Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/aprovado-o-relatorio-final-das-cpis-da-educacao>. Acesso em: 28 nov. 2024.

PORTO ALEGRE, Câmara Municipal de. **Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito: CPI da Smed - 31/08/2023.** Youtube, 31 ago. 2023. 2:24:25. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iqMI16nfoKI&list=PLKexzdfy3Em4nWa_ijiwvMZwipB

[MBXbC1&index=14](#). Acesso em: 02 jan. 2025.

PORTO ALEGRE, Câmara Municipal de. **7ª Reunião Ordinária ♦ CPI contratos SMED - 20/11/2023**. Youtube, 20 nov. 2023. 2:23:55. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=46lvIB1G0do&list=PLKexzdfy3Em4nWa_ijiwvMZwipBMBXbC1&index=3. Acesso em: 02 jan. 2025.

SALA, Mauro, 1981-. **Privatização, dualidade e inconsistência nas políticas para a educação profissional e superior nos governos Lula e Dilma: as fragilidades do reformismo na educação**. UNICAMP, Campinas, SP: [s.n.], 2020.

SEBRAE. **Entenda o que são as práticas de ESG**. 2024. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-o-que-sao-as-praticas-de-esg,66c7e3ac39f52810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 09 de junho de 2024.

SEKI, Allan Kenji. **Determinações do capital financeiro no ensino superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.

SOUZA, Thaís Godoi de. **Privatização da educação básica: redes nacionais, internacionais e transferência de recursos públicos**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2022.

SOROCABA. Secretaria da Educação. **Termo de referência e Justificativa do Processo de inexigibilidade nº 021/2023**. São Paulo, 2023. Disponível em: https://api.sorocaba.sp.gov.br/pub-consulta/#/publicacoes?filter_fields=codigoProcesso%2a300%2F2023. Acesso em: 04 jan. 2025.

SOROCABA. Secretaria da Educação. **Termo de revogação do Processo de inexigibilidade nº 021/2023**. São Paulo, 2023. Disponível em: https://api.sorocaba.sp.gov.br/pub-consulta/#/publicacoes?filter_fields=codigoProcesso%2a300%2F2023. Acesso em: 04 jan. 2025.

SOROCABA. Secretaria da Educação. **Termo de rescisão unilateral do Processo de inexigibilidade nº 021/2023**. São Paulo, 2023. Disponível em: https://api.sorocaba.sp.gov.br/pub-consulta/#/publicacoes?filter_fields=codigoProcesso%2a300%2F2023. Acesso em: 04 jan. 2025.

TAVARES, Pedro Henrique de Sousa. **Financeirização no ensino superior: a educação como fronteira de valorização e acumulação de capital – o caso da Kroton Educacional**. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2019.

VASCONCELLOS, V. M. R. de; NASCIMENTO DA SILVA, A. P. P.; & DE SOUZA, R. T. (2020). O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**, 43(3), e37452. 2021. Acesso em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2020.3.37452>. Data: 30/07/2023.

VASTA EDUCAÇÃO. Press Release: 1Q23. **Investors Relations**. 2023.

VASTA EDUCAÇÃO. **Relatório de Sustentabilidade – 2022**. 2023. Disponível em:

https://s201.q4cdn.com/251870340/files/doc_downloads/2023/RS_Vasta_2022_ENG-1.pdf.
Acesso em: 27/06/2024.